



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 004 - TERÇA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	Suplentes de Secretário
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 21 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB) - 20 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1. ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2009	
2 – ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2008	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Discursos do Expediente	
SENADOR MÁRIO COUTO – Preocupação com os altos índices de violência no Estado do Pará.	01012
SENADOR GILVAM BORGES, como Líder – Anúncio de negociações entre o Governo do Amapá e o BNDES, para obras de infraestrutura no Estado.	01015
2.2.2 – Leitura de requerimentos	
Nº 38, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e outros senhores senadores, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues</i>	01016
Nº 39, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues</i>	01022
2.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR MARCO MACIEL – Lembrança da visita do professor polonês Adam Przeworski ao Brasil, em 1995, e, reflexão sobre a democracia como aspiração universal. Apresentação de requerimento de pesar pelo falecimento do empresário Edson Mororó Moura.	01023
2.2.4 – Leitura de requerimento	
Nº 40, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Edson Mororó Moura</i>	01025
2.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR VALTER PEREIRA – Associa-se aos votos de pesar apresentados pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues. Defende a inclusão do Pantanal e da Amazônia como sedes de eventos da Copa de 2014, pelo Comitê Organizador.	01026
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro da 1ª Congregação Nacional da Liderança Juvenil da Ordem DeMolay, realizada em Brasília no dia 31 de janeiro.	01029
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Preocupação com a crise econômica que se instalou no Brasil, em decorrência da crise internacional, e destaque para a necessidade de se adotar providências para superá-la. Críticas ao governo brasileiro pela publicação de encarte na revista norte-americana <i>Foreign Affairs</i>	01031
2.2.6 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que <i>adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)</i>	01034
Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que <i>estabelece advertências nos rótulos e nas embalagens de bebidas alcoólicas</i>	01035
2.2.7 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas aos Projetos de Lei do Senado nºs 344 e 576, de 2007.	01037
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2008 (nº 1.080/2007, na Casa de origem). Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente	01037
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso regimental no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 234, 235, 254, 306, 349, 350, 351, 352, 356, 357, 361, 364, 366, 377, 379, 380, 381, 382, 391, 395, 397, 415, 418, 439, 440, 441, 457, 458, 488, 489, 490, 508, 515, 529, 536, 554, 631, 648, 716, de 2007, e nºs 132, 133, 232, 245 e 246, de 2008. Tendo sido apreciadas terminativamente pela	

Comissão competente, as matérias, aprovadas, vão à Câmara dos Deputados. 01037

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EFRAIM MORAIS – Manifestação sobre o processo para cassação do Governador Ronaldo Cunha Lima. 01039

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Considerações sobre a crise mundial de habitação, deflagrada nos Estados Unidos. Defesa de criação da Agência Nacional da Habitação, voltada exclusivamente para a realização do sonho da casa própria. 01042

SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas ao Governo pela quantidade de medidas provisórias encaminhadas ao Congresso Nacional. 01044

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Apelo ao Ministro da Educação para solucionar situação constrangedora por que passam os alunos aprovados no último vestibular das faculdades de medicina de Valença e Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro..... 01047

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comemoração do aniversário de 100 anos de Dom Hélder Câmara. Comentário sobre artigo de autoria da Senadora Marina Silva, intitulado “Renda básica na política”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**. Referências ao aniversário de 120 anos de instituição do regime republicano no país. Cobrança de uma atuação legislativa contra as desigualdades sociais..... 01048

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Manifestação de pesar com a queda de avião na Amazônia, onde morreram 24 pessoas. Críticas a falta de diagnóstico da crise financeira mundial no Fórum Social Mundial em Davos, na Suíça. 01050

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador e Governador Chagas Rodrigues. 01051

SENADOR EDUARDO SUPLICY, como Líder – Leitura de carta enviada ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, em que apresenta sugestões sobre os gastos do Senado..... 01053

2.2.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o Relatório Geral 2007 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, do Senac. 01065

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 10, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01066

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 251ª Sessão Não Deliberativa, em 22 de dezembro de 2008..... 01076

4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

4.1 – Atos do Diretor-Geral N°s 237 e 238, de 2009..... 01077

4.2 – Certidão da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Registrando a não instalação da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória n° 451, de 2008. 01078

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2009

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 445, de 6 de novembro de 2008, que “Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de fevereiro de 2009, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 9 de fevereiro de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 3ª Sessão não Deliberativa, em 9 de fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Papaléo Paes

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encerra-se às 19 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Declaro aberta a sessão do Senado da República, terceira sessão não-deliberativa, de segunda-feira, 9 de fevereiro de 2009, às 14 horas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a a minha inscrição para uma breve comunicação, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Dr^a Claudia Lyra, ele pede a inscrição pela Liderança.

V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PMDB.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pode começar, inclusive, antes de mim, se for possível. Eu sou o primeiro orador e ele poderia começar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem de aguardar o documento dele, de acordo com a nossa Secretária Executiva. Então, o primeiro orador inscrito é a Senadora Marisa Serrano, de Mato Grosso do Sul, do PSDB, que cede a palavra ao ilustre Senador, também do PSDB, do Estado do Pará, Senador Mário Couto.

Regimentalmente – está aqui a Claudia Lyra, regimentalista igual ao Presidente Dutra; não tem aquele negócio do livrinho? –, nas sessões não-deliberativas, seriam 20 minutos, mas V. Ex^a sabe que não vou cortar a voz de V. Ex^a e do Estado do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Saiba do carinho e da consideração que tenho por V. Ex^a.

Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, tenho eu, Senador, vontade de abordar outro tema que não o que vou abordar nesta tarde. Mas penso assim, Senador

Presidente Mão Santa: o que adianta tentar passar para outro tema, chamar a atenção da Nação para outro tema, chamar a atenção do meu Estado para outro tema se este que abordo quase todos os dias – e que vou abordar hoje novamente – é um tema que dói na minha alma, é um tema que preocupa a mim e a todos aqueles que moram na minha querida terra do Estado do Pará?

Sei, tenho mesmo certeza de que preciso falar, aqui, da saúde deste País e do meu Estado; sei que as estradas não estão boas, bem como portos e aeroportos. São graves os problemas nacionais, principalmente os do meu Estado, como é o caso das rodovias no meu Estado. Mas este tema é angustiante. Este é o tema que, a cada dia, deixa uma família paraense de luto; este é o tema que, a cada momento, deixa um paraense tombado, morto; este é um tema que nós, paraenses, Senadores e Deputados, temos de abordar com insistência, cobrar do Ministério Público Federal, Estadual, cobrar do Governo do Estado do Pará, cobrar do Presidente da República, cobrar deste Senado, finalmente, Presidente, ações que venham parar com a violência no meu Estado.

É triste, é lamentável o que se passa hoje. Não tenho aqui, absolutamente, exagerado em nada, nem tenho por que fazê-lo, nem tenho, Presidente, por que exagerar, mas, olhem aqui, olhem aqui. Olha, Brasil; olha, Pará; olha, Senador Papaléo. Vamos abrir o jornal de hoje, o principal do Estado do Pará. Vamos abrir o jornal de hoje – friso: hoje!

Abro o jornal: Belém, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2009. Consegui este jornal há poucos momentos. Vamos abrir o jornal e ver o que tem de importante dentro deste jornal.

Olha, Senador Papaléo: duas páginas deste jornal. Eu peço à TV Senado que mostre ao Brasil, meu Presidente, para que o Brasil saiba que este Senador não está exagerando absolutamente nada quando roga, quando pede, aqui, providências para conter a violência no meu Estado.

Eu vou ler o que diz: “Janeiro registra 106 mortes violentas”. Aí, são os cadáveres jogados nas ruas, Se-

nadores. Os cadáveres jogados nos rios. Os cadáveres jogados nas ruas de Belém. Olhem aqui!

E tem a tituleira embaixo de cada um. Aqui, dois jovens choram a morte de um irmão tombado numa calçada de uma avenida em Belém. Aqui, um casal coberto com jornais, morto a tiros dentro de um cemitério. Assalto dentro de um cemitério. Um casal morto dentro do cemitério. Assalto dentro do cemitério! Lá embaixo, um pescador morto, esfaqueado: tiraram-lhe as pernas; amputaram-lhe as pernas. Aqui, outro mostrando o derramamento de sangue.

Enfim, vários e vários e vários tombaram, ontem, nas ruas de Belém. São duas páginas. Duas! Talvez fossem necessárias ao jornal **O Liberal** mais duas páginas para mostrar o que acontece no meu querido Estado do Pará.

Eu posso abordar outro tema? Não devo! Eu não devo sair deste tema, meus queridos paraenses, enquanto a Governadora do meu Estado... E aqui, Presidente Mão Santa, por várias vezes, eu já disse e vou repetir: eu não rogo, eu não quero, eu não desejo o mal do meu Estado. Eu quero o bem do Estado, Presidente Marco Maciel. Eu quero o bem do meu Estado! Eu quero que o meu Estado cresça. Eu não quero violência no meu estado, Presidente!

Presidente, a Governadora tomou posse dizendo que acabaria com a insegurança. A Governadora do meu Estado foi a cada Município dizer que acabaria com a violência no meu Estado. Acabo de ler uma entrevista da Governadora no *Diário do Pará*, um dos jornais paraenses. E o que leio lá? Como sempre, a nobre Governadora, por quem eu tenho o maior respeito, a dizer que a culpa não é dela; que a culpa é de governos anteriores.

Basta disso, Governadora! Governadora, não fale mais isso! A cada dia, a cada vez que V. Ex^a fala assim eu me envergonho! Isso é uma vergonha! Não culpe mais governos anteriores! V. Ex^a quis ser Governadora do Pará! V. Ex^a disse que acabaria com a insegurança no Pará! V. Ex^a disse que acabaria com a violência no meu Estado! Não jogue a culpa agora em governadores anteriores! Nem pode, Governadora! Não deve nem pode! Não faça mais isso! Pense, Governadora! Pense que V. Ex^a já está há três anos no comando do Estado do Pará! Pense que a violência, no meu Estado, aumentou 40%! Não é 4%, não, Presidente! É 40%! E aumentou quando, Governadora? Aumentou no seu governo. Não aumentou nos governos passados, Governadora! Aumentou agora! Aumentou no seu Governo! No Governo que não tomou, até agora, providência nenhuma! Um membro da sua própria família foi assassinado, Governadora! Não culpe, pois. Diga que

a senhora é culpada de tudo que está acontecendo, assuma a sua responsabilidade, Governadora.

Os Senadores paraenses já ligaram, telefonaram, falaram desta tribuna, pediram que ela, pelo menos, pudesse vir aqui. É lógico que ela não precisa, mas fizemos isso; fizemos isso sem ter a obrigação de fazer. Fizemos por piedade, por sensibilidade; fizemos porque, assim como está esse jornal de ontem, estará o de amanhã! Amanhã, quando um paraense abrir um jornal, estará vendo a morte, vendo a família paraense em luto.

Senhores e senhoras, paraenses que me assistem, Prefeito de Magalhães Barata, que me assiste nesta tarde. prefeito daquela cidade maravilhosa, fiquem certos, vereadores, fiquem certos de que, em lugar nenhum do mundo, posso afirmar a V. Ex^{as}, em lugar nenhum do mundo a violência é tão grande!

Eu quero, Presidente Marco Maciel, que proporcionalmente citem aqui neste Senado uma cidade brasileira que tenha tido em janeiro 106 mortes por assassinato. Quero que me citem, do Brasil, uma cidade apenas! Citem uma que me conformo; eu me conformo com uma, se me citarem onde a violência aumentou quase 40% em um ano. Citem uma guerra atual, citem a Faixa de Gaza, vejam onde está morrendo mais gente no mundo, se não é no meu Estado... Sei que tenho uma causa justa, que defendo com muito pulso – e continuarei defendendo, inclusive amanhã farei um novo pronunciamento aqui –, que é a causa da classe dos aposentados. Mas não posso, não devo, não consigo vir a esta tribuna sem a responsabilidade, a obrigação, o dever e a consciência de pensar nos meus irmãos paraenses que estão morrendo. Outro dia foi o meu médico cardiologista. Quantos já tombaram?! É uma guerra. A minha sensibilidade, sem nenhuma demagogia... Aliás, seria uma barbaridade alguém dizer que eu estaria praticando aqui uma demagogia diante dos dados.

Presidente, o pior, o que dói mais, Presidente, é saber que a própria Governadora... E tenho que falar no nome dela; não posso deixar de falar no nome dela se a causa compete a ela, se a decisão compete a ela, se a solução do problema está nas mãos dela, embora ela me pareça não ter vontade de resolver, paraenses. V. Ex^a que me assiste hoje aqui: a sensação que eu tenho é de que essa senhora não tem nenhuma vontade de resolver o problema.

Querem ver? Lembram aquele delegado, Presidente Mão Santa, que disse a todo o Brasil e ao Pará que uma menina de 13 anos foi presa em uma delegacia, em que foi torturada e onde os presos se serviram dela, que apagaram cigarros em seu corpo, que fizeram dela um trapo humano? Lembram-se disso? Lembra,

Brasil? O Brasil lembra. Aquele delegado responsável, Delegado-Geral do Estado do Pará, disse aqui, disse ao Brasil inteiro, para que todo o mundo soubesse o pensamento dele... Sabem o que ele disse? Lembra, Brasil? Ele disse que aquela menina era maluca, que aquela menina era doida. Ao Brasil inteiro ele disse isso. A Governadora, então, demitiu o delegado. Menos mal! Devia tê-lo colocado na cadeia! Devia tê-lo colocado na cadeia! Era cadeia para ele!

Falo sem nenhum receio. Não devo, delegado. Pode ficar com raiva de mim. Não devo. Procure o que quiser na minha vida. Não devo, delegado. Por isso é que eu falo, delegado; é porque eu não devo. Se eu devesse, eu não vinha aqui, não, delegado. Mas eu não devo. Pois sabem o que a Governadora fez agora? O delegado voltou ao cargo. É, de novo, quem manda na Polícia do Estado do Pará.

Ora, Brasil, o que pensam, por exemplo, os marginais em relação a uma medida dessa? É que o Pará está sem rumo; é que o Pará não tem governante; é que o Pará hoje não tem autoridade que tenha moral para combater o crime. E aí tombam os paraenses, matam os paraenses, roubam os paraenses, destroem as famílias.

Presidente, se o índice mensal é de 106 assassinatos, divida por 30 e veja quantos morrem a cada dia. Amanhã, quantas famílias estarão chorando? Quantos paraenses estarão chorando?

A Governadora, Presidente Marco Maciel, é do Partido dos Trabalhadores, Presidente. Amiga do Lula, do Presidente Lula!

Eu não acredito, Presidente! Sinceramente, eu não acredito! Vossa Excelência sabe da capacidade da nossa Governadora. Ajude a Governadora, Presidente! Ajude! Eu quero vir aqui aplaudir a Governadora; eu quero vir aqui a fim de parabenizar a Governadora. Eu não quero vir aqui falar mais de morte no meu Estado.

Presidente Lula, toque um pouquinho no seu coração. Presidente, abra o seu coração! Dizem que o senhor assiste a TV Senado. Um Senador seu disse aqui, neste Senado, que Vossa Excelência sempre liga a TV Senado. Se Vossa Excelência está me vendo falar, faça isso, Presidente. Dizem que Vossa Excelência tem um coração muito grande. Fez a Bolsa Família, que não é uma questão política, é social. Se Vossa Excelência teve a competência de aceitar um plano feito no Governo Fernando Henrique Cardoso, que foi a Bolsa Família, eu não acredito que Vossa Excelência saiba, neste momento, que centenas de paraenses caem mortos nas ruas a cada mês e não faça nada, que Vossa Excelência não chame a Governadora do Estado do Pará para, conjuntamente,

fazer alguma coisa por aqueles paraenses que estão sofrendo, morrendo, chorando a vida de cada parente, Presidente Lula! Faça isso, Presidente!

Olha, Presidente, eu já acionei todos quantos pude, já fiz tudo quanto pude. Já me ofereci à Governadora do meu Estado; e ela nem me telefona, não quer o apoio de nenhum Senador da República. Mas pelo menos Vossa Excelência, que tem hoje 84% de aceitação da população brasileira... Se isso é real, Presidente, se isso é verdade, se Vossa Excelência tem mesmo 84% de aceitação da população brasileira, é porque a população brasileira aceita o seu Governo, gosta do Governo de Vossa Excelência. Então, Presidente – e falo do fundo do meu coração –, faça alguma coisa, ajude, dê a mão a nossa Governadora, auxilie a nossa Governadora, mande uma equipe competente para tratar do assunto no Estado do Pará, invista na segurança do Estado do Pará, mude toda aquela estrutura arcaica, Presidente; peça à Governadora que vá às ruas, com pulso, combater a criminalidade no meu Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mário Couto, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Antes, eu queria ter a benevolência de V. Ex^a, porque eu não poderia deixar de, rapidamente, fazer alguma referência a respeito da sua palavra, se V. Ex^a permitir.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, com prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Nossos Estados são vizinhos, e Belém do Pará é uma capital por onde sempre passamos devido à ligação entre os dois Estados. Senador Mário Couto, primeiro quero parabenizar V. Ex^a, porque, quando passo em Belém, pego táxi, converso com os taxistas, converso com os camaradas que vendem nas bancas,...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – (...) e a referência do Estado do Pará no Senado é sempre feita no nome de V. Ex^a. E sempre provoço, perguntando pelos Senadores daquele Estado, e V. Ex^a tem uma excelente referência. Depois, comentarei pessoalmente quais são essas referências.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigada, Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Quanto à violência no Estado do Pará, em todo o Estado e principalmente na capital, Belém, quero dizer que realmente é algo que apavora. As pessoas realmente comentam, no seu dia-a-dia, sobre a insegurança no Estado do Pará, sobre a questão da segurança pública. Só usando esse tempinho, quero reafirmar a importância do seu discurso e, principalmente, somar-me ao pedido de providências que V. Ex^a encarece à Governadora. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Vou descer, Presidente Mão Santa, mais uma vez indignado, mais uma vez preocupado, mais uma vez chateado com o que acontece no meu Estado. Não vou calar, Presidente, não vou calar! Não há o que me faça calar!

Eu vim aqui e vou repetir: Governadora, não se preocupe não. Governadora, não fique chateada comigo. Eu estou apenas colaborando com V. Ex^a. Eu estou apenas pedindo a V. Ex^a que cumpra com sua palavra de campanha, palavra de palanque. Eu honro a minha, Governadora; eu honro. Eu disse, nos meus palanques, que ia lutar pelo meu Estado. Eu estou aqui, Governadora, lutando pelo meu Estado. Lute também, Governadora. Faça o que V. Ex^a disse nos palanques, não engane os paraenses, Governadora; não deixe os paraenses morrerem mais!

Desço, Mão Santa, indignado, mas certo de que esta voz não se calará enquanto a segurança do meu Estado não estiver organizada, enquanto os paraenses não tiverem a tranquilidade de dizer com orgulho: “Eu moro no Estado do Pará”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a desce consagrado. Che Guevara disse: “Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és um companheiro”. V. Ex^a desce exaltado.

Em obediência ao Regimento, chegou um documento para Gilvam Borges falar em nome da Liderança do PMDB. Em seguida, está inscrito o Senador Marco Maciel, que usará da palavra.

Convido o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá, a usar da palavra como Líder do PMDB.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa última sexta-feira tivemos a oportunidade de fazer uma pequena caminhada, porém de muita importância para o Estado do Amapá, na grande região do Pacuí, onde a grande bacia produtiva necessita se estruturar para o progresso que se

avizinha, depois da ida do Presidente Lula ao Amapá no ano passado, quando nos transferiu as terras da União para o Estado. Estamos todos preparando a infra-estrutura para que o setor da agroindústria possa prosperar em nosso Estado.

Essa caminhada foi de seis horas. Fomos acompanhados dos três Prefeitos da região – Prefeito Roberto Góes, Prefeito Merivaldo e Prefeito Paulo Albuquerque – e de deputados federais e estaduais. Tivemos a companhia da Deputada Fátima, da Deputada Dalva, da Deputada Lucenira, representando a bancada federal. Tivemos a companhia de Jorge Sousa, dos deputados estaduais, junto conosco, nessa grande marcha. Esteve o Presidente da Assembléia, Jorge Amanajás, alguns vereadores e o povo em geral. Foi uma grande caminhada. Isso ficou na história.

Quero dizer que o Amapá se prepara para o progresso. Por esse motivo, já estamos trabalhando, junto ao BNDES, em um grande projeto, liderado pelo Governo do Estado, ao qual estaremos integrados, para captar o financiamento de R\$600 milhões para infraestrutura, no que tange à pavimentação de estradas estaduais do Estado do Amapá: a AP-070, a AP-040, a AP-010, as estradas que interligam os Municípios de Itaúbal, Pracuúba, Amapá, Calçoene e também Vitória do Jari a Laranjal do Jari. E, nesse pacote, já vamos alocar recursos para a conclusão – já foi iniciada – da ponte sobre o rio Vila Nova.

Sr. Presidente, nós nos preparamos, e assim trabalhamos, liderados pelo Presidente Sarney, o Senador Papaléo, a nossa bancada federal, de modo geral, integrados para uma ação efetiva. Amanhã, às 18 horas, vou me encontrar com o Presidente do BNDES.

Agradeço a presença dos inúmeros populares e lideranças que estiveram comigo nessa longa caminhada no Amapá. Muita chuva e muito sol, uma hora chovia e outra fazia sol; mas, passo sobre passo, nós sinalizávamos o caminho e marcávamos, a cada passo, o desejo firme e a convicção de que somente com trabalho podemos mudar a realidade. E a mudaremos. Neste verão, haveremos de iniciar essas obras importantes. Muitos empresários do Sul chegam ao Amapá e se preparam para integrar a grande força econômica que o Amapá terá, por se tratar do portal da Amazônia e de sermos os vigilantes da grande foz do rio Amazonas. Estamos lá no extremo norte, na foz do grande rio Amazonas, e estamos preparados para isso.

O Amapá chega já com a Zona Franca Verde, que acabamos de aprovar no Senado Federal e na Câmara e agora esta em processo de sanção. Com certeza, vamos preparar nosso parque industrial para gerar o que é de mais sagrado, que são os postos de trabalho.

Para concluir, Sr. Presidente, não poderia deixar de anunciar os recursos – “Dinheiro na Conta” –, rapidamente, para que os senhores vereadores, os senhores prefeitos e a comunidade em geral possam acompanhar os recursos federais que chegam aos nossos Municípios e ao Estado.

Município de Santana. Ordem Bancária nº 2008OB901448. Emitente: Coordenação Geral de Convênios – Ministério do Turismo. Banco: Banco do Brasil. Agência: 3346. Conta: 281328. Valor liberado: R\$299 mil.

Isso foi em dezembro. Agora estamos retomando os trabalhos. É meu primeiro discurso.

Dinheiro para festas natalinas.

Vejam como nosso povo saber vir buscar dinheiro. Ninguém sabe que há dinheiro para festas natalinas, mas há. E nós conseguimos para as festividades...

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – ... natalinas em nosso Estado.

Ministério das Cidades. Dinheiro na Conta. Banco: Caixa Econômica Federal. Agência: 3102. Conta: 66470094. Valor liberado: R\$197.520,00. Objeto: ações de infraestrutura urbana para o Município de Santana.

Dinheiro na conta para Santana novamente. Parabéns ao Prefeito Nogueira, que trabalha bastante.

Banco do Brasil. Dinheiro na conta. Conta: 265268. Agência: 3346. Valor liberado: R\$299.250,79. Objeto: construção de passarela em madeira de lei, com proteção lateral, no bairro dos Remédios.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Novamente para o Município de Santana. Dinheiro na conta. Banco do Brasil. Agência: 3346. Conta: 28131x. Valor: R\$299 mil, na conta. Projeto Santana 21. Isso é do Ministério do Turismo.

Dinheiro na conta. Agora, é para o Governo do Estado. Valor liberado: R\$829 mil. Banco do Brasil. Agência: 3575. Programa de aquisição de alimentos.

Nós também arranjamos dinheiro para alimentação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É tempo natalino também...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, tem tempo natalino aqui.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Tem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Está ótimo.

Então, dinheiro na conta novamente.

Srs. Prefeitos que vêm de todo o Brasil e que estarão se encontrando com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de discutir as metodologias e encontrar caminhos para a captação de recursos no Governo Federal no que diz respeito ao PAC: se garimpar, tem; se batear, tem. É preciso se organizar para isso, e o Amapá sai na frente.

Dinheiro na conta. Banco do Brasil. Agência: 3575. Valor: R\$529.550,00. Serviços governamentais e não-governamentais que objetivam a prevenção e o combate ao preconceito e à discriminação baseados na orientação sexual. Secretária Especial de Direitos Humanos.

Portanto, é até oportuno que nós, além das grandes ideias que debatemos e dos projetos que defendemos, com as prerrogativas do Senado Federal, nunca possamos abrir mão de um trabalho efetivo, concreto e real, que é o de dar assistência e orientação na liberação de recursos federais para nossos Municípios e para o Estado.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a, como grande líder de Pernambuco e do País...

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – ...prepare-se para assumir esta tribuna, porque já estou concluindo. Conosco é assim: discursos rápidos e dinheiro na conta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento, como Líder do PMDB, de Gilvam Borges, o próximo orador que anunciamos é Marco Maciel.

Antes, porém, tem o expediente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Ex-Senador Chagas Rodrigues, apresentando condolências à família.

Justificação

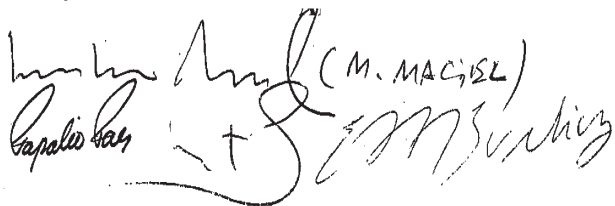
Francisco das Chagas Rodrigues, nasceu na cidade da Parnaíba – PI, no dia 8 de novembro de 1922.

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, foi Professor e Advogado, sendo inclusive, Assistente Jurídico do Ministério da Fazenda. Sua brilhante carreira política iniciou em 1950, concorrendo ao mandato de deputado Federal pela UDN. Eleito, migrou mais tarde para o PTB, tão bem representou o Piauí que foi reconduzido por mais três vezes à Câmara Federal. Em 1958, foi eleito Governador do Estado do Piauí, para o quadriênio de 1959 a 1962. Como Governador realizou grandes obras e deu atenção especial às áreas da Saúde, Educação e Transporte. Com a extinção dos partidos políticos em 1966, filiou-se ao MDB, é reconduzido para o quarto mandato de Deputado Federal, no qual foi cassado em 29 de abril de 1969, por força do AI-5, quando teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Volta à cena política em 1986 eleito Senador pelo PMDB.

Mais tarde em 1988, foi um dos fundadores do PSDB, partido a que pertenceu até os seus últimos dias. Chagas Rodrigues, em sua trajetória pública escreveu as mais belas páginas da história política contemporânea brasileira.

Diante de tão expressiva carreira política e serviços prestados ao Estado do Piauí, ao Brasil e à Democracia, apresento ao Senado o presente requerimento por perda tão significativa, solicitando o encaminhamento de votos de profundo pesar e tristeza aos familiares.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2009. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza (Mão Santa)**.



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convido o Senador Papaléo para presidir.

Eu pediria permissão para encaminhar o requerimento sobre a morte de Chagas Rodrigues, do meu Estado.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra, o Senador Mão Santa, para encaminhar o requerimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras

e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, Senador Marco Maciel, um quadro vale por dez mil palavras. Eu não aceito esses conceitos que fazem dos políticos e vou dar um testemunho aqui, Marco Maciel. A voz do povo é a voz de Deus. O Valter Pereira, se a voz do povo é a voz de Deus, como a sabedoria popular diz, então, o choro do povo é o choro de Deus. Analogia.

Esse negócio de dizer que político é isso, é aquilo. Nada disso. Político tem um conceito extraordinário. Eu sinto isso e vou provar, aqui neste Senado. Olha, eu vi, até o céu chorou quando Jonas Pinheiro morreu. Eu vi, eu fui lá para Mato Grosso. Chovia, e chorava o céu, e chorava o povo. Jonas: humilde, verdadeiro, puro. Eu vi. Choravam o céu e o povo.

Eu vi o povo chorar, em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Valter Pereira, nós vimos, até o nosso Presidente Luiz Inácio viu. Nós vimos o povo chorar por Ramez Tebet. Choro, o povo mesmo, crise, convulsão, e não foi um dia, não. Foram meses na sua cidade, e vi.

Antonio Carlos Magalhães: amado, respeitado, um bravo. Talvez de todos nós, não apenas os de agora, não, mas em 183 anos, foi o único – e para isto serve o Poder Legislativo – deu um freio no Judiciário, daqueles de pneu. Aquela história da CPI do Juiz Lalau foi o Antonio Carlos Magalhães que iniciou. Eu sei que vi a Bahia chorar. Todos nós vimos.

E aí se repete, ô Papaléo. Vi Jefferson Péres parar o Brasil. Eu vi. Então, esse negócio de que político... Isso tem em todo segmento, como tem entre médicos – nós somos médicos, não é? – entre funcionários públicos, entre sacerdotes, missionários, mas a maioria está aí.

E o Piauí, ô Marco Maciel, chora e chora o Brasil. Chagas morreu, foi enterrado ontem. Eu não pude comparecer porque eu estava em outro enterro, lá em Floriano, de um tio de Adalgisa. Eu não tenho o dom da onipresença. Aí a gente é criticado. Qualquer debilidade diz: “olha, o senhor não foi”. Ora, se eu estava em um enterro, como eu poderia estar em dois lugares ao mesmo tempo? Vejam que, às vezes, somos vítimas da maldade, não é? Eu estava lá, enterrando um familiar, um tio da minha mulher, no interior do Piauí.

Mas estamos aqui para dar o testemunho.

Marco Maciel, somos quase da mesma idade, eu tenho 66 anos. Eu quero dizer o seguinte: o Chagas Rodrigues é da minha cidade, é do meu Estado. Se ele não estiver no céu, Papaléo, nós estamos é lacados, porque o homem era correto, decente e santo. É essa a definição.

Nascido na minha cidade, aos 16 anos, ele saiu para estudar Direito, Marco Maciel, no Recife, começou lá. Depois, foi para São Paulo e foi orador da sua turma. Não seria fraco um orador fraco que já mostra

as suas virtudes. E o sonho dele era ser do Itamaraty. Foi para o Rio, fez os concursos de Direito, e a sua família, o seu irmão, que era líder político, o colocou como Deputado Federal. E ele, muito novo, foi eleito Deputado Federal. Elegante, firme; casou com uma prima minha: Maria do Carmo Rodrigues.

Assim é o destino. O homem foi governador do Estado. A minha mãe sempre dizia: “O homem põe e Deus dispõe!”

Presidente da República Sarney. Foi? Foi Tancredo, mas Deus determinou que fosse o Presidente Sarney para que, com sua paciência e sua tolerância, ele vivesse o momento mais difícil da nossa História: a transição de um governo ditatorial, violento para um governo da lei, da paz e da ordem.

Chagas Rodrigues, novo, deputado, bonito e elegante, foi eleito aos 28 anos.

Papaléo, oposição é difícil, nós sabemos. Os candidatos das oposições morreram às vésperas da eleição. Demerval Lobão governador e Marcos Parente para senador. Um jipe. Naquele tempo, não tinha estrada de asfalto próximo a Teresina. Hoje, a cidade recebe o nome de Demerval Lobão. A um mês da eleição, quem colocaram para substituir o candidato contra o Governo? As oposições o escolheram, e ele foi eleito governador do Estado do Piauí.

Muito novo, aos 36 anos de idade, foi eleito nessa circunstância. Talvez pela emoção das mortes, ou pela capacidade dele mesmo, mas o fato é que ele foi.

Papaléo, eu me lembro e vi aqui. Eu vi o Tião Viana exaltar o nosso Presidente Luiz Inácio – nosso Presidente, com todo o respeito. Vai dar um dinheiro para os egressos do mal de Hansen, que se chamava lepra. Hoje, a Medicina chama mal de Hansen. Aí fez civilidade. Negativo, Tião. Em 1958, que é antes de agora, Chagas Rodrigues, Governador do Piauí, já dava esse dinheiro aos egressos dos leprosários do Piauí: deformados, mutilados, numa situação difícil. Atentai bem! 1958. Eu sei. Então, talvez o Luiz Inácio tenha se inspirado nisso. Mas digamos que foi ele.

E eu vou dizer mais uma, Papaléo.

Ô, Marco Maciel, soldado não podia casar! Não casava. Soldado não casava. Já pensou? Isso em 1958. Casar, não, pelo menos, lá, no Piauí – eu não sei o resto. Mas era um confusão. As pessoas se amigavam, mas não casavam. Olha aí o rolo doido. Sem mulher, não dá, não!

Foi ele. Ele que permitiu, ele! E Chagas Rodrigues fez um governo avançado: o prédio do DER, em Teresina; a companhia energética, a Cepisa, e a Agepisa. Criou o Serviço Social do Estado, que sua esposa, Maria do Carmo, dirigiu. Terminado o Governo do Piauí, se reeleitou. Foi cassado como Deputado

Federal do último ato institucional, a integridade de Chagas Rodrigues.

Fui Governador do Piauí, Marco Maciel, e eu não era o primeiro, não. O primeiro que o povo queria era um ex-Prefeito, Wall Ferraz, de Teresina, tucano. Ele foi ver no Estado quem seria melhor para que ele fosse eleito Governador. E fez pesquisas, Wall Ferraz, colocando um comunista como vice, colocando um do PT como vice. Depois me colocou, aí a coisa melhorou com o meu nome.

Então, fui convidado por esse Wall Ferraz para ser vice. Ele era Prefeito de Teresina, tucano. Então, ele desistiu nas últimas horas, e eu não era também o segundo, não. Era o destino – não era o segundo. O primeiro era Wall Ferraz, o segundo era Chagas Rodrigues.

Aí, o Chagas, na reunião dos partidos de Oposição, disse: “Eu já estou com bastante idade, cansado, e isso é coisa para gente nova”. Papaléo, aí ele disse: “O meu candidato é esse menino, Prefeito da Parnaíba, extraordinário”.

Aí, eu ganhei a eleição, com um aval desses, um destino desses! E estamos aqui. Ganhamos duas vezes no Piauí.

Mas foi Chagas Rodrigues quem fundou o MDB, fundou o PSDB; foi o mais ligado a Mário Covas, outro que está no céu. Outro homem que está nos céus, há políticos muito bons.

Marco Maciel, acho que avião é a maior invenção do mundo. Tenho até raiva de computador porque não sei mexer naquilo direito, mas em avião a gente vai e chega. Acho mesmo que é a melhor... Ô Valter Pereira, qual é a melhor invenção da civilização? Acho o avião, porque, quando passa uma mulher bonita, o que se diz? Olha um avião! Então, o avião é um negócio bacana. Mas um avião quando cai é muita confusão, é carro virando, barro voando. Existe muito mais morte de motocicleta do que de avião. Pode contar estatisticamente. E assim é político. A grande maioria é assim.

Ô Marco Maciel, eu vou dizer e eu estou tomando o seu tempo, Marco Maciel, porque eu quero ensinar a esses aloprados que estão assaltando o povo do Brasil a cada instante, inconsequentemente, imoralmente e indecentemente. Os quadros estão aí. A gente vê em todo lugar. Não tinham nada e, hoje, são poderosos e ricos.

Chagas Rodrigues foi tudo. E o sogro dele era riquíssimo. Era o meu “Tio Patinhas”. Era o maior industrial do Piauí. Tinha dois navios e colocou a fábrica do Piauí no Rio de Janeiro, na Ilha do Governador. O sabão que era Moraes, foi Da Copa, e a gordura Moraes Du Norte ganhou da gordura Coco Carioca. O pai dele também era poderoso: comerciante, representante

da Brahma, representante da Volkswagen e daqueles filtros Fiel. V. Ex^a se lembra, Papaléo? Filtro Fiel, como você é na sua vida amorosa, fiel. E Fiat Lux, do pai dele. Quer dizer, era pessoa abastada. Foi tudo. Foi Vice-Líder do PSDB, foi Vice-Presidente deste Senado. Só tem um imóvel. V. Ex^a se lembra, Marco Maciel? É, e mais: essas pessoas são dotadas...

Olhem um livro que ele me mandou. Ele, fardado com a farda do Ginásio Parnaibano – ele estudou na minha cidade. O livro é de poesias, que fazia desde menino.

“Aos prezados primos, Francisco [eu] e Adalgisa. “Cordialmente, Chagas Rodrigues.” Quando ele fez 80 anos.

Rapaz, tem poesia aqui, Papaléo!

Interessante, em 1965, ele tem uma sobre a morte:

Ó, Morte,
Amiga Morte,
Quando passearemos juntos,
De mãos dadas,
Ao longo de alamedas?
Espero-te, um dia,
Sob as acácias-vermelhas,
Na hora do sol poente
Antes que o lençol da noite me envolva.

Mas era um apaixonado. Papaléo, você não pode dar nem... É Josélia, não é? E nem a Adalgisa pode ver esses versos porque nós não sabemos escrever os versos que ele escrevia para a amada mulher dele, Maria do Carmo.

Olhe, não dá. Mas um amigo dele, Reginaldo Furtado, que foi seu secretário, um homem honrado, da OAB, um dos maiores nomes de virtude, de honestidade, pediu para eu ler isto aqui para vocês terem uma noção do que é o regime da ditadura.

E, hoje, reassisti a uma entrevista de João Cláudio Moreno. Viu, Papaléo? Você nunca o levou ao Amapá, não? Ora, pode levar. Mas não tem negócio de Chico Anysio, Jô Soares. É o maior humorista deste País: João Cláudio Moreno.

Mas ele fez uma entrevista. Culto, intelectual. Ele é do PCdoB. Aliás, é o melhor nome que o PCdoB tem, no Brasil e no Piauí, esse João Cláudio Moreno. Fez uma entrevista linda, linda, linda, porque ele é competente mesmo esse João Cláudio Moreno. Ele foi eleito vereador de Teresina em uma votação, e ele não quis porque política é essa coisa, mas ele fez uma entrevista linda. E ele indaga ao Chagas por que ele ingressou na UDN e depois pulou para o PTB? Não seria uma contradição, ele que combatera o Getúlio?

Ele disse: – “Não, eu combati a ditadura. Eu sou contra qualquer ditadura. Então, eu apoiei o Getúlio democrata, eleito no regime democrático.”

Olha a convicção!

“Combati qualquer ditadura” – a dos militares, que pagou com caro preço de ser cassado no último listão do AI 5, junto com Mário Covas, comparável a Mário Covas, amigo de Mário Covas.

Eu era Prefeito, ele estava no Senado, ele me telefona para ir para o PSDB. Hoje eu acho que devia ter ido, devia ter tido asa e vindo – esse PMDB está um rolo...

Mas, atentai bem, Suplicy! Esse martírio de pessoas cassadas. Falou-se em anistia e em exilados, mas olha aqui o verso dele:

*Estrangeiro na própria Pátria.
Papaléo Paes, olha o que diz:
Estrangeiro na própria Pátria
Ouve, Amiga,
Deve ser triste viver em terra alheia
Longe da Pátria,
Longe da família
Longe dos Amigos
Porém é ainda mais triste,
Viver como estrangeiro,
Na própria Pátria,
Com o mandato eletivo cassado,
Com os direitos políticos suspensos,
E proibido de rever
A Cidade Natal,
O Estado Querido
E o Povo Amado.*

É...A ditadura; os que foram cassaram aqui eram proibidos de sair. Então, Chagas ficou preso aqui na nossa encantada Brasília, como Juscelino Kubitschek, depois que voltara. Todo mundo sabe o sofrimento dele, preso em Luziânia. Ele não podia circular, ele não podia ver Brasília, Marco Maciel. Então, essa é a pessoa.

Está mais pobre o Piauí, mas fica o exemplo. A filosofia dele, como o Presidente Sarney, há pouco nós vimos, a vida toda ele disse que cultivava a política e a literatura, a formação e a grandeza intelectual. Chagas também; também nessa luta.

Papaléo, atentai bem! Todo mundo sabe como é bonito o Eclesiastes: Sob o céu, há um tempo determinado para cada propósito; tempo de nascer e morrer... Está lá.

Olhe o que disse Chagas, com a sua sensibilidade:

Tudo tem seu tempo
Ouve, Amada,

[ele sempre fazia suas para Maria do Carmo, a esposa, a mulher]

Mulher do meu coração

Já foi ensinado

Que “tudo tem seu tempo determinado”.

Que há “tempo de chorar”

E “tempo de rir”;

“Tempo de odiar”

E “tempo de amar”;

“Tempo de guerra”

E “tempo de paz”;

Tempo de matar”

E “tempo de curar”.

Doce Mulher Querida,

[os versos eram sempre conversando com a mulher amada. O amor existe, o amor é lindo]

Amor de minha vida,

Minha mensagem é outra.

Ouve a verdade que te digo:

Os tempos de chorar,

Os tempos de odiar

Os tempos de guerrear

E os tempos de matar

Estão começando a morrer.

E dia virá

Em que todos os homens e mulheres

Livres, iguais e irmanados,

Não terão horas nem motivos

Para o choro,

Para o ódio,

Para a guerra

E para a matança,

E passarão a viver felizes

Num novo mundo,

Numa nova civilização

Em que resplandecerá a grande estrela.

Brasília, julho de 1981.

Olhe, Papaléo, a bondade desse homem, que foi cassado, preso em Brasília e impedido de ir à nossa querida Parnaíba e ao nosso Piauí. Não ficou revoltado, homem com esperança. E realmente, depois daí, ele voltou acima da adversidade, deu a volta por cima, foi Senador da República dos mais honrados. Hoje, quando falei, vi todos os funcionários aqui a lamentar – todos – a perda do Chagas Rodrigues, que por aqui passou. Era isso que eu queria dizer.

O Piauí ficou mais pobre. Então, pedimos este requerimento para todos os familiares de Chagas Rodrigues, que oferece este livro:

À mui amada Maria do Carmo [que já morreu], esposa carinhosa

E companheira de todos os momentos.

À memória de meus prezados pais, Poncion e Ignésia. Às minhas queridas irmãs Maria da Conceição, Inez, Teresa e Paula.

À memória de meu estimado irmão José Alexandre [que o colocou na política e e foi Prefeito da minha cidade] aos diletos filhos, meus e de Maria

Do Carmo: Teresa, Almira, Conceição e Alexandre.

A todos com minha eterna gratidão.

Agora, além disso, Papaléo, vamos nós. Aqui, falo em nome de Heráclito Fortes, em nome de João Vicente Claudino. Nós pedimos à Mesa, ao Presidente José Sarney e oferecemos este DVD, produção extraordinária de um intelectual, artista, humorista, artista melhor do meu País. Leve-o ao Amapá. Ele é um espetáculo, é o maior artista piauiense. O Piauí teve o maior jurista, Evandro Lins; o maior planejador, João Paulo Reis Veloso, o grande Petrônio Portella, o maior jornalista, Carlos Castello Branco e esse homem intelectual, artista, João Cláudio Moreno.

Vamos entregar à Mesa para que ela insira nos programas da televisão a vida da Chagas Rodrigues, por meio da entrevista concedida a João Cláudio Moreno. É um instante, uma oportunidade para o Piauí de, por meio do exemplo desse filho, educar o nosso País, os nossos políticos.

Essas são, então, nossas palavras. Senador Marco Maciel, V. Ex^a é um homem de Deus. Quero aproveitar as imagens da TV Senado e o som das rádios AM e FM. Que as ondas sonoras levem nossas palavras aos Céus e a Deus, como uma reza, como uma oração em súplica.

Ó Deus! Receba o melhor dos filhos dos piauienses: Chagas Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senador Mão Santa é autor de um requerimento de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues, acabou de encaminhá-lo como autor do requerimento.

Por solicitação do Senador Marco Maciel serão concedidos agora cinco minutos para que o Senador Eduardo Suplicy faça seu encaminhamento sobre o mesmo requerimento. Após o Senador Eduardo Suplicy, falará o Senador Marco Maciel como subscritor do requerimento, que fará o seu encaminhamento.

Em seguida, logicamente, será feita a votação e tomadas as providências regimentais.

Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de dizer que o Senador Mão Santa fez uma solicitação que será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, quero me juntar à palavra do Senador Mão Santa de homenagem ao querido Senador e Governador Chagas Rodrigues, do Estado do Piauí. Eu também havia preparado um requerimento, o qual quero que seja inserido em Ata, de voto de pesar pelo falecimento, aos 87 anos, do ex-Governador e ex-Senador Chagas Rodrigues, do Piauí, ocorrido sábado, dia 7 de fevereiro, no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, após parada cardíaca durante uma cirurgia para retirada de uma sonda, bem como a apresentação de condolências aos filhos José Alexandre, Almira, Tereza Lírio e Conceição.

Chagas Rodrigues, conforme salientou o Senador Mão Santa, que também foi Governador, foi o Governador mais jovem da história do Piauí. Foi empossado aos 37 anos, mas renunciou para ser Deputado Federal pelo PTB. A trajetória política de Chagas Rodrigues teve início em 1950, com a eleição para Deputado Federal pela UDN. Algum tempo depois, migrou para o PTB, sendo reeleito em 1954 e em 1958. Todavia, um fato excepcional o impediu de assumir aquele que seria o seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

No dia 4 de setembro de 1958, um acidente automobilístico, conhecido como a Cruz do Cassaco, tirou a vida dos então candidatos a Governador e Senador do Piauí, Demerval Lobão e Marcos Parente. Chagas Rodrigues e Joaquim Pereira substituíram a ambos.

Assim, graças à legislação vigente à época, o candidato Chagas Rodrigues foi eleito tanto para Governador como para Deputado Federal.

Atento ao calendário eleitoral, renunciou ao Governo do Estado em 1962 e empreendeu uma dupla candidatura, sendo derrotado na eleição para Senador e eleito para o seu terceiro mandato de Deputado Federal, chegando a presidir a Convenção Nacional do PTB, em 1965. Contudo, a extinção dos partidos políticos determinada pelos militares o fez ingressar no MDB, partido pelo qual foi reeleito em 1966, chegando a primeiro vice-líder da bancada.

Sua carreira política foi interrompida em 29 de abril de 1969 por força do AI-5. Seus direitos políticos foram suspensos por 10 anos. Ante sua inatividade compulsória, passou a lecionar no Centro de Ensino Universitário de Brasília. Finda a sua punição, ingressou no PMDB.

Em 1982, foi candidato a Senador pelo Piauí. Mesmo tendo recebido quase 80 mil votos a mais que o outro concorrente, não foi declarado eleito em razão da legislação que considerava a soma do total de candidatos de cada partido (sublegendas) e não apenas a votação individual dos mesmos. Retornou

então para Brasília, onde prestou assessoria ao Governo do Distrito Federal. Mais uma vez candidato a Senador em 1986, foi eleito. E em 1988 foi um dos fundadores do PSDB.

Foi justamente nesse período, pois aqui ingressei eleito em 1991, que comecei a ser colega do Senador Chagas Rodrigues, assim como o Senador Marco Maciel, e tivemos uma convivência de excelente qualidade pelo respeito mútuo, admiração e colaboração.

Desde o fim de seu mandato passou a residir em Brasília e, em 2007, recebeu uma indenização por conta das perseguições sofridas durante o período militar no Brasil, conforme a Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

O Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí, que acompanhou o funeral neste domingo, decretou luto oficial de três dias e destacou a amizade pessoal que o ligava a Chagas Rodrigues, considerado historicamente um governador progressista do Piauí no século XX. Também relembrou seus tempos de convivência com o então Senador Chagas Rodrigues no início dos anos 90, quando o Banco do Estado do Piauí – BEP – foi liquidado extrajudicialmente.

Wellington Dias recorda que, àquela época, era Presidente do Sindicato dos Bancários e que o convívio com Chagas Rodrigues forjou a grande amizade entre os dois homens públicos. “Creio que é uma grande perda para o Piauí”, disse o Governador. “Ele foi alguém que, com certeza, sacrificou inclusive sua própria família, pela dedicação ao Piauí”, acrescentou.

Prezado Senador Mão Santa, tive uma surpresa, ao lado de uma tristeza. São filhos de Chagas Rodrigues: José Alexandre, Almira, Tereza Lírio e Conceição.

Há muitos anos que conheço Tereza Lírio, uma das melhores psicanalistas do Brasil. Nos anos 90, perguntei a um amigo meu sobre uma pessoa com quem poderia consultar-me, uma psicanalista, e ele indicou-me a Dr^a Tereza Lírio. Foi quando a conheci. E ela foi muito bem recomendada. Além disso, a Dr^a Tereza Lírio, que é uma pessoa de extraordinárias qualidades, na sua forma ética de ser, nunca me revelou que seu pai havia sido meu colega e amigo. No entanto, foi o Dr. Luciano Lírio, amigo de um assessor meu, economista que tem aulas com ele, ao lhe contar do falecimento do pai de Tereza Lírio, que me fez tomar conhecimento que o nosso colega Chagas Rodrigues que havia falecido era o pai da Dr^a Tereza Lírio. Então, ontem, fiz questão de ligar para ela e expressar-lhe o meu sentimento de respeito mútuo, de amizade e de admiração. E ela própria me relatou que o seu pai tinha uma ótima relação comigo. Inclusive recordou que certa vez eu havia dito que se porventura, naqueles

anos 90, anos em que fomos colegas aqui no Senado, Chagas Rodrigues fosse candidato a governador pelo Estado do Piauí, eu procuraria ajudar, inclusive com o apoio do PT, porque avaliava que ele era uma pessoa de muita afinidade conosco.

Quero, portanto, fazer esta demonstração de carinho e amizade especial a esse grande piauiense, ex-Governador e Senador Chagas Rodrigues.

Sr. Presidente, fiz questão de assinar a proposição do Senador Mão Santa, como também encaminho o texto que havia preparado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, que também subscreveu o requerimento do Senador Mão Santa de voto de pesar pelo falecimento do Senador Chagas Rodrigues.

O pedido de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel. S. Ex^a fará o encaminhamento do requerimento e também fará uso da palavra pelo tempo regimental como orador inscrito, posteriormente à votação do requerimento.

Após o seu encaminhamento, faremos a votação do requerimento. E logicamente V. Ex^a estará novamente na tribuna para exercer o tempo regimental como orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente o Senador Mão Santa, Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Sr. Senador Eurípedes Camargo, Suplente do Senador Cristovam Buarque, que desempenhou mandato aqui com muita competência no Senado Federal, minhas senhoras e meus senhores, eu desejo, a exemplo dos senadores que me antecederam, associar-me à manifestação feita pelo Senador Mão Santa pelo passamento do Senador Chagas Rodrigues.

Tive a oportunidade, em sucessivos instantes da vida pública, de conviver com S. Ex^a e sua família, Dona Maria do Carmo e seus filhos, e aprendi a apreciá-lo desde muito cedo, já que era um homem público no pleno sentido da palavra, uma pessoa extremamente preocupada com a solução dos problemas do Nordeste.

Era um autêntico homem sertanejo, de um dos nossos Estados do Nordeste, o Piauí, e prestou ao seu Estado relevantes serviços em diferentes funções que exerceu, fazendo o mesmo em plano nacional.

Daí por que eu quero, Sr. Presidente, nesta hora, apresentar também minhas condolências à família e

às instituições às quais pertencia o Senador Chagas Rodrigues.

E, após a votação desse requerimento, eu vou solicitar a V. Ex^a que eu possa usar da palavra, posto que já estou inscrito em segundo lugar na ordem de oradores na presente sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Solicito a V. Ex^a que permaneça, porque será um procedimento rápido.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado, e o requerimento vai ao Arquivo.

Antes, eu quero, também, ler um requerimento assinado pelo Senador Eduardo Suplicy, que solicita voto de pesar também pelo falecimento do ex-Senador piauiense, Chagas Rodrigues. Ainda há pouco, o Senador Eduardo Suplicy fez o seu encaminhamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 87 anos, do ex-governador e ex-senador do Piauí, Chagas Rodrigues, ocorrido no último sábado, dia 7 de fevereiro, no Hospital Santa Lúcia em Brasília, após parada cardíaca durante uma cirurgia para a retirada de uma sonda; bem como apresentação de condolências aos filhos José Alexandre, Almira, Tereza Lírio e Conceição.

Justificação

Chagas Rodrigues foi o governador mais jovem da História do Piauí. Foi empossado aos 37 anos, mas renunciou para ser deputado federal pelo PTB.

A trajetória política de Chagas Rodrigues teve início em 1950 com a eleição para deputado federal pela UDN. Algum tempo depois migrou para PTB, sendo reeleito em 1954 e em 1958, todavia um fato excepcional o impediu de assumir aquele que seria seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados: no dia 4 de setembro de 1958 um acidente automobilístico, conhecido como a Cruz do Cassaco, tirou a vida dos então candidatos a governador e senador do Piauí – Demerval Lobão e de Marcos Parente – e Chagas Rodrigues e Joaquim Pereira substituíram a ambos. Assim, graças à legislação vigente à época o candidato Chagas Rodrigues foi eleito tanto para governador quanto para deputado federal.

Atento ao calendário eleitoral renunciou ao governo do estado em 1962 e empreendeu uma dupla candidatura sendo derrotado na eleição para senador

e eleito para o seu terceiro mandato de deputado federal chegando a presidir a convenção nacional do PTB em 1965. contudo a extinção dos partidos políticos determinada pelos militares o fez ingressar no MDB, partido pelo qual foi reeleito em 1966 chegando a primeiro vice-líder da bancada.

Sua carreira política foi interrompida em 29 de abril de 1969 por torça do AI-5 e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos. Ante sua “inatividade compulsória” passou a lecionar no Centro de Ensino Universitário de Brasília. Finda a sua punição ingressou no PMDB.

Em 1982 foi candidato a senador pelo Piauí, mesmo tendo recebido quase 80 mil votos a mais que o outro concorrente, não foi declarado eleito em razão da legislação que considerava a soma do total de candidatos de cada partido (sublegendas) e não apenas a votação individual dos mesmos.

Retornou então a Brasília onde prestou assessoria ao governo do Distrito Federal. Mais uma vez candidato a senador em 1986 foi eleito e em 1988 foi um dos fundadores do PSDB.

Desde o fim de seu mandato passou a residir em Brasília e em 2007 recebeu uma indenização por conta das perseguições sofridas durante o período militar no Brasil conforme a Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

O governador Wellington Dias, que acompanhou o funeral, neste domingo, decretou luto oficial de três dias e destacou a amizade pessoal que o ligava a Chagas Rodrigues, considerado historicamente o único governador piauiense progressista do século XX. Também relembrou seus tempos de convivência com o então senador Chagas Rodrigues, no início dos anos 90, quando o Banco do Estado do Piauí (BEP) foi liquidado extrajudicialmente.

Wellington Dias recorda que, àquela época, era presidente do Sindicato dos Bancários e que o convívio com Chagas Rodrigues forjou a grande amizade entre os dois homens públicos. “Creio que é uma grande perda para o Piauí”, disse o governador. “Ele foi alguém que com certeza sacrificou inclusive

sua própria família, pela dedicação ao Piauí”, acrescentou.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2009. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Então, também o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, de voto de pesar, será encaminhado como foi solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, como orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Professor Adam Przeworski, grande cientista político nascido na Polônia, que posteriormente exerceu o magistério na França e, finalmente, se radicou nos Estados Unidos, em visita ao Brasil, em 1995, atendendo a um convite da Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, produziu aqui palestra muito interessante e, ao final, concedeu entrevista à revista *Veja*, nas chamadas páginas amarelas, discutindo problemas relativos à democracia e ao seu fortalecimento.

Apesar do mundo conturbado em que vivemos neste início do Terceiro Milênio, a democracia continua sendo uma aspiração universal. Embora o conceito seja antigo, sua realidade é algo almejado por muitas gerações. Os que dela já desfrutaram lutam para aperfeiçoá-la; os que ainda não a conquistaram lutam para alcançá-la.

O Professor Adam Przeworski, lembrou na oportunidade que há dois séculos não se criava nenhuma nova instituição democrática. E disse ele:

Tudo o que conhecemos de democracia, e seguimos copiando, foi concebida há duzentos anos. A melhor forma que se conhece de democracia é exercê-la através de eleições livres. Isto é muito bom, mas todavia não basta.

Sr. Presidente, realmente voto e pleitos eleitorais são as duas grandes invenções da democracia representativa. Temos de concordar que se trata de requisitos necessários, embora não suficientes à preservação do regime democrático.

Sob o ponto de vista formal, em inúmeros países vota-se há mais de duzentos anos. Até meados do século XIX, contudo, o voto era extremamente restrito. A universalização do direito do voto atendeu, assim, a um dos requisitos da democracia: tornou-a mais representativa. Porém, a extensão do direito de voto às mulheres só ocorreria, em grande parte dos países europeus e da América Latina, depois da Primeira Grande Guerra Mundial, ou seja, depois de 1920. Portanto, se nos reportarmos à Atenas de Péricles, vemos que a democracia, como aspiração é antiga, mais de 25 séculos. Porém, ela ainda não completou um século como realidade em grande parte dos países, se tomarmos como referência 1919, fim da Primeira Grande Guerra Mundial, ou 1945, fim da Segunda Grande Guerra Mundial.

Quando Przeworski aludiu ao fato de que há mais de dois séculos não se cria nenhuma nova instituição

democrática, seguramente referia-se ao princípio da separação dos Poderes do Estado, concepção de John Locke, em seu livro *Tratados sobre o Governo Civil*, 1689, e Montesquieu, o autor da famosíssima obra, *O Espírito das Leis*, de 1748. A democracia, contudo, construiu outros avanços além da separação dos Poderes do Estado.

Na época desses dois pensadores, a humanidade conhecia só uma forma de governo: a monarquia absoluta. Em 1787, data da promulgação da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte ficou escrita a idéia da república eletiva como forma de governo e a Federação como forma de Estado – como se sabe os Estados Unidos proclamaram a sua independência em 1776, e, onze anos após, promulgou sua Constituição, que ainda hoje vigora. É talvez a Constituição escrita mais antiga em vigor, com pouquíssimas.

Os dois séculos a que se referira Przeworski avançam, portanto, para 1987, ano anterior à promulgação da nossa atual Constituição, que é de 1988, como sabemos, e ano passado comemoramos em 5 de outubro seus vinte anos de existência.

Nela, já não nos referíamos mais à democracia representativa, mas à democracia participativa, em razão dos novos institutos políticos incorporados ao texto constitucional em vigor: o plebiscito, o *referendum*, e a iniciativa popular.

A democracia participativa não é utopia e, menos ainda, uma aspiração inalcançável. Só depende de nós. Enquanto tivermos, contudo, ojeriza aos partidos, desprezo pelas instituições que nos governam, desinteresse pelos assuntos que nos dizem respeito e aversão à política, corremos o risco de, na guerra de interesses, tornarmo-nos reféns de pressões, legítimas ou espúrias, que se aproveitam da omissão dos cidadãos, do compromisso de alguns e da alienação de muitos.

Na era da informação, todos nós temos recursos, instrumentos e meios para nos mantermos informados sobre o desempenho de nossos representantes em nossas Cidades, Estados e no Congresso Nacional. Instrumentalizar esses canais de informação, que são interativos, só nos ajudará a encurtar o caminho, entre a democracia representativa que temos e a democracia participativa que queremos.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de insistir na compreensão de que não basta criticarmos a política e amaldiçoarmos os partidos. Temos de nos unir em torno dos interesses legítimos que defendemos, sem renunciarmos às ideias nas quais acreditamos, para aprimorarmos nossa democracia, para aperfeiçoarmos os partidos com que simpatizamos ou com que nos identificamos e, finalmente, para fazermos da repre-

sentação política do País a expressão de nossas aspirações por um País mais próspero, um regime mais justo e estável e uma sociedade mais solidária. Isto exige de cada um sacrifício de progredirmos a cada dia, com exemplos, construindo, portanto, nossa cultura política, participando da vida pública da Nação e de suas instituições.

Posteriormente, Sr. Presidente, pretendo voltar a discutir essas ideias do Professor Adan Przeworski.

Sr. Presidente, desejo, ao encerrar as minhas palavras, apresentar requerimento de pesar, na forma do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, pelo falecimento do engenheiro químico e empresário Edson Mororó Moura, ocorrido em 15 de janeiro do corrente ano em sua residência, no Bairro da Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco.

Requeiro, em desdobramento ao requerimento que ora leio, a inserção de voto de profundo pesar na Ata da presente sessão e apresentação de condolências aos seus familiares, à empresa Acumuladores Moura S.A., à Federação das Indústrias de Pernambuco – Fiepe, à Federação de Comércio de Pernambuco – Fecomércio, e à Prefeitura Municipal de Belo Jardim, posto que ele era natural deste município, uma das prósperas cidades do agreste do meu Estado, Pernambuco.

Edson Moura nasceu há 79 anos, e era apenas um recém-formado pela antiga Escola Superior de Química da Universidade Federal de Pernambuco quando apostou na ideia do mecânico Agripino Gonçalves Farias, na época funcionário de uma fábrica de doces de sua família, para produzir baterias para automóveis a partir da reciclagem das placas de chumbo de baterias usadas.

É certo que o seu projeto era extremamente ousado, mas ele era além de uma pessoa competente, de boa formação intelectual – ele e sua esposa, Dona Conceição, também colega dele no curso de Engenharia Química – o casal era, portanto, obstinado na obtenção dos seus objetivos e resolveu empreender, no agreste de Pernambuco, uma fábrica de baterias.

Na PUC de São Paulo, conheceu um professor que lhe apresentou um homem que já havia trabalhado, durante 10 anos, na fabricação de baterias, que o levou a visitar uma fábrica que havia falido e, ali, ele pode-se inteirar melhor do mecanismo de fabricação e administração de uma empresa produtora de acumuladores.

Ao final, Edson Moura deixou cinco fábricas de baterias, quatro das quais em Belo Jardim, sua terra natal, e uma em São Paulo.

O Dr. Edson, como era chamado pelos dois mil funcionários do seu grupo, fundou a fábrica de baterias Moura há 51 anos, uma aposta de olho no futuro, uma vez que, na época, só havia em Belo Jardim.

Ele enfrentou dificuldades, mas conseguiu uma bolsa de estudos da Usaid, nos Estados Unidos, e partiu para conhecer fábricas e conhecer os avanços tecnológicos da época. Dos Estados Unidos, foi à Inglaterra em 1968, onde conheceu a maior montadora de baterias e firmou contrato de recebimento de tecnologia bastante significativo para o desenvolvimento de sua indústria.

A marca Moura é, hoje, frise-se, líder do mercado no Brasil. Está entre as empresas que mais exportam em Pernambuco. Tem negócios em Porto Rico, Argentina, Paraguai, Uruguai, Inglaterra, Portugal, Grécia, República Dominicana, Venezuela, Equador, Cuba, Bolívia, México, Guianas e em todas as capitais e principais cidades do Brasil. Do lucro total obtido com a venda de baterias, 15% são oriundos de exportação.

A Baterias Moura tem grande importância para a economia nordestina e brasileira. Em Pernambuco, está entre as cinco empresas que mais investem na expansão da produção e dos negócios, ampliando, cada vez mais, o parque industrial e buscando novas tecnologias. Produz, atualmente, quatro milhões de baterias por ano e o seu faturamento anual gira em torno de R\$312 milhões.

Por fim, Sr. Presidente, desejo dizer que era amigo de longa data de Edson Moura e conheço e aprecio a sua família. Eles têm um cunhado que é Deputado Federal, um sobrinho que foi Secretário da Agricultura, Deputado Estadual, Deputado Federal e Governador de Pernambuco, chamado José Mendonça Filho.

O desaparecimento de Edson Moura representa uma grande perda para o nosso Estado. Ele deixa, porém, um exemplo a ser vivido, de que a educação é essencial para que o cidadão possa contribuir, de forma mais adequada, para o desenvolvimento do seu País. Outra contribuição é de que é necessário perseverar. Ele foi uma pessoa que perseverou nos seus objetivos e que, portanto, deixou uma marca não somente de um grande empreendedor, mas de alguém que tinha uma visão privilegiada dos problemas do Estado de Pernambuco, do Brasil e do mundo.

Tenho certeza de que o desaparecimento de Edson Moura muito nos entristece, mas, por outro lado, o seu nome serve de inspiração a todos que desejam contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado e do País.

Creio que a sua morte, se nos deixa tristes de um lado, por outro lado, serve como testemunho e como exemplo.

Também devo encerrar dizendo que o exemplo dele continuará a nos inspirar, mesmo porque, como disse certa feita Rui Barbosa, *“A morte não extingue, transforma. Não aniquila, renova. Não divorcia, aproxima.”*

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Engenheiro Químico e Empresário Edson Mororó Moura, ocorrido no dia 15 de janeiro, do corrente ano, em sua residência no bairro Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco.

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolências:

- a) a seus familiares;
- b) a Acumuladores Moura S/A.;
- c) à Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE;
- d) à Federação do Comércio de Pernambuco – FECOMÉRCIO; e
- e) a Prefeitura Municipal de Belo Jardim.

Justificação

Edson Mororó Moura foi um dos mais notáveis empreendedores pernambucanos nos últimos cem anos. Possuía uma privilegiada visão dos problemas do Nordeste e do Brasil, aliada a uma enorme capacidade de trabalho, o que lhe permitiu transformar o Grupo Moura – pequena fábrica de nosso Agreste – em uma empresa nacional com grande capacidade exportadora, inclusive com estabelecimentos em vários países.

Nascido em Belo Jardim há 79 anos, Edson Mororó Moura era apenas um recém-formado pela antiga Escola Superior de Química do Recife quando apostou na idéia do mecânico Agripino Gonçalves Farias, na época funcionário de uma fábrica de doces de sua família, para produzir baterias para automóveis, a partir da reciclagem das placas de chumbo de baterias usadas. Logo o projeto se revelaria uma missão inglória no sertão, por absoluta falta de profissionais especializa-

dos e fontes de suporte. Mesmo assim, Edson Moura resolveu ir em frente, buscando em São Paulo o que lhe faltava, de um jeito insólito.

Isso ocorreu lá pelo ano de 1957. Tal idéia foi abraçada, mas Edson Moura viu que era preciso estudar muito e que o negócio não era tão simples. Realmente precisava aprender mais sobre o assunto.

Foi na PUC de São Paulo que conheceu um professor que lhe apresentou a um homem que já havia trabalhado durante dez anos na fabricação de baterias que o levou a visitar uma fábrica que havia falido e lá pôde recrutar um operário e comprar alguns poucos equipamentos usados, que serviram de base para fazer outros equipamentos capazes de fabricar uma bateria, mesmo que tosca.

Dr. Edson, como era chamado pelos dois mil funcionários do grupo, fundou a fábrica de Baterias Moura há 51 anos com a mulher, também Engenheira Química, Conceição Viana Moura, em Belo Jardim, onde ainda permanece a sede da empresa. Uma aposta de olho no futuro, uma vez que na época só havia um carro na cidade.

No começo, as baterias eram muito fracas, e as vendas se resumiam ao interior de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas. Eram produzidas, em média, 50 baterias por mês. Além disso, o custo era elevadíssimo e a qualidade não era boa. A devolução de baterias era alta. Foi quando a Moura decidiu apresentar um projeto ao Banco do Nordeste e a Sudene, com o intuito de melhorar a fábrica.

Mas isso não era o bastante. Faltava tecnologia. Conseguiu uma bolsa de estudos da Usaid e partiu para os EUA, onde visitou algumas fábricas e conheceu os avanços tecnológicos da época. Dos Estados Unidos foi à Inglaterra, por volta de 1968, onde conheceu a maior montadora de baterias da época, com quem conseguiu firmar um contrato de recebimento de tecnologia bastante significativo para o desenvolvimento da sua indústria.

Atualmente com cinco fábricas, quatro em Belo Jardim (PE) e uma em Itapetininga (SP), escritórios em Jaboatão dos Guararapes (PE) e em São Paulo (SP), além de uma unidade de assistência às montadoras, em Belo Horizonte (MG), a Baterias Moura equipa 50% dos carros produzidos no Brasil. Volkswagen, Ford, Renault, Fiat, Mercedes-Benz, Daimler Chrysler e Iveco usam os acumuladores Moura como peça original de fábrica.

A marca Moura, é líder de mercado no Brasil, está entre as empresas que mais exportam em Pernambuco. Tem negócios em Porto Rico, Argentina, Paraguai, Uruguai, Inglaterra, Portugal, Grécia, República Dominicana, Venezuela, Equador, Peru, Cuba, Bolívia,

México e Guianas e em todas as capitais e principais cidades do Brasil. Do lucro total obtido com as vendas, cerca de 15% são voltados para a exportação.

As Baterias Moura tem grande importância para a economia nordestina e brasileira. Em Pernambuco, o grupo está entre as cinco empresas que mais investem na expansão de negócios, ampliando, cada vez mais, a produção industrial e buscando novas tecnologias. Produz quatro milhões de baterias por ano, e o seu faturamento anual gira em torno de R\$312,1 milhões.

Amigo de longa data dele e de sua família, sou grande admirador do talento e da percepção política de Edson Moura. O seu desaparecimento representa uma grande perda para Pernambuco. Ele deixa, porém, exemplo a ser vivido, pois, como disse certa feita Rui Barbosa, a morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2009. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Após o pronunciamento do Senador Marco Maciel, do Democratas de Pernambuco, convidamos para usar da palavra o Senador Valter Pereira, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

Regimentalmente, V. Ex^a, em sessão não deliberativa, tem 20 minutos para fazer seu pronunciamento, mas não calarei a sua voz e a do Mato Grosso do Sul.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero associar-me ao requerimento proposto por V. Ex^a prateando a memória do Senador Chagas Rodrigues. Não tive oportunidade de conviver com ele, mas, na minha militância política, que começou nos anos 60, em plena ditadura, eu acompanhava *pari passu* os acontecimentos políticos deste País e pude conhecer a trajetória desse grande homem público que o Piauí acaba de perder e que desfalca também o grupo de grandes patriotas que se opuseram ao regime militar em momento tão difícil de nossa história. Portanto, ao deixar esta tribuna, daqui a pouco, quero tomar a liberdade de assinar o requerimento proposto por V. Ex^a e de dizer que o PMDB, meu Partido, o Partido de V. Ex^a, o Partido que teve como um de seus militantes, um de seus próceres, esse eminente brasileiro, está de luto com seu passamento.

Mas o que me traz a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, é outro assunto. O Comitê Organizador da Copa de 2014 incluiu o Pantanal e a Amazônia na rede de subsedes desse monumental certame. A paixão pelo futebol está entranhada nessa vasta região, como em

todo o Brasil, embora ali o profissionalismo não tenha conquistado lugar de destaque nos campeonatos nacionais dessa categoria. No entanto, as extraordinárias belezas naturais que essas áreas exóticas guardam, por si só, justificam a presença delas no maior evento futebolístico do planeta. Afinal, mais do que a simples prática esportiva, a Copa é confraternização, é conhecimento, é turismo.

Honra-me seu aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valter Pereira, quero associar-me a V. Ex^a – V. Ex^a é homem do Pantanal, e eu, um Senador da Amazônia – diante dessa hipótese, dessa possibilidade concreta de serem sedes de eventos da Copa cidades da região do Pantanal, do Centro-Oeste e da Amazônia. Precisamos realmente de várias ações, principalmente no que tange ao turismo, para que grandes eventos nacionais e internacionais possam ser feitos nessa região, até para que o turismo e a hotelaria se desenvolvam, já que toda a legislação deste País proíbe ações no Pantanal e na Amazônia. Vamos tentar, por essa vertente da divulgação e do turismo, que a Amazônia e o Pantanal tenham vez.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a o oportuno aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti, que também é conhecedor e, sobretudo, grande defensor de todas as riquezas e da economia dessa importante região. A participação dessa região é, sobretudo, uma centelha para aquilo que V. Ex^a acaba de dizer, para o turismo. É uma das melhores oportunidades que teremos para mostrar a todos os continentes o que há de melhor em nosso País. A exuberante natureza, nossa diversidade cultural e belezas infinitas, certamente, vão invadir os lares mais distantes e multiplicar o desembarque de turistas por muito tempo nessas plagas e em outras onde o campeonato for realizado.

A realização de jogos em áreas tão exóticas como o Pantanal e a Amazônia vai dar aos torcedores internacionais a oportunidade de conhecer dois paraísos tropicais, vai propiciar a eles a chance de compensar os intervalos dos jogos com inesquecíveis passeios em meio à mais rica biodiversidade do planeta. Em ambas as regiões, os turistas terão a oportunidade de respirar o ar puro de uma vegetação exuberante, de ouvir o chiado das águas que correm nos ribeirões e de encontrar, ao vivo, fauna e flora que só conhecem nos filmes.

Quanto às virtudes da decisão dos organizadores da Copa, acredito que não há dúvida alguma, questionamento algum. O que pretendo discutir hoje é a escolha da cidade que deverá sediar os jogos na região

do Pantanal. Duas capitais estão postulando essas subsedes: Campo Grande, minha cidade, e Cuiabá, Capital do vetusto Mato Grosso. Ambas são cidades acolhedoras e pujantes.

Todavia, Sr. Presidente, é a diferença em favor de Mato Grosso do Sul que pretendo realçar. A primeira delas é a representatividade. Não estou falando da representatividade política. Nesse sentido, o velho Estado de Mato Grosso é privilegiado: tem um Governo habilidoso, uma Bancada de Senadores atenta e zelosos Deputados. Refiro-me à representatividade territorial, física. É sobre ela que há um largo equívoco que precisa ser esclarecido. Os livros de Geografia e de História e as análises da imprensa, de maneira geral, mantiveram uma denominação antiga para definir a região como Pantanal Mato-Grossense. Acontece que, na divisão de Mato Grosso, cerca de dois terços da superfície pantaneira foram transferidos para a área que foi desmembrada, de sorte que Mato Grosso do Sul recebeu 90 mil quilômetros quadrados de área pantaneira contra 48 mil quilômetros quadrados que remanescem no domínio do antigo Estado, do velho Mato Grosso.

Por conseguinte, se o objetivo é contemplar o Pantanal na Copa de 2014, a região mais representativa é a do Mato Grosso do Sul. Aliás, essa já é uma lógica do turista que desembarca no Brasil com destino ao Pantanal. Não estou falando de mera suposição. O movimento dos aeroportos mostra claramente a tendência daquilo que, neste momento, estou analisando. Em 2008, 1.136 turistas estrangeiros dirigiram-se ao Pantanal pela rota do Mato Grosso. Já pela via de Mato Grosso do Sul, foram doze mil turistas que se destinaram ao mesmo santuário ecológico. Esses dados são da Infraero e foram disponibilizados ao Governador André Puccinelli.

Portanto, Sr. Presidente, a rota de Mato Grosso do Sul já é a rota do turista, do turista estrangeiro, que usa os aeroportos para chegar até o Pantanal. O que eles mostram é que os turistas, que obedecem a essa rota com tanta naturalidade, já definiram, já entenderam claramente que o Pantanal está representado, em sua grande maioria, pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Se a maior porção do Pantanal está nesse Estado, é coerente que eles prefiram exatamente esse trajeto.

Mais ainda, nas cercanias do Pantanal encontram-se outros paraísos como a festejada cidade de Bonito, hoje conhecida em todo o território brasileiro e fora do Brasil também. Nessas cercanias, incluem-se as famosas grutas de Bonito e de uma vizinha cidade chamada Bodoquena, que escondem lagos subterrâneos de águas cristalinas, em tom azulado, e de beleza indescritível.

Além delas, a natureza premiou a região com os rios Formoso, Sucuri e da Prata. As águas cristalinas de tais cursos rasgam a superfície dos Municípios de Bonito, de Bodoquena e de Jardim e neles exibem piraputangas, dourados, além de outros peixes que protagonizam raro espetáculo de brilho e de cor em suas correntezas.

Já pelo lado norte, o turista encontra outras belezas. Lá estão, por exemplo, as Sete Quedas de Rio Verde e o legendário rio Taquari, histórico tributário do Pantanal.

Eis algumas das razões que definem as opções de turistas estrangeiros e brasileiros por Mato Grosso do Sul. Dono de logística privilegiada, meu Estado possui três aeroportos internacionais. Um deles, o da Capital, deverá ser transformado em aeroporto de cargas até o ano de 2010. Com esse *status*, ganhará condições técnicas equivalentes ao de Viracopos, em Campinas. Atualmente, Campo Grande mantém voos regulares com São Paulo, com Paraná, com Goiás, com Mato Grosso, com o Distrito Federal. Outro aeroporto está plantado no coração do Pantanal, no Município de Corumbá, com linhas regulares de aeronaves de grande porte. O terceiro, o aeródromo de Ponta Porã, localiza-se também em importante ponto turístico: a fronteira com o Paraguai. Na cidade limítrofe do país vizinho, Pedro Juan Caballero, funciona um cassino e um grande comércio de importados. Além desses que acabo de mencionar, há o aeroporto de Bonito, cuja pista está homologada para as mais variadas aeronaves comerciais que operam em todo o território brasileiro.

Não é diferente nossa malha rodoviária, que suporta extraordinário fluxo de transportes e que nos interliga com todo o Brasil e com o mundo inteiro. Para se ter uma idéia, a distância que separa Campo Grande da Capital paulista é setecentos quilômetros a menos do que os 1,8 mil quilômetros do mesmo percurso até Cuiabá.

As vantagens para incluir Campo Grande no circuito da Copa não param em sua logística e nas belezas naturais do Estado. Há outros motivos igualmente relevantes. A Capital de Mato Grosso do Sul é dona de uma infraestrutura urbana de rara racionalidade. E V. Ex^a, quando esteve em Campo Grande, pôde percorrer suas belas avenidas e ruas. Sujeita a sistemático planejamento que vem sendo operado sem interrupção – são vários anos de planejamento seguido, consecutivo –, a cidade tem crescido de forma ordenada, focando sempre como prioridade a qualidade de vida das pessoas que moram lá, tanto os seus habitantes, os filhos da cidade, como os forasteiros, que são numerosos, procedentes de todos os Estados brasileiros.

Daí suas largas vias públicas, a farta arborização, as incontáveis praças e espaços de entretenimento, de cultura, de lazer. Em oito anos de ousada administração do então Prefeito André Puccinelli, os gargalos de trânsito e as chagas das favelas foram condenados à extinção. Já o Prefeito Nelson Trad Filho, que o substituiu, não deixou por menos: seguindo na mesma trilha, vem dando constante beleza, racionalidade e qualidade de vida aos campo-grandenses e aos forasteiros que escolheram aquela Capital, minha cidade, como sua morada.

Neste discurso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer uma indagação que acho que é das mais relevantes, especialmente no momento que estamos vivendo: qual a candidata à sede dos jogos que pode dizer, alto e bom som, “aqui não há favelas”? Campo Grande, talvez, seja a única Capital que pode proclamar aos quatro cantos do mundo que é uma cidade que não tem essa chaga.

Por isso e pelo entusiasmo da população, Campo Grande merece ser uma das sedes da Copa de 2014.

Sr. Presidente, na terça-feira passada – se não me engano, dia 3 de fevereiro –, Campo Grande deu a maior demonstração de que faz jus àquilo que postula, de que faz jus a ser uma das subsedes da Copa de 2014. Naquele dia, cerca de duzentas mil pessoas receberam, lotando as ruas, os dirigentes da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que foram inspecionar, **in loco**...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço-lhe mais dois minutinhos.

Sr. Presidente, essa comissão foi lá para fazer a inspeção, para conhecer, *in loco*, as condições de Campo Grande.

O Caderno de Esportes do jornal **O Estado de S.Paulo** assim noticiou o trabalho dos inspetores. Veja, Sr. Presidente, o que trouxe de notícia esse Caderno, referindo-se, obviamente, a essa comitiva de inspetores:

Lá viram o projeto de reconstrução do Estádio Pedro Pedrossian, o Morenã, e os investimentos previstos de R\$1,6 bilhão já costurados entre o poder público e a iniciativa privada para melhorias na cidade. Thierry Weil, diretor de marketing da Fifa, Dick Wiles, vice-presidente da empresa Match, envolvida na organização, e Fúlvio Danilas, gerente da Fifa, participaram, na realidade, de um encontro internacional. Pois além das autoridades

locais e do futebol brasileiro, como Ricardo Teixeira, presidente da CBF, a equipe se encontrou com numerosa delegação do Paraguai. “Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para Campo Grande ser escolhida”, afirmou o ministro do Esporte do Paraguai, Feliciano Frutos. A Bolívia também mandou à recepção o prefeito de Puerto Quijaro, que faz fronteira com Corumbá.

Essa foi a notícia.

Veja, Sr. Presidente, que, nas duzentas mil pessoas que estavam presentes, esse era o adesivo, um adesivo que marcou e que deve ter impressionado os dirigentes da Fifa e da CBF que foram participar desse grande evento.

De fato, o que aconteceu em Campo Grande, Sr. Presidente, foi uma demonstração internacional em favor da Capital do meu Estado para sediar os jogos da Copa do Mundo. Afinal, a logística de Campo Grande é extremamente generosa com os torcedores paraguaios e bolivianos. Se tudo isso influir, não tenho dúvidas de que Campo Grande será uma das subsedes da Copa. E o mais importante é que isso vai passar para o mundo um noticiário do que há de bom neste lado do planeta, do que há de bom neste lado do País, que é sua exuberante riqueza, sua exuberante natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por permuta... Estava prevista aqui a fala, pela Liderança, do Líder Marcelo Crivella, mas S. Ex^a consentiu que usasse da palavra o orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, por cessão.

V. Ex^a poderá usar da palavra, regimentalmente, por vinte minutos, mas jamais cortarei a voz de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, inicialmente, agradeço a gentileza do Senador Crivella, que me cedeu a vez, já que tenho um compromisso em seguida.

Sr. Presidente, o objetivo do meu pronunciamento hoje é registrar, nos Anais do Senado, um evento muito importante que ocorreu, no último dia 31 de janeiro, aqui, nas dependências do nosso Senado, mais precisamente em uma sala da Comissão de Direitos Humanos desta Casa: a I Congregação Nacional da Liderança Juvenil, da Ordem DeMolay. Voltado para os jovens que assumem responsabilidades de liderança em níveis de hierarquia regional e estadual, o evento foi marcado por debates de alto nível sobre a instituição e sua atuação na sociedade, desenvolvidos pelos mais de 90 congressistas, vindos de 14 Estados brasileiros.

Sr. Presidente, vou aqui fazer um resumo sobre o que é a Ordem DeMolay. É uma organização de caráter filosófico e filantrópico, voltada para jovens entre 18 e 21 anos de idade, com foco na formação de líderes e melhores cidadãos através da prática das chamadas Sete Virtudes Cardeais de um DeMolay, que são: o Amor Filial, a Reverência pelas Coisas Sagradas, a Cortesia, o Companheirismo, a Fidelidade, a Pureza e o Patriotismo.

Criada em 1919 pelo maçom Frank Sherman Land, em Kansas City, no Estado americano de Missouri, a Ordem se expandiu e ganhou proporções admiráveis. Patrocinada pela maçonaria universal, mas com administração independente, a organização já agremiou, nos seus 29 anos no Brasil, mais de 80 mil membros, muitos deles hoje advogados, promotores, prefeitos, vereadores, deputados, empresários, jornalistas, atletas.

Entre os membros mais famosos da história da Ordem DeMolay, pode-se citar o ex-Presidente americano Bill Clinton, o ator John Wayne e o desenhista e criador do Mickey Mouse, Walt Disney.

No Brasil, o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil é soberano e autônomo, e administra a instituição no País desde que foi trazida pelo maçom Alberto Mansur.

A abertura do evento, no dia 31 de janeiro, portanto, como disse, foi realizada na sala da Comissão de Direitos Humanos da Casa. Tive a honra de estar presente, de participar brevemente de uma, não diria palestra, mas de uma palavra para os jovens DeMolay. O evento contou com a presença do representante do Governo do Distrito Federal – que também é maçom, nosso irmão Arruda –, o também maçom Adelson Cardozo, do Grão-Mestre do Distrito Federal, Jafé Torres, do Presidente da Confederação Maçônica do Brasil – Comab, Héber Xavier.

Os convidados foram recebidos pelo mestre Conselheiro Nacional Adjunto, que corresponde ao vice-Presidente Nacional da Ordem, o jovem Matheus de Noronha, de 21 anos, do Estado do Rio Grande do Sul, o Mestre Conselheiro Nacional, que corresponde ao Presidente Nacional da Ordem, Guilherme dos Santos, de 20 anos, do Estado de Minas Gerais, e o Grande Mestre da Ordem DeMolay, maçom responsável por administrar a instituição em todo o País, o irmão Max Rodrigues Pereira, além de diversos outros Mestres Conselheiros Estaduais, Regionais e de outras lideranças.

Na abertura dos trabalhos, o representante do Governador leu o decreto de sanção da lei que cria o Dia da Ordem DeMolay no Distrito Federal, a ser comemorado anualmente no dia 18 de março.

Após a abertura, o evento contou com uma palestra do ilustre Senador Cristovam Buarque, que honrou esse evento com palestra sobre o movimento educacionista no Brasil. A Ordem DeMolay cultiva, entre seus baluartes, a liberdade intelectual e o apoio às escolas públicas, e teve na palestra do Senador Cristovam Buarque uma fonte de revisão de seus conceitos.

Durante a tarde, os participantes se dividiram em grupos de trabalho para debater sobre os temas internos e externos da instituição e elaborar projetos para serem colocados em prática nos próximos anos. Os projetos foram, em um segundo momento, votados pelos Mestres Conselheiros Estaduais de cada Estado presente, numa plenária final que buscava, propositalmente, se assemelhar a um parlamento.

O destaque vai para o projeto de filantropia que ocupará todas as células da Ordem no Brasil nos próximos anos no trabalho junto ao aprimoramento do Ensino Público, profundamente influenciado pelo educacionismo do Senador Cristovam Buarque.

À noite, os presentes se reuniram em sessão ritualística para concessão dos graus filosóficos e, no domingo, participaram de um completo *city tour* que serviu de aprendizagem sobre a capital federal do Brasil.

Quero, antes de terminar, ouvir o Senador Cristovam Buarque, que me pede um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mozarildo, eu pedi o aparte para dizer que a honra foi minha e não daqueles jovens que estavam naquele sábado, pela manhã... ou domingo?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Foi no sábado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – No sábado, reunidos. Eu quero dizer do orgulho que eu tive de ver, talvez, cem jovens, vestidos com paletó e gravata, sábado, de manhã, para discutirem assuntos do Brasil, a atenção com que estiverem presentes naquele encontro e o alto nível das perguntas que me fizeram. Eu fiquei muito orgulhoso de ter sido escolhido por eles – provavelmente até, talvez, por sua sugestão – e muito esperançoso de que, se tivéssemos no Brasil uma quantidade maior de jovens que tomam os seus sábados para uma reunião com tal seriedade, o nosso País teria um futuro, provavelmente, muito mais seguro. Na minha palestra, eu fiz questão de lembrar o papel que teve a maçonaria na construção do Brasil e a responsabilidade que pesa sobre esses jovens que, como jovens maçons, terão que, no futuro, ajudar a construir um Brasil melhor. Eu quero dizer que, sinceramente, fiquei orgulhoso e esperançoso e, por isso, agradeço muito ao senhor, a toda a maçonaria e, especialmente, à Ordem DeMolay.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Cristovam, que engrandece o meu pronunciamento como engrandeceu o encontro dos DeMolay naquele sábado, dia 31 de janeiro.

Tenho certeza de que, se a sociedade brasileira, os pais e também os jovens conhecessem mais a Ordem DeMolay, nós teríamos mais jovens justamente empenhados em se debruçar sobre o futuro do País, porque o futuro está, justamente, nas mãos desses jovens, e cultivar, Senador Mão Santa, essas virtudes cardeais, que são, justamente: o amor filial, a reverência pelas coisas sagradas, a cortesia, o companheirismo, a fidelidade, a pureza e o patriotismo. Coisas que, realmente, fazem falta, hoje, serem ensinadas nas famílias e nas escolas.

Por isso, eu tenho muita fé de que movimentos desse tipo possam, realmente, fazer deste o País com que todos nós sonhamos, um País onde haja, realmente, o cultivo da seriedade, da honestidade e, sobretudo, realmente, haja o patriotismo, que está tanto faltando no Brasil hoje em dia.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento que enaltece as ações da Maçonaria, que sempre preserva a democracia e um mundo melhor.

Convidamos para usar da palavra, agora, o Líder José Agripino.

Ele cedeu. Agora é a sua vez. Estamos alternando, falou um orador inscrito, agora, um Líder. O próximo é um orador inscrito, vamos ver aqui o nome. O próximo, já vamos anunciar, é o grande Líder do Democratas da Paraíba, Efraim Morais, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko..

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela ordem. Aí há um erro. O Senador Mozarildo entrou na minha vaga como Líder. Então, agora vai um orador inscrito e, na próxima, um Líder. Entrou na minha vaga como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, aqui V. Ex^a estava como Líder.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas ele estava inscrito como orador inscrito?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, não, não. Ele foi como Líder. A minha vaga é Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, eu o chamei como orador inscrito, o quarto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pois é, mas V. Ex^a inverteu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Não, ele está inscrito aqui.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– A minha vaga era de Líder, não era de orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

A sua vaga está no meu coração, tranquila, tranquila, e do povo brasileiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Está bom, Presidente. Espero que V. Ex^a siga a ordem de inscrição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Então, ansiosamente, vamos aguardá-la.

Com a palavra, o Senador Líder do Democratas, José Agripino, do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, dirimida a dúvida sobre a ordem em que V. Ex^a concede a palavra, eu queria abordar um assunto que está me preocupando muito; preocupa não a mim, preocupa o Brasil inteiro, que é a crise que está instalada no nosso País. Veio do mundo e se instalou no Brasil. A contribuição, é verdade, que o nosso País deu à ocorrência dessa crise é muito pequena, perto de zero. Mas isso não nos exime da obrigação de entender o que está por vir e, de forma realista, adotar providências para proteger a sociedade brasileira, a atividade econômica brasileira e o emprego de brasileiros.

A crise está instalada, Sr. Presidente, não é nada de marolinha; é uma crise pesada. Também não vamos nos perder na discussão sobre marolinha, sobre crise que aqui vai chegar como um sopro, porque isso não interessa ao que nos interessa que é proteger emprego, é cuidar da economia, é fazer com que o Brasil não perca o embalo.

A produção industrial, Senador Jefferson Praia, em dezembro, já caiu um absurdo: 12%. Os números do desemprego já estão sendo exibidos como nunca antes ocorreu na última década. Nós estamos com a queda da atividade industrial e, por consequência, queda no nível de emprego, absolutamente preocupantes.

Eu me arrepiei quando li, há 15 dias, uma pesquisa muito boa para o Presidente – alta popularidade –, mas trazia um dado que a mim preocupou muito: 34% dos pesquisados informavam que, no seu círculo de amizade, já tinha um demitido.

O consumo, que é o que ativa a economia, o consumo que é praticado na medida em que as pessoas tenham confiança em que têm renda para comprar, será

inevitavelmente atingido pela desconfiança do brasileiro com relação à preservação do seu emprego. Daí a minha preocupação. Trinta e quatro por cento, mais do que um em cada três, têm conhecimento de que, em seu ciclo de amizades, uma pessoa já foi demitida.

Todo o dia chegam ao Brasil notícias do mundo, segundo as quais a empresa A, a empresa B ou a empresa C deu férias coletivas, fez um acordo para que as pessoas fiquem em casa ganhando 50% do salário. Essa é a heróica tentativa de se evitar o desemprego. Ainda estamos na fase heróica.

A balança comercial, que é o indicador magnífico de que o Brasil recolhia da sua pujança econômica, já deu agora, mês passado, o primeiro sinal de curva descendente. Depois de anos e anos das alegrias que nós todos vivíamos, do superávit da balança comercial, com o Brasil exportando muito mais do que importava, com bilhões de dólares a mais de exportação do que de importação, passamos a importar mais do que exportar, numa demonstração de que o crescimento da economia do Brasil, como sempre dissemos, devia-se muito ao mundo que crescia e que comprava o que podíamos oferecer. Dizíamos que tínhamos de tomar cuidado com a economia doméstica, porque, na hora em que o mundo entrasse em debacle, iríamos pagar um preço alto, porque não tínhamos uma economia, do ponto de vista interno, suficientemente estruturada para enfrentar crises. Não está dando outra.

A balança comercial já foi negativa. A balança de pagamentos já vinha negativa, porque inclui remessa de lucros, inclui fluxo de capitais, inclui pagamento de juros. O balanço de pagamentos já vinha negativo, e é outro fato que nos preocupa e preocupa muitíssimo.

O que é fato é que nós temos uma crise pesada, desinteressante, preocupante e que exige do Governo brasileiro uma série de atitudes pesadas, como as que o Presidente Barack Obama está tomando.

Eu me preocupei quando ouvi a última declaração do Presidente Barack Obama. Ele, que é um homem tranquilo ou que, pelo menos, aparenta ser um homem tranquilo, declarou que, se o pacote que estava no Senado americano não fosse aprovado, uma catástrofe iria ocorrer.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Ele usou o termo “catástrofe”. Estava para acontecer. Parece-me que as tratativas e os entendimentos estão em curso e me parece que o Senado americano vai aprovar, com algumas emendas, a concessão do dinheiro para que a nação americana socorra as atividades que o governo americano entende como imperiosas

de receberem esse socorro, para preservar a economia como um todo.

O que é que nós fizemos no Brasil?

A primeira medida acertada, correta, a diminuição do compulsório dos bancos para sobrar mais dinheiro para que os bancos pudessem emprestar para que houvesse crédito, eu aplaudi.

A segunda medida: a possibilidade de que bancos pudessem comprar ativos podres ou comprometidos de outros bancos para evitar a contaminação de quebra-deira bancária. Os bancos frágeis, quebrando diante da crise de desconfiança que gerasse saque maciço em cima de bancos pequenos. Permitiu-se, portanto, que bancos grandes comprassem bancos pequenos ou comprassem créditos tidos como de solubilidade discutível. Aí veio a primeira das atitudes com as quais não concordei. Fui voto vencido, mas foi aprovada por esta Casa a inclusão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica no rol dos bancos que poderiam comprar. Ora, acho que as relações entre bancos são suficientes para que aquilo que possa ser e deva ser comprado, que não seja mazela, os bancos possam comprar. Que não se obriguem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica a comprar o que nunca ninguém quis comprar ou o que ninguém quis comprar: a sobra, o sobejo, o crédito podre, absolutamente irrecuperável.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O que se determinou ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, com a permissão, foi quase uma decretação de compulsoriedade ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica a comprarem, mazelandando instituições sadias. Tudo bem.

A terceira medida foi para facilitar ou induzir o consumo e a sobra das pessoas, para que pudessem consumir, ainda que artificialmente. O IPI para veículos de até mil cilindradas foi zerado, e o Imposto de Renda foi minorado para a classe média.

É evidente que tenho de aplaudir qualquer iniciativa que baixe impostos, mas é preciso que se entenda que isso significa perda de receita para a União e um desastre para Estados e Municípios que vivem, em grande medida, do Fundo de Participação, composto fundamentalmente não de PIS, não de Cofins, não de Pasep, mas de tributo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – É IPI e Imposto de Renda. O Governo atirou com a pólvora alheia; diminuiu, para provocar o consumo, uma receita que é apenas parte dele. A outra parte é de Estados e Municípios. Mas aconteceu, por decreto.

Aí veio o corte de R\$34 bilhões em despesas. Quando eu vi corte de R\$34 bilhões em despesas, eu vibrei, imaginando que fosse aquilo que nós sempre defendemos: o corte de despesa de gasto público de má qualidade. Não, não. Eram R\$34 bilhões destinados a muitas coisas, inclusive a investimentos que gerariam empregos permanentes em setores como esporte, turismo, etc, etc, etc. Mas cortou R\$34 bilhões.

Mas, no dia seguinte, Senador Mão Santa, veio a notícia de que o Governo tinha aumentado – e muito – a clientela do Bolsa-Família. Corta num dia o dinheiro...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...para investimentos que produzem emprego sustentado e, no outro dia, aumenta a despesa com o Bolsa-Família. Eu aplaudo o Bolsa-Família, mas é preciso ver de onde vem o dinheiro. Como é que o Governo baixa a arrecadação, abrindo mão de IPI, de Imposto de Renda, corta R\$34 bilhões e aumenta a despesa? Eu preciso saber. Não que eu seja contra. Eu sou a favor do Bolsa-Família para acudir os mais pobres. Eu acho que é isso que o Governo quer, mas não diz de onde o dinheiro vem. De onde esse danado desse dinheiro vai vir? Ou isso é uma enganação?

Uma outra boa notícia: abaixamento da taxa de juros, um ponto percentual de uma vez só. Só que veio com um ano de atraso. Foi dado um abaixamento da taxa de juros – bendito abaixamento da taxa de juros! –, só que fora do tempo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pegou os agentes econômicos já desestimulados a fazer investimentos, amofinados em fazer investimentos. Há um ano, 1% de abaixamento da taxa de juros teria multiplicado – e muito! – a disposição dos brasileiros de investirem com capital mais barato, com dinheiro que tivessem tomado emprestado, mais barato. O Governo chegou com a medida, mas chegou atrasado.

Agora, vem uma das minhas preocupações, ligada ou “linkada” a essa questão do gasto público e da economia com o gasto público. Barack Obama, quando assumiu, no seu discurso de posse ou na primeira semana de governo, declarou, decretou, determinou o congelamento nos salários da burocracia americana; mais recentemente, decretou que as empresas que recebessem socorro do Tesouro americano não poderiam...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado pela paciência de V. Ex^a.

Não poderiam pagar salários acima de um certo valor. O contribuinte americano não poderia subsidiar o empresário que tivesse, dentre os seus contratados, tubarões ganhando muito dinheiro, acima do que a economia podia pagar.

O que o Brasil faz? Anuncia agora dinheiro do BNDES, recursos para financiamento, o que é bom, mas, de forma privilegiada, para empresas que atuam no PAC. Em seguida, vem o Governo, através da Ministra Dilma Roussef, candidata declarada à Presidência da República, anunciar os novos números do PAC: mais R\$150 bilhões para o PAC, imaginando que, no Brasil, as pessoas ouvissem e vibrassem, pura e simplesmente, com as boas notícias, e não fizessem uma avaliação crítica dos dados e dos fatos.

Senador Jefferson Praia, temos a obrigação de ir ao Siafi, Sistema de Informação Financeira do Governo Federal, números que não mentem. Nos dois primeiros anos, o PAC fala em investimento de R\$600 bilhões. Só que são R\$600 bilhões de dinheiro de estatais, empresa privadas, Estados, Municípios e Governo Federal, que declaram a intenção de fazer aquele investimento. E o Governo Federal, nesses R\$600 bilhões, entrava com R\$35 bilhões.

V. Ex^a sabe que quanto é que nesses dois primeiros anos conseguiram empenhar ou gastar? Menos de R\$15 bilhões, menos da metade. Anunciam agora...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ... mais 150 bilhões.

Peço a V. Ex^a paciência que já termino. Já vou concluir.

Anunciam mais R\$150 bilhões. O próprio Governo, que anunciou R\$600 bilhões, que anunciou R\$35 bilhões e só conseguiu gastar R\$15 bilhões, anuncia mais R\$150 bilhões, esquecendo de que nós, brasileiros – que temos a responsabilidade de fazer a fiscalização dos atos do Governo, com responsabilidade, sem radicalismo –, vamos fazer uma análise dos números e vamos identificar que, naqueles R\$150 bilhões, o dinheiro grosso é a intenção de setores privados que podem ou não, em função da crise, fazer o investimento; de estatais, tipo Petrobras, que, em função do preço do petróleo, podem ou não fazer aqueles investimentos; de Estados e Municípios quebrados com a diminuição do Fundo de Participação que podem ou não fazer aqueles investimentos e, ao final, a pequena participação do Governo Federal nos recursos ou nos investimentos previstos pelo PAC.

E aí vem a minha preocupação e a minha denúncia, Sr. Presidente Mão Santa. Eu não vi até hoje nenhuma iniciativa, uma única. Eu anunciei, eu falei: compulsório, compra de ativo podre, redução de IPI e Imposto de Renda, corte de 34 bilhões, crédito do BNDES, baixa da taxa de juros, todas foram iniciativas tomadas pelo Governo, boas ou não tão boas, para combater a crise. Mas uma ótima não foi anunciada nunca, pelo contrário: a redução do gasto público como Barack Obama anunciou e como o Presidente Sarney anunciou no seu discurso de posse, de corte de 10%, linearmente na despesa do Senado.

Eu não vi o Governo Federal anunciar um real de corte de gasto público de má qualidade para economizar dinheiro para fazer face, aí sim, de forma sustentável, sem precisar aumentar um real na arrecadação – só com economia poder fazer investimentos sustentados. Não vi uma única menção. Eu vi, sim, neste fim de semana, uma gastança adicional com cunho eleitoral, ou eleitoreiro. A revista **Foreign Affairs**, publicação americana, publicou um encarte, agora, em cima da crise; agora, semana passada, paga, certamente, pelo que a **Folha de S. Paulo** diz, pela Petrobras e pelo BNDES – órgãos dos Governos –, para fazer propaganda do Brasil e de brasileiros que são candidatos, que estão lá citados de forma altamente elogiosa. Este é o exemplo que se está dando. Este é o exemplo que se está dando! As medidas que são tomadas são tomadas muitas delas para contemporizar, para ganhar tempo, para inocular o vírus da retomada da confiança, mas, em termos efetivos, de forma consistente, o corte do gasto público de má qualidade que o Brasil todo aplaudiria, ao invés de estar acontecendo, o que está acontecendo é o acréscimo de gasto público de má qualidade, como este anúncio, esse encarte na **Foreign Affairs** publicado nos Estados Unidos, para fazer propaganda do Brasil lá fora, para criar como que o viés que eu estou convencido de que o Governo quer criar.

Tudo para o Brasil sair da crise é PAC. O Brasil só sai da crise se for com o PAC. Não é nada disso. O PAC vai dar uma contribuição, sim, mas longe de ser a fundamental. Com que objetivo, Senador Mão Santa? Para, na campanha de 2010, dizerem claramente: aqui está a saída da crise. Foi por aqui. Se você quiser continuar com um Brasil gigante, que Deus queira que aconteça, vote neste...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Nós temos a obrigação de fazer esse tipo de análise e anunciar ao País. Eu vou tomar a iniciativa de levan-

tar quem pagou, com que recursos foram pagas as publicações contidas no encarte da *Foreign Affairs*, para que o Brasil saiba o que o Governo brasileiro está fazendo em termos reais em matéria de poupança, de contenção de gastos públicos. Qual é o comportamento real do Brasil até visto o que se faz no contexto internacional para que a crise, que todos nós queremos que seja superada, seja superada de forma consistente, permanente, moderna e sob a égide da ética.

Essa é a minha palavra de preocupação e de denúncia, de preocupação e de denúncia. Nós fazemos oposição com responsabilidade. Todas as matérias que o Governo mandou para esta Casa e que objetivavam o combate à crise tiveram a nossa colaboração. As emendas que apresentamos tiveram um objetivo único de aperfeiçoar o texto e de corrigir rumos. Não votamos e nem vamos votar contra nenhuma matéria que objetive tirar o Brasil da crise. Agora, denunciar o mal feito, vamos fazer hoje, amanhã e sempre.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do líder oposicionista do DEM, vamos ler o expediente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2009

Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam adotados os critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, para estimular a liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito renegociadas ou repactuadas por estudantes universitários junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Concluem atualmente o ensino médio e se qualificam para a continuidade dos estudos em nível superior cerca de três milhões de adolescentes, jovens e adultos. Quase 90% deles, oriundos de escolas pú-

blicas ou completaram sua educação básica na modalidade de exames supletivos gratuitos – o que indica claramente a impossibilidade de cursarem a educação superior em instituições pagas.

Em contrapartida, são oferecidas anualmente pelas universidades federais e estaduais menos de 600 mil vagas em seus cursos de graduação gratuitos; essas vagas, em sua maioria, ironicamente, são ocupadas por estudantes de classe média, cujas famílias arcaram com os custos de mensalidades em escolas privadas de ensino fundamental e médio. Contra quase 4 milhões no setor das universidades e faculdades particulares, ocupadas por alunos saídos das escolas públicas, vindas de famílias de baixa renda.

Não por acaso, desde a década de 1970, foi criado o Crédito Educativo, destinado a custear os estudos superiores dos jovens carentes. Em 2001, diante da inadimplência de muitos e da crescente demanda por gratuidade, criou-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com regras mais flexíveis, embora concebido como instrumento submetido a regras de crédito e débito vigentes no mercado.

Segundo o Portal do Ministério da Educação, o FIES já beneficiou mais de 457 mil estudantes de famílias de menor renda, ao custo estimado em 4,8 bilhões de reais (dados de 2007/MEC).

Mas o que era um bom programa de elevado conteúdo social vem se transformando em um peso que sacrifica centenas de milhares de jovens: formados, mas não empregados, ou empregados com baixo salário, em alguns casos insuficientes para cobrir o débito acumulado com elevados juros que pesam sobre as dívidas no Brasil.

Foi em função deste peso sobre dívidas que o Governo Federal emitiu Medida Provisória acatada pelo Congresso e convertida na Lei nº 11.775/2008 que permite aliviar a dívida dos produtores agrícolas brasileiros. É com este mesmo espírito que submeto o presente projeto de lei, nos mesmos moldes, para beneficiar os profissionais brasileiros com a vida hoje sacrificada pela inadimplência com o FIES.

Embora com os mesmos moldes de propósitos, os dois projetos apresentam uma enorme diferença quantitativa: enquanto o primeiro reduz a dívida de R\$72 bilhões (do total de R\$82 bilhões), para produtores agrícolas, em alguns casos grandes empresas, o atual Projeto de Lei aqui apresentado beneficiará os jovens endividados de classes média e baixa que fizeram um enorme esforço financeiro e intelectual para poderem servir ao País e à família como profis-

sionais. Apesar de a Caixa Econômica Federal nos informar que não dispõe dos valores atualizados devido pelos estudantes inadimplentes, mas pode-se afirmar que esta redução da dívida representará uma porcentagem insignificante do que foi oferecido as empresas agrícolas.

Pela justiça e impacto social e sobretudo pela viabilidade do projeto, acredito que o mesmo receberá o apoio do Congresso Nacional e posteriormente a sanção do Presidente da República.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2009. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

Mensagem de veto

Conversão da MPV nº 432, de 2008

Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524 de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 8.827, de 27 e setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Conversão da MP nº 2.094-28, de 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 9, DE 2009

Estabelece advertências nos rótulos e nas embalagens de bebidas alcoólicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 4º-B. A embalagem e o rótulo das bebidas alcoólicas deverão exibir, de maneira ostensiva, advertências sobre:

I – os malefícios, para a saúde do consumidor, para a sua família e para a sociedade, decorrentes do consumo do produto;

II – a proibição da venda do produto a menores de dezoito anos;

III – as consequências de dirigir sob efeito do álcool, incluindo as sanções cíveis, penais e administrativas.

§ 1º As advertências de que trata este artigo serão acompanhadas de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem.

§ 2º As mensagens de advertência e as imagens ou figuras ilustrativas serão definidas pelo Poder Executivo e usadas de modo simultâneo ou rotativo.

§ 3º As demais especificações relativas à forma e ao conteúdo das advertências de que trata este artigo serão definidas em regulamento.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se às bebidas com teor alcoólico igual ou superior a meio grau Gay-Lussac.”

Art. 2º Revoga-se o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

Art. 3º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificação

Consumir bebidas alcoólicas é algo incorporado ao cotidiano de expressiva parcela da população mundial. A bebida é usada em rituais, em momentos de alegria e celebração ou como parte da alimentação. Por isso, sua imagem é quase sempre associada a valores e sentimentos positivos.

Os problemas derivados do uso do álcool, no entanto, são tão numerosos e variados que colocam essa substância entre as principais causas de agravos à saúde em todo o mundo. O álcool provoca danos à saúde tanto diretamente, por meio da ação tóxica do etanol sobre nossas células, quanto de modo indireto,

ao induzir comportamentos de risco (envolvimento em brigas, dirigir embriagado etc.).

O perigo da associação entre álcool e direção de veículos já é conhecido de todos. O consumo de algumas poucas doses de bebida alcoólica já prejudica as reações e a capacidade de julgamento dos motoristas. Aquele que dirige realmente embriagado, após consumir grande quantidade de álcool, constitui grande ameaça a si próprio, aos passageiros e à população em geral, pois perde completamente o controle sobre seus atos e pode provocar danos à integridade física das pessoas e propriedades.

A despeito de todos os perigos amplamente divulgados, não são raros os motoristas que se arriscam a dirigir após o consumo de três ou mais doses de bebida alcoólica. Segundo levantamento publicado em 2007 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 38% das pessoas que bebem e dirigem assumiram o volante nessas condições, nos doze meses anteriores à pesquisa.

Agora, após a vigência da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que tanta polêmica incitou, é possível que esses números tenham baixado significativamente. Essa lei prevê, entre outras sanções, a detenção, por seis meses a três anos, do motorista flagrado à direção com concentrações de álcool no sangue acima de 6 decigramas por litro, nível que é atingido com o consumo de duas ou três doses de bebida de alto teor alcoólico. Essa lei determina, também, que aquele que dirigir após o consumo de qualquer quantidade de álcool está sujeito a multa, suspensão do direito de dirigir por doze meses e retenção do veículo.

O endurecimento das sanções, associado a um maior rigor da fiscalização, parece estar mudando os hábitos dos motoristas brasileiros. Atualmente, muitos que bebiam copiosamente e dirigiam preferem passar a direção para outra pessoa ou tomar um táxi.

Nada obstante, mesmo com toda a campanha lançada pelos meios de comunicação de massa, alguns motoristas insistem em assumir a direção de veículos automotores após o consumo de bebidas alcoólicas. Parece que só a ameaça de sanções penais e administrativas não tem sido suficiente para coibir essas atitudes irresponsáveis.

Julgamos importante, outrossim, atuar também de maneira preventiva, além de aplicar as punições já previstas pela legislação. Propomos ampliar as advertências inscritas nos rótulos das bebidas alcoólicas, de forma a alertar o consumidor – e até mesmo os comerciantes – sobre os riscos associados ao consumo de álcool.

Atualmente, a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, em seu art. 4º, § 2º, obriga os produtores a exi-

bir a seguinte frase nos rótulos das bebidas alcoólicas: “Evite o Consumo Excessivo de Álcool”. Vê-se que a mensagem, apesar de rigorosamente correta, já não atende, passados doze anos da edição do diploma legal, às atuais necessidades de advertir a população sobre o uso do álcool.

Com efeito, uma mesma mensagem de advertência, repetida sempre da mesma forma e no mesmo lugar, tende a perder sua capacidade de chamar a atenção das pessoas. A variação da forma e do conteúdo da mensagem é fundamental para maximizar seus efeitos, principalmente no sentido de acompanhar as mudanças de linguagem do público jovem.

Ademais, a advertência não deve fazer menção apenas ao consumo excessivo, de modo genérico. É preciso seguir o exemplo dos maços de cigarro e veicular mensagens que abordem de modo específico e didático os problemas decorrentes do consumo de álcool. Deve-se alertar sobre os riscos de dirigir embriagado, de desenvolver dependência (alcoolismo crônico), de envolvimento em atividades de risco etc.

Esses são os motivos por que submetemos à apreciação do Congresso Nacional a presente proposição legislativa. Estamos seguros do apoio dos senadores e senadoras, em razão da relevância que a matéria possui para o bem-estar da população e, especialmente, para afastar a juventude dos perigos do consumo abusivo de álcool.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2009. – Senador **Cristovam Buarque**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Regulamento

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º, do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas, nas emissoras de rádio e televisão, entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda, de que trata este artigo, não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência, nos seguintes termos: “Evite o consumo Excessivo de Álcool”.

Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixada advertência, escrita de forma Legível e ostensiva, de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008

Mensagem de Veto

Conversão da Medida Provisória nº 415, de 2008

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º, do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para a apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que acrescenta inciso ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas;
- **Projeto de Lei do Senado nº 576, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que altera o artigo 45 e acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre as vedações aos programas de que trata o Título

IV e estabelecer o acesso gratuito ao Rádio e à Televisão pelos Partidos Políticos;

- **Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2008** (nº 1.080/2007, na Casa de origem), do Deputado Rodovalho, que institui a Semana Nacional da Família;

- **Projeto de Resolução do Senado nº 64, de 2008**, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que suspende temporariamente os pagamentos de dívidas para com a União e dá outras providências (dívidas contratuais entre o Estado de Santa Catarina e os municípios atingidos pelas cheias deste ano de 2008 com a União).

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo plenário, de projetos de lei do Senado que dispõem sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE). São eles:

- **Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2007**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão;
- **Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2007**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2007**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2007**, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá;
- **Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação

tação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia;

- **Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Vilhena, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2007**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Marabá, Estado do Pará;
- **Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2007**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Santarém, Estado do Pará;
- **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2007**, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bacabeiras, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, Estado do Piauí;
- **Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, Estado do Piauí;
- **Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2007**, de autoria do Senador José Maranhão, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba;
- **Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2007**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima;
- **Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás;
- **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima;
- **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2007**, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado do Mato Grosso;
- **Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2007**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento (ZPE) do Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba;
- **Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2007**, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso;
- **Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2007**, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso;
- **Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2007**, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso;
- **Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas;

- **Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2007**, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Redenção, Estado do Pará;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2007**, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Tucuruí, Estado do Pará;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007**, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, Estado do Pará;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007**, de autoria do Senador Gim Argello, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE – na Cidade de Brasília, Distrito Federal;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2007**, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2007**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Gurupi, no Estado do Tocantins;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2007**, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Paragominas, Estado do Pará;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2007**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, Estado do Piauí;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2007**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açú, no Estado do Rio Grande do Norte;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 716, de 2007**, de autoria do Senador João Durval, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2008**, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Leste do Estado do Espírito Santo;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008**, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008**, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2008**, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais; e
 - **Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2008**, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais.
- Tendo sido apreciadas terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.
- Serão encaminhadas de acordo com o Regimento.
- O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)
- Agora estamos alternando. O nosso orador usou da palavra como Líder. Conforme havíamos combinado, agora será um orador inscrito.
- Por cessão da Senadora Serys Slhessarenko, usará da palavra o Senador Efraim Moraes, do DEM do Estado da Paraíba, e, em seguida, como Líder do PRB, o Senador Marcelo Crivella.
- V. Ex^a, Senador Efraim Moraes, que representa o Estado da Paraíba, regimentalmente, dentro da sessão não-deliberativa, poderá usar da tribuna por 20 minutos, mas jamais vou cortar a palavra da Paraíba, principalmente vinda de V. Ex^a.
- O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, meu caro Presidente Senador Mão Santa e cumprimento as Sr^{as} e os Srs Senadores.

Serei breve, Sr. Presidente, para que tenhamos a alegria de ouvir o Senador Marcelo Crivella, que falará em seguida.

Venho à tribuna do Senado nesta tarde para falar mais uma vez sobre um assunto: aproxima-se a decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da cassação ou não do Governador Cássio Cunha Lima, do Estado da Paraíba.

Quero registrar no dia de hoje, inicialmente, artigo que foi publicado, de autoria do Governador Cássio Cunha Lima, que, no último dia 2 de fevereiro, exatamente oito dias atrás, no jornal **Folha de S.Paulo**, em “Tendências e Debates”, com o título “A Soberania do Voto Popular”.

Disse o Governador Cássio Cunha Lima:

O fundamento principal da democracia é a soberania do voto popular. O Brasil viveu, em décadas recentes, a asfixia do arbítrio, quando governantes eram escolhidos por mecanismos que desprezavam a vontade popular expressa nas urnas. A sociedade brasileira se levantou num grande movimento pela defesa do direito de votar na memorável campanha das Diretas Já.

Conquistamos a nossa democracia – continua o Governador –, que se fortalece com as eleições sucessivas, com a alternância dos partidos no poder, com o aprendizado da liberdade. Avançamos muito, mas ainda restam aspectos relevantes a serem aperfeiçoados. Quero tratar, em especial, de processos judiciais que têm o poder de modificar o resultado do voto popular, removendo mandatários eleitos e empossando candidatos minoritários nas urnas.

Trato não apenas do meu caso como Governador da Paraíba – disse Cássio –, mas da situação de mais sete governadores eleitos e ameaçados de cassação. Eleições têm leis e regras, e elas devem ser cumpridas, sem, no entanto, perder-se de referência o mandato derivado da soberania popular, conquistado em eleições livres, após amplo debate público, com os cidadãos mobilizados.

Submeti ao Tribunal Superior Eleitoral recurso para que o meu caso seja reexaminado. Fui condenado pela suposta inexistência de leis e de orçamentos para a execução de programas sociais, mas as leis e os orçamentos existem. São as Leis nºs 7.020, de 22 de novembro de 2001 – inclusive, queria deixar registrado que são as Leis nºs 7.020, de 22 de novembro de 2001, quando o próprio governador não era governador da Paraíba, assumiu

no dia 1º de janeiro de 2003 –, e a 7.611, de 30 de junho de 2004, que institui o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza. Fui condenado pelo suposto uso promocional do Programa Ciranda de Serviços, mas a última edição do programa, no ano de 2006, ocorreu no dia 21 de junho, no Município de Sumé, antes do início da campanha eleitoral.

Depois, farei comentários sobre cada uma dessas etapas.

O Governador Cássio Cunha Lima aduz a sua fundamentação:

Fui condenado por supostamente entregar cheques de um programa social, mas não o fiz, tanto que o Ministério Público colheu centenas de depoimentos sem que tenha encontrado uma única evidência dessa acusação. É paradoxal que, mesmo sendo acusado de distribuir cheques, o que não fiz, não fui denunciado por compra de votos ou improbidade administrativa – vou repetir: é paradoxal que mesmo sendo acusado de distribuir cheques, o que não fiz, não fui denunciado por compra de votos ou improbidade administrativa –, mas pelo suposto uso promocional dos programas. Não há base factual para a cassação do mandato conferido a mim pelos paraibanos.

Continuou o Governador em seu artigo.

Fui incapaz de chamar a atenção para esses fatos, e faço a autocrítica. Mas tenho a certeza de que um reestudo do processo por parte dos Srs. Ministros permitirá evidenciar essas verdades. Reivindico também para a Paraíba o mesmo direito já concedido nos processos de outros Estados como Santa Catarina, Tocantins e Rondônia, no que se refere à presença do Vice-Governador como parte obrigatória do processo, com o direito de apresentar defesa e produzir provas, o que foi formalmente negado pela Justiça, sob pena de violarem-se os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.”

E continua o Governador:

“Ganhei quatro eleições para o governo da Paraíba (os dois turnos de 2002 e os dois turnos de 2006).

Naquela oportunidade, este Senador era eleito Senador da República pelo Estado da Paraíba numa chapa com Cássio Cunha Lima.

Recente pesquisa do Ibope mostrou a aprovação de 69% dos paraibanos para o meu

governo. A Paraíba é o Estado do Nordeste que mais reduziu a pobreza em 2007, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Nosso Estado é o que mais avançou no cumprimento das metas do Ministério da Educação. Os resultados do Ideb indicam que, na oitava série do Ensino Fundamental e no terceiro ano do Ensino Médio, as médias da Paraíba ultrapassaram, já em 2007, as metas previstas para 2009. O Índice de Desenvolvimento Humano da Paraíba, o IDH, cresceu de 0,583 para 0,718, entre 2000 e 2005 e equipara-se agora ao de Estados com economia mais forte.

Colocamos as finanças da Paraíba em ordem, com superávit não só primário, mas também nominal (depois de pagos os encargos da dívida) de R\$172 milhões em 2008. A Paraíba teve o quarto maior crescimento econômico do Brasil em 2006 (6,7%) e foram gerados, desde 2003, 58 mil empregos, segundo o Ministério do Trabalho, um número significativo para as dimensões da nossa economia.

Tanto a minha eleição como a reeleição foram limpas e expressaram a vontade do povo da Paraíba. Enfrentei e venci grupos políticos, econômicos e de comunicação poderosos em nosso Estado que não se conformam com a derrota nas urnas.

Defendo, acima de tudo, a soberania do voto popular, elemento essencial da democracia, pois foi por ele que enfrentamos a ditadura e o arbítrio, e será com ele que fortaleceremos a nossa democracia.

E o processo, Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que deverá ser julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral no decorrer deste mês, primeiro foi julgado na Paraíba e, num fato inédito, em poucas horas, sem sequer que um dos desembargadores ou juízes pedissem vista desse processo.

Depois, veio ao TSE e, num julgamento de menos de uma hora, sem que nenhum dos Srs. Ministros pedissem vista do processo, fato inédito na história da justiça eleitoral de nosso País.

O Governador interpôs, pela sua defesa, embargos declaratórios e, nesse momento, quando iniciado mais uma vez o voto do Relator, seguido de imediato por um outro Ministro, o Ministro Joaquim Barbosa, sem que se discutisse, sem que se examinasse, sem que se observasse o que existia nos autos do processo. Daí que, sim, o Ministro Arnaldo Versiani pediu vista desse processo, o que, em determinado momento, criou até um clima difícil dentro do próprio tribunal, por reação

do Ministro Joaquim Barbosa, que não aceitava, por hipótese nenhuma, o pedido de vista do seu colega.

Mas vamos aos fatos.

A Paraíba e o Brasil esperam, sim, que, no decorrer deste mês – aí não se marca data; quem marca data, quem faz a pauta é o tribunal, é o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral –, quando do julgamento, eu tenho agora absoluta certeza de que os próprios Ministros darão conhecimento ou tomarão conhecimento de que lá se encontram duas leis totalmente diferentes: a de nº 7.020, de 22 de novembro de 2001, que foi exatamente um ano e pouco antes de o Governador Cássio assumir o Governo do Estado. Lei esta que foi criada exatamente no Governo e de autoria do Senador José Maranhão, que quer assumir, por meio de uma decisão da Justiça, o Governo do Estado. A outra Lei, a de nº 7.611, de 30 de julho de 2004, institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Por meio de uma decisão do Governador, no dia 21 de junho, no Município de Sumé, que fica no Cariri paraibano, nós encerramos a famosa Ciranda de Serviços.

Senador Mão Santa, do dia 21 de junho, o Governador Cássio sequer tinha registrado a sua candidatura a Governador e encerrou as atividades em um programa que visava exatamente ao combate e erradicação da pobreza.

Distribuição de cheques. Imaginem V. Ex^{as}, se esses cheques tivessem sido distribuídos pelo Governador Cássio Cunha Lima, teriam todos eles sido fotografados e estariam nas páginas dos jornais, mas nenhum sequer foi distribuído pelo Governador. Eles eram distribuídos com critérios, passando por uma consulta ao cidadão, ao serviço social da FAC, nossa fundação de assistência, com o mesmo princípio e com o mesmo objetivo do Bolsa Família, só que lá através de cheque.

Perguntamos: contestamos o Bolsa Família? Dissemos que o Presidente Lula estaria usando o Bolsa Família para pedir votos? Não. É um programa que tem orçamento, é um programa que foi criado da mesma forma como foi criado o programa utilizado pelo Governo do Estado.

O Governador ainda pede aos Srs. Ministros o reestudo do processo que permita também à Paraíba o mesmo que já foi concedido a outros Estados que citamos – Santa Catarina, Tocantins e Rondônia – no que se refere à presença do Vice-Governador como parte obrigatória do processo. A Constituição do Brasil é uma só para todos os Estados. Se vale para o Tocantins, para Rondônia e para Santa Catarina, tem de valer também para a Paraíba.

Quem está sendo julgado ao lado do Governador Cássio Cunha Lima é o nosso Vice-Governador, um

cidadão com doze mandatos de Deputado Estadual e um de Prefeito. Se Cássio for cassado, José Lacerda também perderá o mandato, e perderá o mandato sem ter o direito de defesa, e perderá o mandato sem poder participar da sua defesa na condição de Vice-Governador do Estado da Paraíba.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz um retrato também da situação da Paraíba. A Paraíba vive o seu melhor momento. A Paraíba, segundo a Oposição espalhou pela mídia deste País, estava, em um termo bem comum, entregue às baratas.

O Governador fez, no ano de 2008, os PCCSs, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com o qual beneficiou e melhorou a condição de, em cada dez, oito funcionários da Paraíba. A Paraíba era dita e cantada pela Oposição como um Estado que, com o aumento dado aos funcionários, não pagaria sequer o mês de novembro. E o Governador Cássio Cunha Lima pagou o mês de novembro dentro do mês. Pagou o mês de dezembro e o 13º antes do dia 20 de dezembro e pagou o mês de janeiro no dia 26 de janeiro.

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Talvez seja um dos poucos Estados da Federação que está pagando seu funcionário no mês trabalhado.

Portanto, o que nós queremos, o que nós pedimos, o que a Paraíba quer, o que os paraibanos desejam é um julgamento justo, é que se olhem as provas existentes nos autos, porque, lamentavelmente, o que foi dito pelo Relator é que essas leis não existem – e as leis lá se encontram. O que nós queremos é que os paraibanos sejam tratados da mesma forma que outros brasileiros, em outros Estados, que estão sendo tratados com o Direito Constitucional, com o Direito que lhes garante a nossa Constituição. Da mesma forma que foi oferecido o direito de defesa ampla aos Vice-Governadores de outros Estados, o que nós desejamos é que também se faça assim na Paraíba.

Acredito na Justiça, tenho fé na Justiça e espero que não tire o mandato, não tire a soberania do povo da Paraíba, que elegeu e reelegeu Cássio Cunha Lima. Se ele pagar, estará pagando pelo que não fez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sr. Senador Efraim Morais, V. Ex^a traz para o Brasil um dos momentos mais importantes da nossa democracia. Nós entendemos que a democracia é o equilíbrio dos Poderes. É um controlando o outro, equipontes. E, assim, Antonio Carlos Magalhães escreveu uma das mais belas páginas da democracia, quando ele fez nascer uma CPI do Judiciário – apareceram “lalaus”.

V. Ex^a, com a altivez do Poder Legislativo, controla o Judiciário, adverte, porque a democracia é equipotência. Foi por aí que Mitterrand, morrendo, moribundo, escreveu *Mensagem aos Governantes*. Disse: “É fortalecer os contrapoderes”. E o Senado, fortalecido pela altivez de V. Ex^a, adverte o Poder Judiciário. Como Montaigne disse, a justiça é o pão de que mais a Humanidade necessita.

Convidamos para usar a palavra – como já víamos anunciado, estamos alternando –, agora, um Líder. O Líder é Marcelo Crivella, do PRB. Ansiosamente, o Rio de Janeiro e o Brasil aguardam o pronunciamento de V. Ex^a.

V. Ex^a também, regimentalmente, teria cinco minutos, mas jamais calarei a voz do Rio de Janeiro ainda mais quando vem de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores companheiros do plenário, minha filha querida que se encontra, hoje, aqui – Débora, que já me deu dois netinhos e está ali, prestigiando o pai –, quero saudar os Prefeitos do Rio de Janeiro: Gil, de Paraíba do Sul, e meu companheiro de Laje do Muriaé. Sejam bem-vindos ao Senado Federal, à Casa dos Estados da Federação.

Sr. Presidente, senhores presentes que abrilhantam esta sessão, eu gostaria de falar sobre habitação. Nós vivemos, hoje, uma crise mundial por conta de problemas de habitação. Nos Estados Unidos, a maior nação do mundo, aqueles que tinham dinheiro, empresas e famílias, fizeram um pacto com os pobres para dar a eles casas. Esse pacto não foi um pacto de consciência moral, foi um pacto para explorar os pobres com juros. O contrato, que tinha juros baixos no princípio, previa aumentar os juros com dois, três, quatro anos, e os pobres não conseguiram pagar. Sete milhões de mutuários não conseguiram pagar o empréstimo da casa própria.

O sistema financeiro americano cria que o mercado imobiliário dos Estados Unidos poderia ter uma variação de preço num Estado ou outro, mas que jamais cairia de preço de modo generalizado. Portanto, aquelas hipotecas, aquelas promissórias seriam sempre garantidas pelo valor da casa. Mas não foi isso que aconteceu. Não só tiveram uma intenção ruim de explorar os pobres com juros, como, agora, fizeram desabar o preço dos imóveis no mercado imobiliário, porque a única maneira de os preços não caírem era haver solidariedade entre os homens e eles não executaram aqueles que estão perdendo as casas.

Mas não entraram num consenso, embora houvesse um deputado americano que propusesse não que se abrisse mão do direito do credor de executar a hipoteca e tomar a casa mas que ele fosse desestimulado disso, porque, senão, o mercado imobiliário, que garante os tantos títulos podres que viajaram pelo mundo, inclusive chegando ao Brasil, instrumentos do mercado financeiro – ações, títulos, hipotecas e o setor, também, de derivativos... As casas desabaram de preço e o sistema financeiro impôs ao mundo uma crise grave, que chega ao Brasil atingindo as famílias, sobretudo as mais pobres, com o desemprego.

Sr. Presidente, num primeiro momento, todas as nações do mundo se preocuparam em socorrer os bancos. Na Europa, bilhões e bilhões de euros foram colocados nos bancos alemães, franceses e ingleses. Nos Estados Unidos, a mesma coisa. O Brasil não fez diferente. O Brasil fez diversas medidas, muitas delas votadas nesta Casa por nós todos, para socorrer o mercado financeiro, porque sabe-se que sem crédito a economia capitalista não funciona.

Porém, o que se vê hoje é que todos esses recursos usados para salvar o sistema financeiro não chegaram às empresas e aos consumidores. O crédito está caro. O *spread* aumentou muito. Não havendo crédito, as empresas não investem. Não havendo investimento, não há geração de emprego. Não melhorando a renda do povo, não há demanda, a crise aumenta.

É por isso, Sr. Presidente, que, mais uma vez, eu venho falar no Cimento Social. V. Ex^a tem-me ouvido falar sobre o Cimento Social e volto a falar sobre o Cimento Social. Não há nenhuma razão para que o povo brasileiro, a essa época do nosso desenvolvimento, more em favelas, em barracos, em assentamentos indignos.

Agora há pouco, ouvi, aqui, o Senador do Mato Grosso do Sul dizendo que, lá na sua terra, na sua capital, não há favelas. É diferente do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, que já foi capital deste País nos períodos colonial e imperial, é, eu diria, uma cidade cercada de favelas – mais de mil. A primeira do Brasil está lá: Morro da Providência. Morro da Providência, que começa com os Soldados Voluntários da Pátria, da Guerra do Paraguai, a maioria escravos. Trinta mil escravos...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) –...foram para lá sob – Sr. Presidente, já vou concluir – a hipótese de que se lutassem na Guerra do Paraguai teriam, em 1870, o direito à alforria. A Abolição só chega em 88, junto com a queda da República.

Pois bem, Sr. Presidente, em 1870, voltam 30 mil negros da Guerra do Paraguai, têm alforria, mas sem trabalho e sem moradia. Então, é dado a eles o direito de ocuparem o Morro da Providência. Mais tarde, nordestinos que participaram da Guerra de Canudos também foram para o Morro da Providência e se criou o paradigma de se explorar o pobre, seja pelo Estado, seja pelas empresas, e mandá-los, depois, viver nos morros, nas favelas.

Providência – V. Ex^a estudou ali perto, aliás, V. Ex^a trabalhou ali perto, no Hospital do Estado, ali pertinho, Santo Cristo. E ele diziam o seguinte: “Vocês fiquem aí, porque nós vamos tomar uma providência”. Cento e trinta e sete anos se passaram e não se tomou nenhuma providência.

Agora que estamos enfrentando esta crise, em vez de socorrermos o sistema financeiro com bilhões, Sr. Presidente, por que não implementarmos aquela lei votada no Senado, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e fazermos as casas de que o nosso povo precisa? Temos cimento, temos aço, temos madeira, indústria petroquímica; temos mão de obra abundante que precisa ser treinada e aguarda como um vigia aguarda pela aurora a oportunidade de emprego neste momento de alto desemprego no Brasil. Por que não construir casas para o nosso povo? Não dependemos de nada nem de ninguém. Temos tecnologia para tudo e temos área, temos espaços.

Eu aqui, Sr. Presidente, faço mais uma vez um apelo para que o Governo se dedique – eu tenho certeza de que ele é sensível ao meu apelo – a criar uma agência nacional de habitação e a colocar recursos, bilhões, o que for necessário para resgatarmos a habitação...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – ... no País.

Vou concluir, Sr. Presidente.

A Engenharia Civil, como a agricultura, emprega mão de obra fácil de ser treinada e rapidamente empregada. Dizem assim: “É temporário, quando acaba a obra, desemprega-se o funcionário”. É verdade. Mas aí também se recupera o investimento e se começa uma nova obra. No País em que há demanda de milhões e milhões de residências, chegou a hora de enfrentarmos o desemprego imposto por esta crise financeira mundial com um amplo programa de habitação, já que temos toda a matéria-prima necessária com abundância neste País do aço, do cimento, da madeira, neste País da borracha, da tinta, do verniz, da mão de obra abundante e barata. É hora de construir casas para o nosso povo. É hora de unir a sociedade, ricos e pobres,

empresário e Governo, num cimento social que nos resgate da maior vergonha desta Nação, que é vermos tantos brasileiros vivendo de maneira indigente, de maneira indigna nas favelas brasileiras, onde, aliás, está a violência, Sr. Presidente, onde está o tráfico de drogas, a prostituição, o subemprego, a marginalização, as crianças doentes, a tuberculose.

V. Ex^a é médico. A Rocinha é hoje, no Rio de Janeiro, o maior lugar de tuberculose. Não há ventilação, não entra sol naqueles barracos apertados (é um atrás do outro); tem mofo, umidade, faz calor, é abafado; além disso, há o mal cheiro de esgoto.

Sr. Presidente, fica aqui o meu apelo: Cimento Social, nossa luta, nossa bandeira.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento de muita sensibilidade do Senador Crivella, advertindo os governos sobre a necessidade de habitação, da melhoria habitacional, passamos, pela ordem, a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

Antes, os meus aplausos por ontem, Heráclito Fortes, corando a sua exitosa administração na Comissão de Relações Exteriores, que levou ao Piauí o Embaixador dos Estados Unidos. E ainda hoje permanece lá com o Governo, a fazer convênios que levem riqueza ao nosso Estado. Nossos cumprimentos.

Senador Heráclito Fortes, fiz um requerimento, falei em nome de V. Ex^a e de outros Senadores, de homenagem de pesar pelo falecimento de Chagas Rodrigues. Queria o apoio de V. Ex^a, 1º Secretário, aquele que administra com muita galhardia este Senado.

O intelectual João Cláudio nos mandou um DVD. E eu assisti, emocionado, à última entrevista de Chagas Rodrigues, bem feita pelo intelectual que serviu até no Governo de V. Ex^a como Secretário de Cultura, o artista João Cláudio. Então eu passei à Mesa para conseguir um espaço da TV Senado para divulgar a mensagem política da vida gloriosa de Chagas Rodrigues.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem exatamente para fazer um pedido a V. Ex^a. Como sabe, eu não estava no plenário – porque estava me deslocando de Teresina para Brasília – quando V. Ex^a, por requerimento, prestou homenagem a Chagas Rodrigues. Eu gostaria de pedir permissão a V. Ex^a para que a minha assinatura seja aposta ao seu requerimento, pelo fato da minha ausência. Eu não poderia ficar sem manifestar, como piauiense, como cidadão o meu profundo pesar pelo desaparecimento do ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Chagas Rodrigues. Daí por que peço a V.

Ex^a a compreensão da minha ausência no momento do requerimento e solicito que inclua meu nome no requerimento de sua autoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já pedimos, já tínhamos feito a inclusão. O Papaléo Paes presidia enquanto eu defendia o requerimento.

E, Senador Heráclito, V. Ex^a, como 1º Secretário aqui, vamos viabilizar o quanto antes o DVD enviado por João Cláudio Moreno com uma das últimas entrevistas do estadista Chagas Rodrigues.

Estamos alternando oradores inscritos. Está inscrito, por permuta com o Senador Magno Malta, o Senador Papaléo Paes, do Estado do Amapá. Ele representa o PSDB.

V. Ex^a, regimentalmente, tem vinte minutos; porém, jamais cortaria a palavra do Estado do Amapá, principalmente vindo de V. Ex^a, um Líder do qual nos orgulhamos e eu, particularmente, porque V. Ex^a enriquece o Senado e a classe médica, a que pertencemos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Em homenagem a sua gentileza com o meu Estado, procurarei não ultrapassar o tempo regimental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ano de 2009 se inicia sob os promissores augúrios da mudança. Em meio a um cenário deveras preocupante, marcado por uma crise financeira global sem precedentes, os governos e organismos internacionais têm se esforçado para reverter o quadro e assegurar que, no futuro, existam mecanismos regulatórios capazes de prevenir crises semelhantes.

Nos Estados Unidos, país onde se originou o desequilíbrio financeiro gerado pelos chamados *subprimes*, um novo nome chega à Presidência – e, com ele, amplas expectativas de renovação política.

Ainda é demasiado cedo para estimar os efeitos tangíveis da “Era Obama”, que apenas se inicia. Contudo, conforme demonstrado por suas declarações e trechos de discursos de posse, fica claro que o combate à crise, encarada como séria e profunda, será o ponto nodal de sua administração.

Enquanto isso, no Brasil, a “marola” do Presidente Lula transformou-se efetivamente em uma “tempestade devastadora”, como havia previsto o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. Forte recuo nos diversos indicadores da economia, falta de crédito, demissão de trabalhadores e sinais evidentes de recessão não conseguem tirar o Governo de sua paralisia criminoso. Isso não impede, todavia, que, vez por outra, o Presidente

acuse a nós do Congresso Nacional de não votarmos os projetos importantes para o País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero rebater enfaticamente a insinuação maliciosa e fraudulenta. E o farei mediante a apresentação incontestável de fatos e números a comprovar que não somos omissos, preguiçosos ou procrastinadores.

Vivemos um tempo, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que o desequilíbrio entre os Poderes da República ameaça as instituições e as boas regras da democracia. As prerrogativas constitucionais do Legislativo vêm sendo usurpadas pelo Poder Executivo, que não cessa de legislar por meio da edição desenfreada de medidas provisórias. E mais: porcentagem significativa dessas medidas não atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância. O Governo insiste em editar medidas provisórias que travam as votações no Congresso e, insensível às evidências mais elementares, acusa o Congresso de não cumprir sua função legislativa. Não tem restado alternativa à Oposição senão obstruir as votações como forma de protestar contra as hidras das medidas provisórias.

Muito bem fez o Presidente Garibaldi Alves Filho, cortando uma das cabeças dessa serpente mítica, ao devolver a Medida Provisória nº 446, de 2008, que pretendia conceder benefícios tributários a entidades filantrópicas e anistiar instituições suspeitas de fraude. Ou seja, o próprio Governo passando a mão na cabeça de instituições filantrópicas que provocaram erros que, consequentemente, fraudaram o Erário público.

Vale lembrar que, desde 1989, não havíamos devolvido qualquer medida provisória ao Executivo. Tenho esperança de que o gesto do Presidente Garibaldi – por sua simbologia, por sua firmeza, por sua relevância ao demarcar os limites que não podem ser devassados num regime democrático – sirva de exemplo firme para a atual direção da Casa.

Contudo, a bem da verdade, convém manter algum ceticismo. A primeira sessão deliberativa do Plenário do Senado Federal, em 2009, por exemplo, será iniciada com a pauta de votações obstruída pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 31, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008, uma das ralas medidas editadas pelo governo para tentar amenizar os efeitos da crise financeira internacional.

Melhor, Sr. Presidente, tem feito o Senado Federal, não obstante a onipresente intrusão do Governo e a falta de boa vontade de parcela da mídia. Segundo dados da Secretaria-Geral da Mesa, foi considerável a produção legislativa da Casa no ano de 2008. Os números são eloquentes, senão, vejamos: foram realizadas nesta Casa 251 sessões, além de 28 sessões conjuntas do Congresso Nacional, sendo 120 de na-

tureza deliberativa. Houve um total de 1.756 matérias apreciadas, além de outras 265 em conjunto com a Câmara dos Deputados, entre as quais 203 são projetos de lei do Senado. De tal labor, resultaram nada menos do que 1.257 matérias aprovadas.

Obviamente, a produção não se esgotou aí, pois eis que realizamos dezenas de audiências públicas, Senador Mão Santa, sobre temas e projetos polêmicos, capazes de influenciar os rumos da sociedade brasileira por décadas. Também houve intenso trabalho nas diversas Comissões da Casa, que aprovaram, em caráter terminativo, um sem-número de matérias relevantes em sua área de competência.

Um crítico mais apressado poderia contra-argumentar que referir quantidade não é o bastante. Porém, Sr. Presidente, apreciamos ao longo do ano diversos temas relevantes, com destaque para as leis em áreas vitais como saúde, educação, trabalho, previdência, segurança pública e economia.

Não hei de cansar os nobres colegas com a menção de uma enxurrada de leis aprovadas. Vale, contudo, citar aqui algumas das normas mais importantes aprovadas pelo Senado Federal no ano de 2008.

Na área de educação, unanimemente considerada pilar do desenvolvimento social e econômico, houve a aprovação do PLS nº 59, de 2004, o qual garante um piso salarial de abrangência nacional para os professores da educação básica. A PEC nº 93, de 2006, por seu turno, assegura que os recursos constitucionalmente destinados à educação ficam de fora do cálculo da DRU, que é Desvinculação das Receitas da União. Neste parágrafo, faço uma homenagem toda especial, com a permissão dos demais Senadores, ao Senador Cristovam Buarque.

Quanto à saúde pública, tema que me é caro, foram marcantes os debates em torno da regulamentação da Emenda nº 29, que determina os percentuais mínimos a serem investidos em saúde pelos três níveis de Governo. O PLS nº 121, de 2007, foi aprovado em abril e seguiu para a Câmara dos Deputados. Caso também seja aprovado naquela Casa, a matéria garantirá cerca de R\$23 bilhões a mais para a saúde nos próximos cinco anos. Neste parágrafo, faço uma menção, também especial e justa, ao Senador Tião Viana.

Outra Lei de forte repercussão social é a Lei nº 11.705, de 2008, apelidada de “Lei Seca”, a qual impõe limites mais rígidos para a ingestão de álcool ao dirigir. Essa legislação vem impactando de maneira positiva os índices relativos a acidentes de trânsito, salvando vidas e poupando vultosas somas em assistência médica, previdência social e cobertura securitária.

Na economia, é possível destacar o PLC-Complementar nº 128, de 2008, que institui a figura do “mi-

croempreendedor individual”, abrindo as portas para a formalização de considerável contingente de pequenos empreendedores. O PLC nº 27, de 2008, chamado de “Projeto dos Sacoleiros”, é outra norma de alcance social e econômico que vinha sendo reclamada pela sociedade havia bastante tempo. Mas, no campo econômico, talvez as medidas mais importantes por nós apreciadas tenham sido aquelas relativas ao combate da crise internacional, pacote que foi aprovado com extrema rapidez pelo Senado, bem como os projetos relativos ao PAC.

Projeto polêmico, embora importante para milhares de Municípios brasileiros, foi a PEC nº 20, de 2008, que institui 24 faixas para o número de vereadores nos Municípios. Discordância entre as duas Casas do Legislativo conduziu a um impasse cujos desdobramentos ainda sobrevirão. Já a PEC nº 12-A, de 2004, regulariza a situação dos Municípios criados antes da edição da Emenda Constitucional nº 15, de 2006, propiciando segurança para dezenas de milhares de municípios.

No campo social e do direito de família, foi importantíssima a aprovação da ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses, proporcionada pelo Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005. O PLC nº 42, de 2007, assim como o PLS nº 296, de 2003, asseguram justos direitos a pensionistas e aposentados. Outra medida de grande impacto para o mundo do trabalho é aquela que reconhece as centrais sindicais, expressa pela Lei nº 11.648, de 2008.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi profícuo o nosso trabalho. Os requisitos de quantidade, qualidade e presteza foram atendidos, a despeito do que julga o senso comum. Em 2008, inclusive, houve aumento do percentual de leis de iniciativa parlamentar aprovadas. Excluindo-se as leis que tratam de matéria orçamentária, de iniciativa do Poder Executivo, e também as que versam sobre criação de cargos ou reestruturação de carreiras no âmbito da Administração Pública, também da alçada daquele Poder, podemos constatar facilmente que quem mais legislou foi, até para surpresa de muitos, de fato, o Poder Legislativo. Congratulo-me, portanto, com meus colegas Parlamentares, pelo dever de cada um, cumprido com dignidade, nesta Casa.

No entanto, Sr. Presidente, persiste a ameaça das medidas provisórias e a consequente paralisação dos trabalhos legislativos. Não devemos nos esquecer que 66,7% das sessões deliberativas do ano de 2008 tiveram suas pautas bloqueadas por força das contingências da edição abusiva de medidas provisórias. Em 2009, devemos dar curso à intenção de modificar o rito das medidas provisórias, de modo a salvaguar-

dar nossas competências constitucionais e garantir o equilíbrio entre os Poderes.

Sr. Presidente, fiz questão de, antes do início das nossas sessões deliberativas da Casa...

Pois não; concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Papaléo Paes, em primeiro lugar, agradecendo a referência feita à minha pessoa durante o seu discurso, reafirmo a oportunidade da sua fala e da sua lembrança e aproveito para incluir – não sei se foi por falta de atenção minha – o piso salarial como um dos projetos...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Foi incluído, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Foi incluído, não é? Então, aproveito para reafirmar...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Fiz essas referências todas relacionadas ao seu trabalho aqui dentro e homenageei... Homenageei não, fiz justiça a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado. Reafirmo que considero que foi um projeto importante que o Senado aprovou no ano passado. Mas, nada mais que isso. Felicito o senhor por ter trazido essas referências que, muitas vezes, faltam ser ditas aqui quando olhamos só o lado negativo do trabalho nosso aqui no Senado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu me referi ao PLS nº 59/04, que garante um piso salarial de abrangência nacional para os professores de educação básica; à PEC nº 93, que, por seu turno, assegura que os recursos constitucionalmente destinados à educação fiquem de fora do cálculo da DRU. Uma luta sua, uma luta com muita perseverança de V. Ex^a.

Então, Senador Cristovam, o que mais uma vez queremos deixar como mensagem é que esta Casa é uma instituição que está acima de todos nós – e o Senador Sarney se referiu a isso muito bem no seu discurso antes da eleição –; é uma instituição que deve reagir, sim, quando tentam denegrir a sua imagem, de maneira injusta e, principalmente, quando não querem reconhecer a importância do Senado Federal para a instituição chamada democracia.

Fica aqui a nossa mensagem. E fica também, para aqueles que estão desavisados, a mensagem de que esta Casa tem milhares de funcionários, de que ela precisa funcionar de maneira digna, precisa ser bem iluminada, precisa ser muito bem limpa, precisa ter segurança. Quando forem fazer os cálculos, na tentativa de denegrir as administrações, observem tudo isso. Fiquem atentos, sim, a qualquer tipo de licitação que ocorra neste País, mas não condenem dirigentes

da Casa pela quantidade de material que se compra. Imaginem só a quantidade de recursos que este plenário necessita para sua manutenção. Se queimar duas ou três luminárias, não vamos deixá-las queimadas. Se queimar o painel, também não. Se rasgar uma cadeira, também não. Se quebrar um copo, há que se repor. Peço mais consciência, e que as denúncias feitas, principalmente pela imprensa, sejam mais consistentes, pois é muito fácil fazer injustiças. Quando se lê ou se ouve uma notícia na imprensa condenando alguém, é preciso se ter em conta que é muito difícil recuperar, se foi uma injustiça, a imagem dessa pessoa diante da opinião pública.

Então, esse quarto poder, que é a imprensa, importante para a democracia e para a sociedade, deve, sim, agir com muita segurança, com muita eficácia, mas deve observar muito bem determinados pontos das denúncias, para não prejudicar alguém ou uma instituição para a opinião pública.

É esse o pedido que faço. Deixo aqui, com muita satisfação, por meio do meu discurso, o testemunho de que, se a Casa não produziu mais do que deveria, foi exatamente por causa das medidas provisórias, que usurpam sem dúvida, o dever, o direito e a função do Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentar o Senador Papaléo Paes, que fez pronunciamento que engrandece o funcionamento desta Casa. Papaléo é um dos que dá grande contribuição ao engrandecimento do Poder Legislativo do Brasil.

Nós estamos alternando. Há agora um orador inscrito como Líder e, em seguida, chamaremos novamente os oradores inscritos, que têm um tempo maior, e será o Cristovam Buarque.

Como é a vez do Líder agora, passo a palavra ao quarto Líder inscrito, Senador Francisco Dornelles, do PP do Estado do Rio de Janeiro, e, em seguida, o Professor Cristovam Buarque.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer um apelo muito grande ao ilustre Ministro da Educação para que ele possa solucionar uma crise bastante desagradável, problemas bastante desagradáveis que estão ocorrendo nas cidades fluminenses de Vassouras e Valença.

A situação é a seguinte: o Ministério da Educação fez uma inspeção rotineira nas Faculdades de Medicina de Valença e de Vassouras, inspeção essa que tem todo o nosso apoio, inspeção que deve ser feita, que deve ser estimulada. É importante que o Ministério da Educação faça o acompanhamento permanente

de todas as faculdades, de todo o ensino superior no Brasil, procurando seu aprimoramento.

Do resultado dessa investigação, dessa inspeção, as Faculdades de Valença e de Vassouras tomaram conhecimento pelos jornais, no dia 28 de janeiro. Já é um ponto distorcido. Elas deveriam, primeiramente, ser comunicadas, e não saber o que ocorreu pelos jornais. Ficaram semanas e semanas sem conhecer quais eram as irregularidades, quais eram as distorções, quais eram as correções que deveriam introduzir no currículo das Faculdades de Medicina. Pois bem, o que estabeleceu, qual foi a decisão do Ministério da Educação? Que não poderiam mais ser realizados exames vestibulares nas respectivas Faculdades.

Ora, Sr. Presidente, no momento em que o Ministério da Educação estabelece que o vestibular não pode ser realizado, é para o vestibular futuro. Tem de estabelecer que, de agora em diante, essas faculdades não poderão realizar exame vestibular enquanto não preencherem os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação. Mas não poderia fazê-lo de forma retroativa. Quando o Ministério da Educação estabeleceu a diretriz, o exame vestibular de 2009 já havia sido realizado, os alunos já haviam sido selecionados. De modo que o que acontece agora é que os alunos aprovados para a Faculdade de Medicina não podem iniciar as aulas porque o Ministério da Educação tomou uma decisão retroativa.

Sr. Ministro, eu acho importante e peço a V. Ex^a que administre e que veja a situação que está ocorrendo nas Faculdades de Medicina de Valença e de Vassouras.

A ilustre Secretária de Ensino Superior, a Prof^a Dallari, é uma professora ilustre que tem o nosso respeito, mas tem uma posição ideológica muito profunda contra o ensino particular, contra o ensino privado. Se depender dela, todas as faculdades privadas vão ser fechadas. Eu sei que essa não é a política do Ministério da Educação, mesmo porque, se forem fechadas todas as universidades e faculdades privadas, o Governo não teria condições de propiciar ensino para a maior parte dos alunos.

O que a Universidade de Vassouras e a de Valença estão pleiteando? Que as exigências sejam cumpridas. Enquanto as exigências não forem cumpridas, elas não vão realizar nenhum exame vestibular, mas que o vestibular que já realizaram, antes de essas exigências serem apresentadas, seja reconhecido e que os alunos possam começar a cursar o primeiro ano da Faculdade de Medicina, porque realmente eles já fizeram até opções, deixaram de ir para outras faculdades, dando preferência à Faculdade de Valença e de Vassouras.

O apelo que eu faço ao Ministro da Educação é que ele continue com suas inspeções, que ele continue fiscalizando, verificando as distorções que existem nas faculdades do ensino público brasileiro, mas que não tome decisões de forma retroativa, que não venham prejudicar alunos que passaram no vestibular e querem cursar o primeiro ano da Faculdade de Medicina.

Sr. Presidente, muito obrigado. Faço daqui esse apelo ao Sr. Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento do Senador Francisco Dornelles, como Líder do PP, será feita uma comunicação inadiável. Estamos alternando. Está inscrito para fazer uma comunicação inadiável o Senador e Professor Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal, a quem concedo a palavra. Regimentalmente, seriam cinco minutos, mas não vou cortar a palavra de S. Ex^a, que leva tanta sabedoria ao País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Cumprimento todos os Senadores e todas as Senadoras.

Quero, nesta comunicação inadiável, como bem disse, Senador Mão Santa, trazer três assuntos, o que daria um minuto e meio para cada um.

Primeiro, lembro que, no dia 7, Senador Jefferson Praia, comemoramos os 100 anos do nascimento de Dom Helder Câmara. São 100 anos do nascimento daquele que foi certamente uma das figuras mais importantes do século XX neste País, uma pessoa que continua atualizada nas suas idéias, porque elas não foram ainda realizadas plenamente.

Dom Helder, com quem tive o privilégio e a sorte de conviver durante quatro anos em Recife – ele era nosso arcebispo, e eu, ainda muito jovem, estudante –, foi determinante na minha formação. Ontem, ele estaria fazendo 100 anos. É interessante a gente ver que ele, se estivesse vivo hoje, estaria lutando pelas mesmas coisas, não por causa da coerência dele, mas por causa da incoerência da sociedade brasileira, que não consegue superar seus problemas. Talvez, estivesse ele aqui não mais lutando pela democracia, que, naquele período do século XX, estive no nosso País – Dom Helder foi um dos baluartes da luta contra a ditadura –, mas, sim, lutando ainda hoje pela justiça social, pelo direito daqueles esquecidos que não se beneficiam da nossa economia, que não se beneficiam dos nossos avanços. Dom Helder Câmara, hoje, aos 100 anos, seria ainda um lutador pelos mesmos objetivos, pela sua coerência e pela incoerência de nossa sociedade.

Mas, ao mesmo tempo em que estamos comemorando os 100 anos do nascimento de Dom Helder – no

próximo dia 03 de março, haverá uma sessão especial para homenageá-lo durante toda a manhã, sessão que foi convocada com a sua assinatura, Senador Mão Santa, com a assinatura do Senador Camata, do Senador Mercadante, do Senador Suplicy, do Senador Pedro Simon e do Senador Neuto De Conto e também com a minha assinatura; convocamos essa sessão solene para lembrar os 100 anos de Dom Helder Câmara –, estamos comemorando também 120 anos da República. E vou falar muito sobre isso ao longo dos próximos meses, porque essa data merece uma reflexão, essa data nos força e nos incentiva a fazer uma reflexão: que fizemos nós nesses 120 anos de República? Que fizemos nós, o Senado, nesses 120 anos de República, para deixar este País realmente diferente do que ele era 120 anos atrás, em 1889?

Vale a pena lembrar, Senador Mão Santa, que, para proclamar a República, foi preciso fechar o Senado. Enquanto na abolição da escravidão nós tivemos papel fundamental – foi daqui de dentro que ela saiu –, na Proclamação da República, que, na verdade, foi um golpe de Estado dado pelos militares, o Senado foi fechado, a Câmara foi fechada. Ficamos até 1891, quando veio a Constituição, sem Parlamento, ou seja, o Senado não foi capaz de se adiantar às necessidades, às aspirações, às exigências do País, e ficou para trás.

Foram os militares que fizeram a revolução do ponto de vista de mudança da estrutura, embora sob a forma de um golpe de militares e civis, juntos. O Senado não se pode deixar fechar outra vez, para que a gente faça as revoluções necessárias para completar a República, inclusive aqui dentro, porque somos uma Casa que se diz republicana, mas onde nos tratamos por excelências, por nobres. Que Senado republicano é esse? Entre nós, tratamo-nos de nobres Senadores, em vez de nos tratarmos de cidadãos Senadores, de cidadãs Senadoras. Não falo companheiros e companheiras, porque isso exigiria uma opção política ideológica. Mas “cidadãos” é a palavra que significa o homem numa República, mas nós nos tratamos de nobres Senadores.

Que República é essa em que nossos filhos não estudam nas escolas dos filhos do povo, nas escolas dos filhos dos nossos eleitores? Que República é essa em que, quando ficamos doentes, temos um tratamento completamente diferente daquele tratamento que tem o povo?

Nós não fizemos nossa revolução. Imagine fazermos a revolução de que o País precisa para se transformar numa verdadeira República!

É por isso que quero tomar um tempinho para ler aqui o que me parece muito importante, que está hoje

no jornal *Folha de S. Paulo*, que é um artigo da nossa Senadora Marina Silva, que se intitula “Renda básica na política”, em que ela diz:

Há um quase consenso de que a política brasileira precisa de mudanças profundas [e o artigo cita o Senador Suplicy]. São várias as receitas, desde implosão total até uma reforma empacada há tanto tempo que o problema parece estar menos nas regras e mais na cultura política (...).

Nosso sistema político se descola perigosamente da função de fazer a mediação entre ideais e a vida real [vejam bem: nosso sistema político se descola perigosamente da função de fazer a mediação entre ideais e a vida real]. Não consegue enxergar além dos conflitos intra e interpartidários, das artimanhas eleitorais, das disputas irracionais e da gana de impor derrotas ao adversário, ao custo, às vezes, do próprio interesse nacional.

Há saídas, e senti isso na negociação das comissões do Senado (...). Dois partidos, PT e PSDB, têm responsabilidades específicas para aprofundar esse caminho. Desde o final do regime militar, têm sido as forças mais estáveis no comando do país e, talvez até por isso, identificaram-se com projetos nacionais, mais do que os outros grandes partidos [estou citando dois partidos aos quais não pertenço, mas respeito a opinião da Senadora e, por isso, estou lendo seu artigo, porque estou de acordo].

Por vários motivos, de PT e PSDB se esperariam limites à guerra política, mas há exemplos, de parte a parte, de comportamento contrário. Erram quando se recusam ao diálogo sistemático em questões cruciais e são vítimas da própria armadilha: no governo ou na oposição, têm que se aliar indiscriminadamente.

Se mantivessem pontos de contato, dificilmente se tornariam reféns de maioria indefinidas e, muitas vezes, inconsequentes. A permanente possibilidade de aliança entre ambos [PT e PSDB – estou lendo artigo da Senadora Marina Silva] equilibraria os acordos políticos em geral, atraindo quadros responsáveis do PMDB, do DEM, do PV, do PDT, do PSB – de todos, enfim – e reduzindo a margem de casuísmos.

(...)

Parafraseando o Senador Suplicy, seria uma espécie de renda básica da governabilidade, assegurando o interesse nacional aci-

ma de agendas partidárias e disputas de data marcada. E isso é possível. Arriscado é nos enredarmos no passado, fazendo de conta que estamos com os olhos no futuro. O futuro exige, no presente, política de futuro: madura, menos mesquinha, apta a enfrentar tempos de instabilidade e vulnerabilidade.

O artigo tem algumas considerações mais que, pelo tempo, deixo de lado, Senador Mão Santa, mas quero deixar aqui claro, em mais um minuto que V. Ex^a me der, que a Senadora Marina Silva mostrou, com esse artigo, uma disposição rara na política: a de reconhecer que está em outros partidos também a possibilidade de aliança não apenas para ganhar cargos, não apenas para tomar poder, mas, sim, a aliança olhando os interesses nacionais.

Esse artigo da Senadora merece uma reflexão dos dois partidos que S. Ex^a cita e dos outros também. Como Vice-Líder do PDT, quero dizer que gostaria que a Senadora incluísse nosso Partido, que é muito menor em número de Parlamentares, mas é do mesmo tamanho em compromissos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a permitir um aparte...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o maior prazer, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, Senador Cristovam Buarque, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de o Senado Federal aqui promover uma sessão de homenagem ao centenário do nascimento de Dom Helder Câmara. V. Ex^a, também de Pernambuco, teve uma convivência maior ainda do que a minha com Dom Helder Câmara, seja por sua ação no Rio de Janeiro, onde por muito tempo foi extraordinário bispo, seja por seus longos anos em Recife. Mas ele era mais do que um cidadão brasileiro, era uma pessoa que fazia sua voz chegar a todos os cantos do mundo, inclusive em diálogos com os diversos Papas com os quais conviveu, sempre com extraordinária coragem, determinação e assertividade sobre o que se poderia fazer para acabar com a fome e com a miséria e para prover educação a todo o povo. Enfim, Dom Helder Câmara trouxe para todos nós a expressão notável de anseios que são os melhores para aprimorarmos nosso Brasil. Então, meus cumprimentos! Já assinei a iniciativa com outros Senadores. E, com respeito ao artigo da Senadora Marina Silva, incorporo-me ao seu elogio. E é muito próprio que V. Ex^a tenha aqui expressado que o PDT também pode estar entre aqueles que dialogarão sobre os propósitos maiores que todos nós, Senadores, deveremos ter para fortalecer o Congresso Nacional. E, na hora de dialogar sobre cargos como os da Mesa ou os das Comissões, que o façamos sempre

com propósitos maiores para todos nós. Meus cumprimentos à Senadora Marina Silva e a V. Ex^a por ter lido e comentado positivamente a contribuição da nossa brilhante colega do Acre!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, concluo, dizendo que esse artigo merecia, além do belo título inspirado no Senador Suplicy de “Renda básica na política”, o título “Reunião republicana”. E isso é que deveria caracterizar o Senado Federal brasileiro ao longo dos próximos meses. Que nos transformemos numa reunião de republicanos brasileiros, nem que seja para comemorarmos os 120 anos da Proclamação da República!

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha de falar nesta comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos a V. Ex^a, Senador Cristovam!

Senador Suplicy, V. Ex^a viu como nosso Cristovam Buarque estendeu a mão, sem ressentimentos. É hora de o Partido dos Trabalhadores indicar o nome do Professor Cristovam Buarque para candidato a nosso representante na Unesco. A pessoa para ocupar esse cargo é o Presidente Luiz Inácio quem indica. Aten-tai bem! A indicação dele não dá o assento, porque o candidato será submetido a uma eleição internacional. Quem representa com grandeza a possibilidade de o Brasil estar presente na Unesco com uma firme disposição de melhorar a educação no mundo é o Professor Cristovam Buarque. Então, V. Ex^a tem de ter ação e levar o nome do Professor Cristovam Buarque como representante a conquistar a vaga, porque tenho muito medo de que coloquem um companheiro ou uma companheira que vá decepcionar e perder a eleição. Cristovam Buarque tem condições de vencer e de conquistar o lugar para o Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já assinei o manifesto com esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas não basta, não! O manifesto, eu também o assinei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É preciso uma ação maior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, que se comporta como verdadeiro atleta, vá ao Planalto e exija isso do Presidente Luiz Inácio! Quis Deus que, neste momento, eu representasse a Presidência do Senado. Isso é bom para ele, para o País e para todos nós. A inveja e a mágoa corrompem os corações! O próprio PT se engrandece, pois o Suplente de Cristovam Buarque é um Senador do PT, sindicalista. Mais ainda, advirto-o, para V. Ex^a justificar diante do Presidente Luiz Inácio, que Eurípedes foi o único que vi assumir como suplente e, depois, quando voltou

ao cargo o Senador Cristovam Buarque, ser homenageado em um jantar oferecido por esta Casa por sua passagem aqui. Então, todos nós ganharíamos com isso, principalmente o Brasil e a educação brasileira. Dizemos isso por que temos a certeza de que V. Ex^a é homem de ação e de muito prestígio no Partido dos Trabalhadores.

Está convidado para usar da palavra outro Líder do PDT – o PDT é um Partido da base –, o Senador Jefferson Praia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou inscrito regularmente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a sabe que a Bíblia sempre funciona. V. Ex^a é o último inscrito, mas está escrito na Bíblia que os últimos serão os primeiros. V. Ex^a é o primeiro no meu coração, mas o último da lista.

Senador Jefferson Praia, V. Ex^a é orador inscrito e, regimentalmente, dispõe de vinte minutos, mas jamais cortarei a sua palavra.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no fim de semana que passou – quero, inicialmente, fazer esta observação –, tivemos no meu Estado, o Estado do Amazonas, a queda de um avião no Rio Manacapuru, que provocou a morte de 24 pessoas. Apenas quatro, Sr. Presidente, sobreviveram. Quero, neste momento, externar o sentimento de tristeza que nós, do Amazonas, tivemos em relação a esse fato.

Quero também fazer um apelo ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos para que faça uma avaliação rigorosa sobre a causa da queda dessa aeronave. Não podemos admitir que, de vez em quando, um avião caia na Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faltou um diagnóstico da crise. Essa foi a conclusão que para mim representou o Fórum Econômico Mundial, realizado recentemente em Davos, na Suíça.

O mundo esperava que os representantes dos países das economias mais avançadas discutissem a crise de forma aprofundada e indicassem os caminhos para vencê-la. Isso não aconteceu. Para mim, essa foi uma demonstração clara do buraco negro em que se encontra a economia mundial. Na verdade, Sr. Presidente, ninguém sabe a saída.

Já estamos sentindo os impactos da economia brasileira. A previsão do crescimento do nosso Produto Interno Bruto para este ano, segundo o Governo Federal, era de 4%. Um percentual bastante otimista. Certamente, hoje, o Governo não está mais trabalhando dentro dessa perspectiva. Sabemos que o crescimento

econômico do Brasil será menor. Alguns analistas afirmam que esse crescimento, em 2009, será de 1,8%.

O Fundo Monetário Internacional estima um crescimento para a economia mundial de 0,5%, Sr. Presidente. Como a economia brasileira depende das economias avançadas, a pergunta que se faz é a seguinte: quanto da desaceleração global irá afetar o Brasil? Mais uma pergunta sem resposta.

Um rápido olhar para a economia do Brasil nos mostra: queda na produção industrial, diminuição do consumo, desemprego, financiamento caro e escasso, redução da demanda externa por produtos brasileiros e balança comercial deficitária.

Sr. Presidente, por mais que o cenário atual esteja nebuloso, acredito que conseguiremos vencer esse monstro da crise: primeiro, por acreditar no povo brasileiro como trabalhador, criativo e empreendedor; segundo, por termos uma economia que vem se fortalecendo ao longo dos últimos anos; terceiro, por perceber o empenho do Presidente Lula e sua equipe no sentido de encontrar a solução, ou as soluções, para se combater a crise.

Ter lançado o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, há dois anos, foi uma decisão importantíssima do Governo. Se o Governo Federal não tivesse tomado essa medida, teria que fazê-lo agora. As obras do PAC devem ser aceleradas. União, Estados e Municípios precisam agir conjuntamente visando remover obstáculos burocráticos, gerenciais e ambientais. Não cabe, neste momento, Sr. Presidente, a palavra morosidade.

Ampliar os investimentos através do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foi outra medida acertada. O Governo Federal reforçou o banco destinando R\$100 bilhões com o objetivo de aumentar o crédito às empresas.

A redução da Selic – taxa básica de juros – para o percentual de 12,75% foi um passo tímido que tinha que ser dado, muito embora saibamos que mesmo que a Selic atinja o patamar de um dígito, seu efeito será limitado ao custo final do crédito. Os juros continuarão elevados para os produtores e consumidores. Onde está o problema, então, Sr. Presidente? A resposta é simples: no *spread*, ou seja, na diferença entre o que os bancos pagam para captar os recursos e o que cobram nos empréstimos que fazem. Precisamos, portanto, reduzir o *spread*! O Governo Federal precisa mergulhar fundo nessa questão.

Sr. Presidente, para concluir, eu quero deixar uma mensagem aos governadores e prefeitos do Brasil.

Esta é a hora da criatividade, da rapidez, das parcerias e do melhor aproveitamento dos recursos na geração de trabalho, emprego e renda.

Esta é a hora de intensificarmos a qualificação e a capacitação profissional, principalmente dentro do contexto do empreendedorismo.

Esta é a hora do entendimento entre governos, Sr. Presidente, nos três níveis da Federação, trabalhadores e empresários. Cada um deve ceder para que todos ganhem. Só não podemos deixar que o desemprego aumente no nosso País.

Esta é a hora de estimularmos aqueles que mais geram trabalho, emprego e renda, que são as micro e pequenas empresas. Um ótimo caminho são as compras governamentais. Comprando dessas empresas, os Governos estarão injetando recursos na economia local, estimulando o consumo e fortalecendo o emprego.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos cumprimentos pelo pronunciamento ao Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas, convidamos para usar da palavra, pela ordem, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou acabando de chegar da minha cidade natal, Natal, capital do Rio Grande do Norte, e tive conhecimento de uma notícia, para mim, muito triste, do falecimento de um conterrâneo de V. Ex^a: o ex-Senador e ex-Governador Chagas Rodrigues, ocorrido no último sábado, dia 7 de fevereiro, no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, após parada cardíaca durante uma cirurgia para retirada de uma sonda.

Quero me associar, aqui, a este requerimento, cuja cópia tenho em mãos, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. O Senador Eduardo Suplicy encaminhou à Mesa um requerimento, que já foi lido por S. Ex^a, e já foram, inclusive, por S. Ex^a dadas as principais informações a respeito da biografia de Chagas Rodrigues, que foi o governador, segundo o Senador Eduardo Suplicy, mais jovem da história do Piauí. Foi empossado aos 37 anos, mas renunciou para ser Deputado Federal pelo PTB.

Segundo o requerimento do Senador Suplicy, a trajetória política de Chagas Rodrigues teve início em 1950, com a eleição para Deputado Federal pela UDN. Algum tempo depois, ele estava no PTB, sendo reeleito em 1954.

Em 1958, todavia, diz o Senador Suplicy, um fato excepcional o impediu de assumir aquele que seria o seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados. No dia 4 de setembro de 1958, um acidente automobilístico, na altura da chamada Cruz do Cassaco, tirou a vida dos então candidatos a Governador e a Senador do Piauí, Demerval Lobão e Marcos Parente. E Chagas

Rodrigues e Joaquim Parente substituíram a ambos. Assim, o candidato Chagas Rodrigues foi eleito tanto para Governador como para Deputado Federal.

Sr. Presidente, o que eu tenho de falar sobre Chagas Rodrigues ou a respeito da carreira dele é a partir de 1991, quando aqui cheguei para exercer o meu primeiro mandato de Senador e encontrei Chagas Rodrigues já no seu segundo mandato de Senador – não sei bem, não pude ler o documento do Senador Suplicy. Mas o que é certo é que encontrei um homem já idoso, mas um homem ainda muito vigoroso na sua vontade de servir a seu Estado.

Eu, que gosto de ter conselheiros, aproximei-me do Senador Chagas Rodrigues porque vi nele um conselheiro natural, uma vez que estava chegando ao Senado até mesmo sem a experiência de ter ocupado o Governo do Estado. Havia sido apenas prefeitinho, como diz V. Ex^a, e, ainda, Deputado Estadual por quatro mandatos. Mas não havia sido governador. Foi daqui que eu saí para disputar o Governo do Estado, em 1994. Encontrei em Chagas Rodrigues esse homem compreensivo, bom, atencioso, que não deixava de me aconselhar, como eu já disse, de me orientar, de me levar as informações que eu solicitava dele.

Assim, tenho uma lembrança inapagável dele, aquela lembrança que marca sobretudo um Senador que, como eu, teve oportunidade de conviver com ele pelo menos nesses quatro anos.

Depois desse mandato, fui candidato ao Governo do Estado, e, se não me engano, ele se retirou da cena política de Brasília, da cena política federal. Acredito, não sei bem se ele continuou aqui – V. Ex^a, Sr. Presidente, poderá me corrigir se eu estiver errado –, mas acredito que ele tenha voltado ao Piauí. Eu sempre pedia notícias a respeito do Senador Chagas Rodrigues. De modo que, sem conhecer muito a trajetória política dele, a não ser o que se passou aqui nesses quatro anos como Senadores, quero prestar esta homenagem.

Estou vendo que ele retornou a Brasília, onde prestou assessoria ao Governo do Distrito Federal e que foi, mais uma vez, candidato a Senador em 1980. Não – corrijo –, isso é anterior ao período a que estou fazendo referência, 1990.

Desde o fim do seu mandato, passou a residir em Brasília. Aqui tenho a informação que buscava. Em 2007, recebeu uma indenização por conta das perseguições sofridas durante o período militar no Brasil, conforme a Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Tenho, portanto, um carinho muito grande pela figura dele e tenho certeza de que será sempre lembrado por mim e, sobretudo, pelos seus conterrâneos,

os, como V. Ex^a, como um homem que serviu ao seu Estado. Se há uma coisa que não pode deixar de ser ressaltada é que, na política, nós estamos para servir. E eu vi de perto como Chagas Rodrigues serviu ao seu Piauí.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, Deus escreve certo por linhas tortas. Mais cedo, prestamos uma homenagem ao Senador Chagas Rodrigues. Fizemos o primeiro requerimento em nome dos Senadores do Piauí, secundado por Marco Maciel e outros presentes, que o rememoraram. Mas esta homenagem não seria completa sem a presença de V. Ex^a, que simboliza muito. O que Aluizio Alves foi para V. Ex^a Chagas Rodrigues foi para mim.

Justamente quando eu saíra de prefeitinho da cidade de Parnaíba, tinha sido convidado para ser candidato a Vice-Governador pelo Professor Wall Ferraz, do PSDB, maior Líder da história da capital do Piauí. Foi três vez prefeito. O Professor Wall Ferraz fez pesquisas. Colocava o nome dele e o de um comunista, o nome dele e o de um do PT. Colocou o nome dele junto ao meu. Então, melhorou. Mas não decidiu sair da Prefeitura de Teresina para disputar. Já havia tido um insucesso e as forças oligárquicas tradicionais eram muito fortes. Eu então, como vice, não era o primeiro. O primeiro era Wall Ferraz, escolhido pelo povo. O segundo era Chagas Rodrigues. Ele abriu mão e indicou-me. Chegamos ao governo do Estado do Piauí.

Assim, Chagas Rodrigues significa para mim o que o Senador Aluizio Alves significou para V. Ex^a: abriu os caminhos. Mas, para traduzir a grandeza daquele homem, direi que, se houver céu, ele lá estará. Se não estiver, estamos lascados, Garibaldi. Ô homem bom, correto e decente era Chagas Rodrigues. Ele foi enaltecido porque V. Ex^a precisava fazê-lo. E foi em vida mesmo.

Eu, como Governador do Estado, fiz no bairro mais pobre de Parnaíba, o Bairro do Piauí, um dos melhores estabelecimentos de ensino de segundo grau profissionalizante com complexo esportivo. E o patrono foi Chagas Rodrigues. Ele não pôde ir porque já estava doente. Mas seu filho, José Alexandre, foi representando o homenageado. Para que o País tenha noção exata de quem foi Chagas Rodrigues é preciso dizer que podemos ser políticos com decência, com dignidade e vergonha, com essa carreira brilhante, acidentada, cheia de adversidades e glória. Ele foi cassado. E morreu – atentai bem, Garibaldi: isso é um ensino muito propício para os momentos atuais em que o PT governa o País – só com um imóvel, só o apartamento

dele. O seu sogro era riquíssimo e o seu pai também. Só um imóvel! Exemplo de homem.

Mas gostaria de ler, Garibaldi, V. Ex^a que foi Senador com ele, o *Espírito Poético*, um livro que ele me ofereceu quando fez 80 anos. “Poesias de Chagas Rodrigues ao prezados primos Francisco, que sou eu, e Adalgisa. Cordialmente, Chagas Rodrigues”.

Ouçã essa poesia, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a que viveu esse período da Ditadura Militar. Muitos foram cassados, exilados, mas houve alguns como ele. Isso retrata a grandeza dele. Foi justamente em 1976, ele cassado.

Atentai bem para os versos dele, que homenageavam, todos, a sua esposa Maria do Carmo, minha prima:

ESTRANGEIRO NA PRÓPRIA PÁTRIA
Ouve, Amiga,
Deve ser triste viver em terra alheia,
Longe da Pátria,
Longe da Família,
Longe dos Amigos.
Porém é ainda mais triste,
Viver como estrangeiro,
Na própria Pátria,
Com o mandato eletivo cassado,
Com os direitos políticos suspensos,
E proibido de rever
A Cidade Natal,
O Estado Querido
E o Povo Amado.
Brasília, novembro – 1976
Sem mágoa, sem ressentimento.

Vou reler para resgatar, porque ele se ausentou muito do nosso Estado, Heráclito, mas era proibido... Todo mundo se lembra de que Juscelino foi proibido – ele foi enterrado em Luziânia – de ver Brasília, a luminosidade, de circular pelas ruas. Uma vez, até um avião em pane, com o piloto pedindo para aterrissar, as forças militares não permitiram. Então, Chagas viveu esse drama. Heráclito, muito bom para recordar o que falo aqui... Em 1979, ele, cassado, preso, em Brasília, sem poder voltar ao Piauí, a sua terra natal, que é a minha, escreveu “Minha saudade”:

Daqui, do Planalto Central,
Desta bela Brasília plantada por Juscelino,
Do cerrado brasiliense,
Vejo e sinto
Como é imensa e profunda a minha saudade
Dos mangues e das restingas,
Das dunas e das praias,

Dos rios e das lagoas,
Do meu Piauí querido e distante
E de seu Povo generoso,
Brasília, setembro-1979.

Então, é isso. E V. Ex^a – todos nós já usamos da palavra –, sem dúvida nenhuma, coroou a homenagem a Chagas Rodrigues, que simboliza o Piauí. O Piauí está mais pobre, mas, com certeza, a nossa voz, a de Heráclito Fortes e a de João Vicente, através das ondas sonoras da televisão, da rádio AM e FM, que já chegam hoje em Natal. Com certeza, chegarão aos céus em forma de súplica, de reza e oração. Deus receba o melhor dos piauienses, Chagas Rodrigues.

Agradecimentos a Garibaldi Alves pela homenagem que presta – ele e o Rio Grande do Norte – ao nosso conterrâneo Chagas Rodrigues.

Suplicy é o orador inscrito. É o último inscrito, Suplicy. Mas está inscrito no Livro de Deus que os últimos serão os primeiros. V. Ex^a é o primeiro em nosso coração.

Os nossos agradecimentos também, Suplicy, em nome do Piauí, eu, Heráclito Fortes e João Vicente agradecemos a V. Ex^a pela manifestação que fez ao nosso líder Chagas Rodrigues.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Que bom que o Senador Garibaldi Alves pôde chegar a tempo de se juntar à homenagem que todo o Senado presta ao querido Senador Chagas Rodrigues.

Sr. Presidente, há pouco dialoguei com o 1º Secretário eleito, com o meu voto inclusive, Senador Heráclito Fortes, como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Também tive o seu voto? Não tive?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Também teve, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu, inclusive, há pouco conversei, por telefone, com o Senador Presidente José Sarney, para expor uma reflexão construtiva, com a Mesa em especial, em decorrência de matéria hoje publicada no *Correio Brasiliense*.

Já entreguei, inclusive, ao 1º Secretário Senador Heráclito Fortes uma cópia dessa breve carta, que é uma sugestão a toda a Mesa, ao Senado:

Sr. Presidente José Sarney,
Matéria publicada no jornal **Correio Brasiliense** de hoje afirma que o 1º Secretário, Senador Heráclito Fortes, está disposto a construir um novo anexo para o Senado Federal, orçado em R\$140 milhões. Nessa mesma

entrevista, o Senador menciona que vai “impri-
mir uma administração ao seu estilo, com
transparência”, o que é muito positivo, pois
eu próprio sempre assim o recomendo. Ele
próprio, o Senador Heráclito, suspendeu lici-
tações que estavam prestes a serem realiza-
das e que não considerou prioritárias.[O que
entendo ter sido também uma decisão da nova
Mesa Diretora].

Ainda conforme o jornal, o Senador “He-
ráclito também acha que pode ser levado adian-
te o velho sonho de construir mais um prédio
com o dinheiro arrecadado com a eventual
venda por R\$200 milhões da gestão da fo-
lha de pagamento dos servidores para algum
banco. Argumenta que a estrutura cresceu
demais nos últimos anos e não suporta mais
as atuais dependências físicas. O problema,
segundo ele, é que esse inchaço se deu, em
muitos casos, por causa da multiplicação de
secretarias, dando origem a novas pastas,
muitas sem espaço para trabalhar”.

Também cabe lembrar que V. Ex^a, Se-
nador José Sarney, ao tomar posse como
Presidente do Senado, prometeu a redução
de despesas, tendo inclusive assinado atos
determinando a sua contenção e um corte de
10%, ou R\$51,2 milhões, no orçamento de
custeio e investimento da Casa. Em vossas
palavras, tal atitude é a “maneira de adequar
o Senado Federal à atual situação econômica
e financeira global”.

Considerando pesquisas que apontam
para um crescente descrédito do Parlamento
brasileiro, e tenho a convicção de que é o pro-
pósito de todos nós, inclusive da Mesa presidi-
da pelo Senador José Sarney, modificar esse
quadro, e considerando a crise econômica
que se avizinha, condizente com o propósito
de transparência, aliado ao de maior partici-
pação de todos os Senadores nas decisões,
que acredito ser intenção da Mesa presidida
por V. Ex^a[e, portanto, pelos Senadores He-
ráclito Fortes, Mão Santa e outros, inclusive pe-
las Senadoras Serys Slhessarenko e Patrícia
Saboya Gomes, que são as duas mulheres
Senadoras que agora participam da Mesa,]
venho sugerir que gastos vultuosos, como a
da construção de novo anexo, sejam objeto
de diálogo e consulta a todos os membros do
Senado, pois considero importante que antes
de qualquer resolução dessa natureza avalie-
mos os espaços existentes. Isso demonstrará

aos brasileiros que estamos, assim como eles,
preocupados em contribuir com a boa aplica-
ção do dinheiro público.

Certo de sua atenção, renovo votos de
estima. – Senador **Eduardo Matarazzo Su-
plicity**.

Quero agradecer a presença inclusive do Senador
Heráclito Fortes, já que eu iria falar da matéria sobre
ele, que teve a gentileza de aguardar-me para aqui
expor... Espero que esse diálogo com os membros da
Mesa seja uma característica inclusive da interação
que possamos ter no sentido de colaborar com as Sr^{as}
e os Sr^s membros da Mesa.

Ouçõ o Senador Heráclito, com muita honra

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador
Suplicy, é lamentável que esse diálogo que V. Ex^a
propõe com um membro da Mesa seja em caráter
público. V. Ex^a baseia-se numa matéria publicada no
Correio Braziliense sem a humildade ou o coleguismo
de ouvir este colega, este seu companheiro, faz uma
carta ao Presidente do Senado e coloca no seu texto
afirmações não feitas por mim. Lamento que V. Ex^a,
em busca da notoriedade, sempre aja dessa maneira.
Não se preocupa com a imagem já tão desgastada do
Parlamento, que V. Ex^a reconhece aqui na carta. Pelo
contrário, colabora para que isso ocorra. Quero dizer
a V. Ex^a, em primeiro lugar, que não estou disposto
a construir nada, pelo simples fato: não tenho poder
para isso. Qualquer decisão é de um colegiado, que,
infelizmente, o seu partido não lhe deu a oportunidade
de a ele pertencer. Se V. Ex^a estivesse participando da
Mesa, talvez conhecesse melhor fatos como este. Se-
mana passada, fui procurado pelo jornalista Leandro
Colon, do **Correio Braziliense**, e falamos sobre fatos
recorrentes que tramitam de maneira muito específica
na 1^a Secretaria do Senado. Foi no dia seguinte a mi-
nha posse. Eu até hoje estou, inclusive, sem chefe de
gabinete. E um desses fatos recorrentes é exatamente
a construção desse anexo, que é um projeto do arqui-
teto Oscar Niemeyer. Disse a ele que, na realidade, a
questão de espaço na Casa existe. E V. Ex^a, que traz
inúmeras vezes caravanas de representações estran-
geiras de grande porte aqui, sabe qual é o vexame que
nós encontramos para recebê-las com dignidade. Se
precisamos de salas ou auditórios, não possuímos. Mas
em nenhum momento disse que construiria. O que eu
afirmei é que iria tomar conhecimento do projeto. Outra
leviandade inaceitável é V. Ex^a endossar o fato de que
eu afirmo que vou construir por 200 milhões. V. Ex^a não
tem o direito de fazer isso, nem com o Senado, nem
com um colega, porque isso é produto de concorrên-
cia! Não são essas concorrências fajutas, que estão
muito em moda, hoje, no País! V. Ex^a tem de respeitar

os colegas, tem de respeitar esta Casa, Senador Suplicy. Como V. Ex^a admite 200 milhões, um valor que não existe! Senador Suplicy, a venda de uma conta, de administrador da conta-salário por 200 milhões, vai passar por um processo de concorrência? V. Ex^a já acertou com algum banco com o qual seu Partido tem parceria? Responda! Porque dar valor é um absurdo! V. Ex^a não tem mais idade de cometer leviandade com um colega dessa maneira! V. Ex^a representa um Estado da importância de São Paulo! É inadmissível dizer isso, Senador Suplicy! Isso é leviandade dos bancos de escola! Como pode afirmar que são 200 milhões se será necessária uma concorrência?

É entristecedor ver um homem como V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a prestar melhor atenção no que está escrito, verá que o que se está afirmando não é o que está na minha carta.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Com a eventual venda por 200 milhões!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a observa que, primeiro, está na matéria do **Correio Braziliense** que o Senador Heráclito Fortes estaria considerando construir, está disposto a construir um novo anexo orçado em 140 milhões – orçado. Isso é uma parte. No segundo parágrafo, está escrito que o Senador Heráclito considera que poderá ter os recursos para aquela finalidade...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Por 200 milhões?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...com a eventual venda, por 200 milhões,...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Com qual banco V. Ex^a acertou esse preço?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Isso está escrito na matéria...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Qual foi o banco que V. Ex^a procurou para acertar isso?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Isso está escrito...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Foi em seu nome ou em nome do seu Partido?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Está escrito na matéria do **Correio Braziliense**.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a consultou o jornalista para saber se é verdade a minha afirmação?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Bem...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me procurou para saber se é verdadeira a minha informação?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Bem, eu...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Como é que V. Ex^a dirige uma carta e vem à tribuna trazer um assunto sem ter respeito por um colega, Senador Suplicy? Que papel feio!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Que papel feio!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ... revelar...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a, para criar notoriedade por algumas horas, toma atitude dessa maneira!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Respeite esta Casa e os companheiros, Senador Suplicy!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está desconsiderando o fato de que V. Ex^a recebeu a cópia da minha carta com tempo suficiente para lê-la.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Recebi agora! V. Ex^a me entregou agora!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com tempo suficiente, antes do meu pronunciamento, para fazer qualquer esclarecimento. E a carta está em termos construtivos, respeitosos a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Como é que eu posso interferir numa carta que V. Ex^a mandou para o Presidente do Senado e, segundo declarou, agora há pouco, já comunicou a ele?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Comuniquei a ele...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É uma carta que é pública!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É uma carta pública.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a acha que eu ia adulterar ou tentar mudar o texto de uma carta de V. Ex^a?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sobre assunto de interesse público, eu não tenho nenhum problema de estar sempre falando as coisas...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Em matéria de interesse público, V. Ex^a não tem autoridade para dar lição a mim!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que as coisas que são de interesse público...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Em matéria de interesse público, V. Ex^a não tem autoridade para me dar lição!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...eu falo de maneira transparente, como, aqui, V. Ex^a disse que quer caracterizar a sua administração. Então, V. Ex^a, aqui, observa que a minha sugestão é que decisões dessa natureza sejam precedidas de transparência, como V. Ex^a coloca,...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mais uma vez, V. Ex^a parte para a leviandade,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...e de consulta a todos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...porque decisões dessa natureza... Não há nenhuma decisão tomada, Senador Suplicy!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se não há, então não há decisão tomada. Então, será feita a consulta, não há que se preocupar com isso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não há decisão tomada, foi uma conversa informal com um jornalista!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois bem, de maneira que,...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a precisa respeitar esta Casa!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...a bom tempo, V. Ex^a está dizendo que não há decisão tomada. O Senador José Sarney também me disse que não há decisão sobre isso, ao contrário.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E V. Ex^a traz à tribuna, como se verdade fosse, para expor um companheiro e expor esta Casa?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A matéria que está no *Correio Braziliense* foi...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vá procurar, Senador Eduardo Suplicy,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...resultado do diálogo de V. Ex^a com...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...de quem é o dinheiro que foi preso...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...o jornalista.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...naquele hotel de São Paulo, às vésperas das eleições, e procure esclarecer o País! Seja transparente por inteiro!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou transparente por inteiro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não tenha o sentimento de transparência antolhado!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe perfeitamente que se trata de uma sugestão construtiva feita a V. Ex^a e à Mesa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sugestão construtiva o quê, Senador Suplicy!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a está criando um factóide na ânsia de aparecer!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, V. Ex^a que está reagindo de uma maneira além da conta.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Lamento, Senador Suplicy, essa sua atitude!

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Peço um aparte, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – O senhor me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Eu estava nos corredores do Senado e comecei a ouvir o seu discurso. Eu quero dizer que por V. Ex^a tenho um respeito absoluto e que V. Ex^a simboliza, acredito, para quase todos os brasileiros, um homem de bom caráter...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Às vezes. Às vezes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – ...mas, realmente, falta ser mais atento com essa questão relacionada a esta Casa. Eu queria dizer a V. Ex^a que estou, neste momento, reprovando V. Ex^a por trazer a este plenário um assunto que denigre o nosso Senado Federal. Eu sou novato aqui nesta Casa, vou, se Deus quiser, concluir o mandato, mas eu quero-lhe dizer que me decepciono profundamente com Senadores mais experientes da Casa, mais antigos da Casa, quando vêm para a tribuna e fazem os seus discursos contra a nossa instituição, Senado Federal. É muito importante vir aqui denunciar as irregularidades, mas mais importante do que isso é zelar pelo nome de companheiros que podem estar sendo denegridos por uma reportagem. Aqui, eu quero dizer, corajosamente, se o rapaz do **Correio Braziliense** estiver aí – eu estou citando o nome –, eu quero dizer que, sistematicamente, o jornal **Correio Braziliense** dá manchete... Não sei se existe algum problema com os diretores do Senado, pessoal, ou se o Senado não está atendendo às expectativas, porque no meu Estado é assim: quando você não atende às expectativas, eles pegam e começam a largar o pau direto.

Então, há necessidade disto: “Gastança do Senado está longe do fim”? O que querem? Que transformem esta Casa numa parte medíocre do poder? Aí, diz: tem de comprar três mil e tantas lâmpadas fluorescentes. Os senhores que estão aí, nos assistindo, andem por

esta Casa. Esta Casa não tem fim. Tem porão um, porão dois... Olhem para cá, quantas lâmpadas... Então, é mediocridade dessa notícia. Por isso, Senador, eu peço a V. Ex^a que deixe um pouquinho de lado essas referências, que eu não sei se são verdades ou não. Acho até que se trata de questão pessoal com o Senador Efraim e, agora, com o Senador Heráclito Fortes. Talvez, isso possa ser resolvido até pela direção do jornal; chamar o rapaz que escreve e dizer-lhe: “Olha, meu amigo, denuncia que você tem credibilidade, o nosso jornal é um jornal que tem credibilidade, então, denuncia aquilo que é verdade”. Lamento muito V. Ex^a fazer esse tipo de acusação. Não há necessidade nenhuma de fazer esse tipo de acusação contra a Casa. V. Ex^a é respeitado por todos nós e uma palavra sua, pela credibilidade que V. Ex^a tem, induz qualquer um a pensar que esta é uma Casa que não tem pai nem mãe, que não tem eira nem beira, que é um mando e um desmando. Esta Casa tem sua direção, é comandada por sete Senadores mais quatro suplentes, tem uma superestrutura que realmente precisa de muito dinheiro para se manter. Veja que estruturas pequeninas como a casa do Presidente da República o quanto não gasta para ser mantida?! Precisa-se de uma superestrutura financeira para mantê-la. Nós temos que respeitar esta Casa, porque é exatamente o Poder mais importante desta República, o Poder Legislativo. Então, lamento muito. Senador Heráclito Fortes, quero prestar minha solidariedade a V. Ex^a, porque temos que defender não só a instituição, mas defender a democracia do nosso País, olhando com respeito para o Senado Federal. Quero dizer a V. Ex^a que fique tranquilo. Não admito de jeito nenhum que se pegue um jornal e, porque foi informado no jornal, é verdade. Quantas pessoas não foram condenadas por causa de jornal? Quantas? Depois, não tem mais jeito. Depois do que saiu no jornal, acabou. Quando você manda uma nota para lá, sai bem no cantinho dizendo que é mentira, foi engano. Então, quero dizer que credibilidade a imprensa tem. Agora, tem alguns profissionais que não são bons profissionais e que, se estiverem com raiva de mim, amanhã publicam uma matéria contra mim. E, se não tiverem, inventam. Não podemos trazer de forma nenhuma suspeita contra Senadores da Casa, contra diretores da Casa, contra funcionários da Casa, porque, para mim, até que se prove o contrário, todos entraram por concurso, os Senadores entram e passam. Quem já passou por esta Casa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) –...reconhece isso e não há necessidade de, em plena segunda-feira, o Senador Eduardo Suplicy vir colocar a nossa

Casa em xeque com a sua palavra, que tem muita credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, o tempo regimental de 20 minutos de V. Ex^a acabou. A Presidência prorrogou por mais três minutos.

Agora, eu lembraria a Bíblia que, lá no livro escrito por Salomão, capítulo 15, diz: “A palavra branda afasta a ira. A palavra dura suscita o furor”. O debate é bom em busca do consenso e da verdade.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, o Senador Papaléo Paes parece não ter prestado a devida atenção. A minha carta não faz senão observações construtivas à Mesa, faz elogios ao Senador Heráclito Fortes no que diz respeito ao seu propósito de transparência e observa de maneira a sugerir, construtivamente, que será bom que, no momento em que se decidir sobre gastos de maior vulto, tais como o da construção do Anexo II (que já foi objeto, conforme ele próprio diz, de reflexão da Mesa anterior e das Mesas anteriores), que isso seja objeto de maior consulta. Sobretudo, que todos possamos participar do diálogo com os membros da Mesa sobre a melhor utilização... O Senador Heráclito Fortes....

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Eduardo Suplicy, eu assumo o compromisso com V. Ex^a....

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador, permita-me apenas completar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – O Senador Heráclito Fortes menciona que, para alguns objetivos, por vezes, o Senado Federal não está com as instalações as mais adequadas, por exemplo, para receber delegações estrangeiras e para outras finalidades. Então, sobre cada um desses temas é bom que nós dialoguemos.

Não há uma citação que possa ser considerada de ofensa ao Senador Heráclito Fortes, com quem tenho uma relação sempre cortês, ainda que, por vezes, ele gosta de colocar-me em situação mais difícil do que seria próprio acontecer, mas eu não tenho nenhum problema com S. Ex^a. Eu fiz aqui uma sugestão que considero adequada. É construtiva, é respeitosa, é amistosa com aquele que, até a semana passada, foi o Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Ele sempre procurou dar a maior atenção a mim...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ainda sou até amanhã.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – E ainda é até amanhã. Então, ainda teremos diálogos ali tão intensos como costuma acontecer, porque vai...

Nós temos reunião amanhã já com horário, Presidente?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não há ainda consenso. Evidentemente que alguém vai lhe consultar quando poderá ser feita a reunião e se poderá.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, eu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, vou dar mais dois minutos para V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Presidente, o assunto principal de que eu iria falar ainda é outro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já são 25 minutos; pelo Regimento eram 20. O Heráclito está garantido pelo art. 14. V. Ex^a o citou e ele usará o art. 14.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas eu queria evitar o art. 14. Se ele me der o aparte, eu quero evitar o art. 14.

Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Dou-lhe o aparte. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria permissão para prorrogar porque às 18h30 terminaria a sessão regimentalmente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a, que é o homem da transparência, que prega a transparência, podia fazer uma coisa muito simples: o jornalista Leandro Colon está aqui, na tribuna...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Não, hoje não está.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estava aqui agora há pouco.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Ele estava no café com V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Consulte-o se, em algum momento, eu fiz a afirmativa. V. Ex^a não checkou.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Há pouco, V. Ex^a estava ao lado dele...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – E não questionou...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ao lado dele e de vários jornalistas, falando exatamente sobre isso. Agora, há de convir, Senador Suplicy, eu assumi a Secretaria na quinta-feira...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Então, V. Ex^a esclareceu...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Dê-me um momento, só para eu não ter que usar o art. 14.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu estou sem estrutura ainda, não nomeei chefe de gabinete, nada. Agora, Senador Mão Santa, V. Ex^a preste atenção ao que eu vou dizer aqui agora. O PT do Piauí se queixa de que não tem voz aqui na Casa para defendê-los; defendê-los das falcaturas, defendê-los dos desmandos cometidos no Governo do PT. E isso tem revoltado. Eu, ontem, casualmente, num encontro que tive, soube que eles escolheram o Senador Suplicy para nos responder nas questões de ataques à administração piauiense e aos assuntos. Então, o Senador Suplicy agora será ventrículo dos desmandos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estou sem voz. Esse discurso que ele faz hoje é parte desse contrato entre o Piauí e o Senador Suplicy. Tanto isso é verdade que, agora, há poucos momentos, nós o vimos fazer, com toda a justiça, um registro pela morte de um Senador piauiense com detalhes requintados que só uma informação vinda do Governo poderia ter, tão sabedor das conjunturas políticas que ocorrem no Piauí. Aliás, ele se encantou pelo Piauí, recita poesias, desde que voltou de uma viagem de férias com a noiva e usou o avião particular do Governador nessa sua ida e vinda de Parnaíba para Teresina. Um avião do Governo do Estado. É a farra petista. Em troca disso, S. Ex^a será, a partir de agora, o quarto Senador pelo Piauí. Pena que essa decisão seja tarde, Senador, porque se V. Ex^a tivesse sido piauiense antes da eleição, com certeza, seria membro da Mesa do Senado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes procura aqui dizer que não deveria eu, no momento da homenagem ao Senador Chagas Rodrigues, registrar a opinião do Governador do Estado do Piauí. Eu lamento, mas eu fiz questão, tal como V. Ex^a, ex-Governador, que a palavra do Governador fosse aqui registrada na homenagem ao saudoso Senador Chagas Rodrigues. Menciono, outra vez, ao Senador Heráclito Fortes que tive o conhecimento de algo de grande relevância para mim. A Dr^a Tereza Alírio, no meu entender, é uma das maiores psicanalistas no Brasil, e eu, de forma transparente, digo que uma vez por semana com ela dialogo por uma hora. Sem que ela tivesse me dito, soube, no dia do falecimento do seu pai, que ela era filha do Senador Chagas Rodrigues, por quem desenvolvi um afeto, um respeito, uma amizade e uma admiração pessoal.

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Era mais do que natural que eu ouvisse e registrasse aqui

a palavra do Governador do Piauí, Wellington Dias, em homenagem ao Senador Chagas Rodrigues.

Quero aqui registrar que V. Ex^a, Senador Mão Santa, foi testemunha da minha viagem ao Piauí, porque o encontrei em Parnaíba. É fato que o Governador considerou relevante e importante que eu pudesse, como Senador do Estado de São Paulo, conhecer o delta do Parnaíba, sua cidade. Não considerei isso qualquer inadequação por parte do Governador Wellington Dias.

Em verdade, eu tive, naquela ocasião, inclusive, a gentileza, por parte do Senador Heráclito Fortes – que, hoje, resolveu falar de maneira tão agressiva com respeito a algo que foi aqui colocado de maneira construtiva –, de que, se eu quisesse, poderia também ir com ele e estar na sua residência. Eu agradeço. Mas reitero: a minha sugestão é feita no propósito mais alto e transparente.

Sr. Presidente, tendo esgotado meu tempo regimental como orador, peço a palavra como Líder do Partido dos Trabalhadores, na condição de Vice-Líder que sou, haja vista que tenho mais um assunto para falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinco minutos, como Líder, regimentalmente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Cinco minutos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E há o art. 14 que o Senador Heráclito vai usar, não é? V. Ex^a vai usar o art. 14?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou esperar que o Senador Supply despeje todo seu fel contra um colega para, depois, se for o caso, eu me defender. No momento, eu aguardo, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, felizmente, a imprensa brasileira começa a colocar informações mais completas sobre o caso relativo ao Sr. Cesare Battisti, que se encontra na Papuda com uma decisão favorável a que ele seja considerado, aqui no Brasil, como refugiado por decisão do Ministro Tarso Genro.

Ainda ontem, o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou a entrevista do Sr. José Luiz Del Roio, historiador e escritor italo-brasileiro, que foi membro do Senado Federal de 2006 até a metade de 2008. Foi um dos primeiros senadores eleitos por todos os brasileiros e latino-americanos neste continente. É muito importante. Foi Senador durante o Governo do ex-Premier Romano Prodi. E, até novembro passado, ele foi também parlamentar do Conselho Europeu em Estrasburgo. Ele coloca com muita clareza que a extradição de Cesare Battisti seria um erro.

A **Folha de S. Paulo** também publicou uma matéria, com muito equilíbrio, ontem, colocando as opiniões de inúmeros juristas a respeito da decisão tomada pelo Ministro Tarso Genro. Entre os juristas consultados está o Professor Dalmo de Abreu Dallari. É de tal qualidade o parecer do Professor Dalmo de Abreu Dallari, enviado à **Folha de S. Paulo**, que gostaria de registrá-lo na íntegra, nos seguintes termos:

Analisei os termos das decisões dos tribunais italianos e, a partir dessa análise, tenho algumas conclusões. Em primeiro lugar, tanto na acusação quanto nos relatórios dos Tribunais e na parte decisória, afirma-se, expressa e reiteradamente, que Cesare Battisti participou de atividades criminosas com objetivos políticos. Com efeito, encontra-se, ali, expressamente, mais de dez vezes, a afirmação de que ele integrou um grupo que se formou e desenvolveu ações ‘al fine di sovvertire l’ordinamento dello Stato’. Na página 26 da decisão da Corte d’Assise di Milano, a afirmação dos objetivos políticos é ainda mais pormenorizada, dizendo-se, textualmente, que ele cometeu crimes de insurreição armada contra os poderes do Estado, de guerra civil e, ainda, por haver feito a apologia de tais delitos, como também por haver feito propaganda, no território do Estado, para a subversão violenta dos ordenamentos econômicos e sociais do próprio Estado, mediante a idealização, a realização e a difusão de um documento contra o Estado. Assim, pois, tanto os acusadores quanto os próprios tribunais italianos reconheceram e afirmaram a motivação política das ações de que Cesare Battisti participou, o que leva à qualificação de seus atos ilegais, que resultaram na sua condenação à prisão perpétua, como crimes políticos.

Ora, a Constituição de 1988 é clara e direta quando estabelece, no art. 5º, inciso LII, que ‘não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião’. Note-se que essa regra foi estabelecida pelos Constituintes, em 1988, cabendo às autoridades de hoje, tanto do Executivo quanto do Judiciário, respeitar e aplicar esse dispositivo constitucional. Uma decisão favorável ao pedido de extradição de Cesare Battisti, seja ela do Supremo Tribunal, seja do Presidente da República, será flagrantemente inconstitucional e caracterizará vergonhosa subserviência ao governo italiano, cujos interesses políticos terão anulado a soberania brasileira e a validade da Constituição.

A par disso, já houve uma decisão, por autoridade competente e atendida rigorosamente as formalidade legais, reconhecendo que Cesare Battisti tem a condição de refugiado. Assinale-se que todo o processamento do pedido de refúgio foi baseado, com absoluto rigor, nas disposições da Lei Federal nº 9.474, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Dispõe essa lei, no art. 33, que 'o reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio'. Uma vez mais, as autoridades atuais, tanto o Presidente da República quanto o Supremo Tribunal Federal, estão constitucionalmente obrigadas a respeitar essa lei, dando cumprimento estrito e imediato às decisões regularmente tomadas com base em seus dispositivos. Assim, pois, existem dois obstáculos legais para a concessão da extradição de Cesare Battisti, que foi pedida e que agora vem sendo exigida, com atrevida, desrespeitosa e suspeita agressividade pelo Governo italiano.

Sendo o Brasil um estado democrático de Direito no qual vigora o princípio do devido processo legal, são absurdas e inconstitucionais a continuação do processo de extradição e a manutenção de Cesare Battisti num presídio, tendo por base exclusivamente o processo de extradição, cuja existência agora é ilegal.

A par desses pontos, o exame das decisões dos tribunais italianos deixa mais do que evidente que é falsa e injusta a qualificação de Cesare Battisti como um bandido sanguinário. Pelo que se verifica analisando o processo, não há uma única prova de que Cesare Battisti tenha atirado em alguém. Bem diferente disso, o que se tem são afirmações contidas nas "confissões premiadas" de arrependidos e, mesmo aí, insistindo na responsabilidade moral de Cesare Battisti pelos homicídios.

Pietro Mutti, o "arrependido premiado" em cujas acusações está a maior carga contra Battisti, diz que o grupo denominado Proletários Armados pelo Comunismo – PAC, foi constituído para combater o "pacto social", que, segundo ele, era o conluio de autoridades do Estado com um grupo armado de extrema direita, que, sem nenhuma base legal, agia violentamente e impunemente contra os militantes da esquerda. Diz Mutti que, para enfrentar esse problema, definir os objetivos e estudar as modalidades

de intervenção, constituiu-se, além de outras, uma comissão especial, da qual Cesare Battisti fez parte, atuando, assim, como um dos mentores intelectuais do grupo.

Nas conclusões do ato decisório do Tribunal de Apelação, está expresso que Battisti deveria ser condenado por "concurso moral" no homicídio Torregiani e por ser co-autor material do homicídio Sabbadin, por ter estado presente no cenário em que ocorreu esse homicídio. E acrescenta o Tribunal, falando da participação de Cesare Battisti nas ações do PAC: "Era membro importante da comissão do PAC que se ocupava 'do pacto social'". Embora sua participação não tenha sido determinante, foi relevante, na deliberação sobre os homicídios, por seu carisma de componente histórico do grupo e sua marcante personalidade operativa.

Obviamente, para um jurista, o recurso a meios armados para a obtenção de objetivos políticos é inaceitável. Entretanto, na avaliação do caso Battisti, é importante lembrar a circunstância de sua adesão ao grupo. Além de muito jovem, ele certamente foi influenciado pelo ambiente de violências em que estava mergulhada a Itália, nisso não se diferenciando os movimentos extremistas de esquerda e de direita. O caminho adotado por ele foi errado, o que certamente ele próprio assim considerou.

Sr. Presidente, é preciso ainda...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, tendo em conta que meu tempo está por se encerrar, solicito que seja considerada a íntegra da exposição do parecer de Dalmo de Abreu Dallari. Peço a gentileza de assim ser considerado.

Estou cada vez mais persuadido, estudando todos os aspectos desse processo, que a melhor decisão do Supremo Tribunal Federal será a de convalidar a decisão tomada pelo Ministro Tarso Genro.

Voltarei a esse assunto nesta semana, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício n.º 00251/2009

Brasília, 09 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Matéria publicada no jornal Correio Braziliense de hoje, 09/02/2009, afirma que o primeiro-secretário, senador Heráclito Fortes, está disposto a construir um novo anexo para o Senado Federal orçado em R\$ 140 milhões. Nessa mesma entrevista o senador menciona que vai “imprimir uma administração ao seu estilo, com transparência”, o que é positivo. Ele próprio suspendeu licitações que estavam prestes a serem realizadas e que não considerou prioritárias.

Ainda conforme o jornal, o senador “Heráclito também acha que pode ser levado adiante o velho sonho de construir mais um prédio com o dinheiro arrecadado com a eventual venda por R\$ 200 milhões da gestão da folha de pagamento dos servidores para algum banco. Argumenta que a estrutura cresceu demais nos últimos anos e não suporta mais as atuais dependências físicas. O problema é que esse inchaço se deu, em muitos casos, por causa da multiplicação de secretarias, dando origens a novas pastas, muitas sem espaço para trabalhar”.

Também cabe lembrar que Vossa Excelência, ao tomar posse como presidente do Senado, prometeu a redução de despesas, tendo inclusive assinado atos determinando a sua contenção e um corte de 10%, ou R\$ 51,2 milhões no orçamento de custeio e investimento da Casa. Em vossas palavras tal atitude é a “maneira de adequar o Senado Federal à atual situação econômica e financeira global”.

Considerando pesquisas que apontam para um crescente descrédito do parlamento brasileiro e considerando a crise econômica que se avizinha. Condizente com o propósito de transparência, aliado ao de maior participação de todos os senadores nas decisões, que acredito ser intenção da Mesa presidida por Vossa Excelência, venho sugerir que gastos vultuosos, como o da construção de novo anexo, sejam objeto de diálogo e consulta a todos os membros do Senado. Pois, considero importante que antes de qualquer resolução dessa natureza avaliemos os espaços existentes. Isso demonstrará aos brasileiros que estamos, assim como eles, preocupados em contribuir com a boa aplicação do dinheiro público.

Certo de sua atenção, renovo votos de estima.



Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Excelentíssimo Senhor Presidente

SENADOR JOSÉ SARNEY

Edifício Principal – 1º andar

70165-900 - Brasília - DF

PARECER DO PROF. DALMO DE ABREU DALLARI

Analisei os termos das decisões dos tribunais italianos e, a partir dessa análise, tenho algumas conclusões. Em primeiro lugar, tanto na acusação quanto nos relatórios dos Tribunais e na parte decisória afirma-se, expressa e reiteradamente, que Cesare Batistti participou de atividades criminosas com objetivos políticos. Com efeito, encontra-se, ali, expressamente, mais de dez vezes, a afirmação de que ele integrou um grupo que se formou e desenvolveu ações "al fine di sovvertire l'ordinamento dello Stato". Na página 26 da decisão da Corte d'Assise di Milano a afirmação dos objetivos políticos é ainda mais pormenorizada, dizendo-se, textualmente, que ele cometeu crimes de "insurreição armada contra os poderes do Estado, de guerra civil e, ainda, por haver feito a apologia de tais delitos, como também por haver feito propaganda, no território do Estado, para a subversão violenta dos ordenamentos econômicos e sociais do próprio Estado mediante a idealização, a realização e a difusão de um documento contra o Estado. Assim, pois, tanto os acusadores quanto os próprios tribunais italianos reconheceram e afirmaram a motivação política das ações de que Cesare Batistti participou, o que leva à qualificação de seus atos ilegais, que resultaram em sua condenação à prisão perpétua, como crimes políticos.

Ora, a Constituição de 1988 é clara e direta quando estabelece, no artigo 5º, inciso III, que « não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião ». Note-se que essa regra foi estabelecida pelos constituintes, em 1988, cabendo às autoridades de hoje, tanto do Executivo quanto do Judiciário, respeitar e aplicar esse dispositivo constitucional. Uma decisão favorável ao pedido de extradição de Cesare Batistti, seja ela do Supremo Tribunal, seja do Presidente da República, será flagrantemente inconstitucional e caracterizará vergonhosa subserviência ao governo italiano, cujos interesses políticos terão anulado a soberania brasileira e a validade da Constituição. A par disso, já houve uma decisão, por autoridade competente e atendida rigorosamente as formalidades legais, reconhecendo que Cesare Batistti tem a condição de refugiado. Assinale-se que todo o processamento do pedido de refúgio foi baseado, com absoluto rigor, nas disposições da Lei Federal nº 9474, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Dispõe essa lei, no artigo 33, que « o reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão do refúgio ». Uma vez mais, as autoridades atuais, tanto o Presidente da República quanto o Supremo Tribunal Federal, estão constitucionalmente obrigados a respeitar essa lei, dando cumprimento estrito e imediato às decisões regularmente tomadas com base em seus dispositivos. Assim, pois, existem dois obstáculos legais para a concessão da extradição de Cesare Batistti, que foi pedida e agora vem sendo exigida, com atrevida, desrespeitosa e suspeita agressividade pelo governo italiano. Sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito na qual vigora o princípio do devido processo legal, são absurdas e inconstitucionais a continuação do processo de extradição e a manutenção de Cesare Batistti num presídio, tendo por base exclusivamente o processo de extradição, cuja existência agora é ilegal.

A par desses pontos, o exame das decisões dos tribunais italianos deixa mais do que evidente que é falsa e injusta a qualificação de Cesare Batistti como um bandido sanguinário. Pelo que se verifica analisando o processo, não há uma única prova de que Cesare Batistti tenha atirado em alguém. Bem diferente disso, o que se tem são afirmações contidas nas « confissões premiadas » de arrependidos e, mesmo aí, insistindo na responsabilidade moral de Cesare Batistti pelos homicídios. Pietro Mutti, o « arrependido premiado » em cujas acusações está a maior carga contra Batistti, diz que o grupo denominado Proletários Armados pelo Comunismo – PAC, foi constituído para combater o « pacto social », que, segundo ele, era o conluio de autoridades do Estado com um grupo armado de extrema direita, que sem nenhuma base legal agia violentamente e impunemente contra os militantes da esquerda. Diz Mutti que para enfrentar esse problema, definir os objetivos e estudar as modalidades de intervenção constituiu-se, além de outras, uma comissão especial, da qual Cesare Batistti fez parte, atuando, assim, como um dos mentores intelectuais do grupo. Nas conclusões do ato decisório do Tribunal de Apelação, está expresso que Batistti deveria ser

condenado por « concurso moral » no homicídio Torregiani e por ser co-autor material do homicídio Sabbadin, por ter estado presente no cenário em que ocorreu esse homicídio. E acrescenta o Tribunal, falando da participação de Cesare Batistti nas ações do PAC : « Era membro importante da comissão do PAC que se ocupava que se ocupava do « pacto social ». Embora sua participação não tenha sido determinante, foi relevante, na deliberação sobre os homicídios, por seu carisma de componente histórico do grupo e sua marcante personalidade operativa.

reconhece, mas isso não o transforma num bandido. Por esse erro ele já foi bastante castigado, pelo tempo que passou em presídios e pelas constantes angústias sofridas, durante anos, como perseguido. Não se deve esquecer que, fora daquelas ações, evidentemente ligadas a objetivos políticos, não há uma só acusação ou simples insinuação de que Cesare Batistti tenha praticado qualquer crime. E sua vida nos últimos trinta anos tem sido uma luta constante para sobreviver por meios honestos e dignos, realizando trabalhos modestos e escrevendo livros, integrado na vida social e convivendo pacífica e harmoniosamente com as pessoas dos diferentes países em que se refugiou. Por tudo isso, sobretudo pelos inegáveis fundamentos jurídicos de sua condição de refugiado, que hoje é um de seus direitos fundamentais, não há qualquer justificativa para que não se dê por encerrado o caso Cesare Batistti, permitindo-lhe viver no Brasil com segurança e tranquilidade, dando sua contribuição à sociedade brasileira, como tantos outros refugiados que aqui se encontram.

NACIONAL | POLÍTICA

Sábado, 7 de Fevereiro 2009, 8h54

Extradição de Battisti seria erro, diz historiador

Historiador aponta que é preciso entender o momento de 'polarização política radical' vivido pela Itália

João Paulo Charleaux, de O Estado de S. Paulo

Os ministros do Supremo Tribunal Federal importarão uma crise interna da Itália se decidirem, em março, extraditar o extremista italiano Cesare Battisti, contrariando o refúgio concedido a ele em janeiro pelo Ministério da Justiça. A avaliação é do historiador e escritor ítalo-brasileiro José Luiz Del Roio, que vive em Milão há 36 anos e foi senador no governo do ex-premiê Romano Prodi (2006-2008). "Se quiserem entender o que estão discutindo, os brasileiros precisam levar em conta o momento atual da Itália, que é de uma polarização política radical", disse Del Roio ao Estado. Veja também: [Blog: batalha no STF deve ir para a prorrogação](#) [Embaixador volta ao Brasil após consultas na Itália](#) [TV Estadão: Ideologia não influenciou concessão de refúgio, diz Tarso](#) [Abaixo-assinado a favor do refúgio a Battisti](#) [Especialista diz que decisão de Tarso foi 'política'](#) [Leia tudo o que já foi publicado sobre o caso](#) O extremista foi condenado na Itália à prisão perpétua por quatro homicídios cometidos nos anos 70 e recebeu o estatuto de refugiado político no Brasil no mês passado, o que provocou forte reação do governo do premiê italiano, Silvio Berlusconi. "Battisti é antes de qualquer coisa um grande azarado", disse Del Roio, que, no Brasil, foi membro da Aliança Libertadora Nacional (ALN), de 1967 a 1974, e na época tinha contato com grupos políticos europeus, mas nunca ouviu falar do grupo de Battisti, o Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). "Battisti fazia parte de um grupo minúsculo e, dentro desse grupo, era uma pessoa insignificante. O azar dele foi ter recebido o estatuto de refugiado justamente quando o governo Berlusconi - o mais à direita desde 1945 e o mais à direita de toda a Europa - decidiu aumentar a ofensiva contra imigrantes, ciganos, pobres e tudo o que tenha tonalidades vermelhas." Na quinta-feira, Berlusconi deu novos sinais de recrudescimento de sua política conservadora ao aprovar no Parlamento uma medida que autoriza médicos a denunciarem imigrantes ilegais que busquem os hospitais. A nova lei também criou patrulhas civis para fiscalizar a população das periferias. No texto original, o premiê propunha que esses grupos andassem armados. Em resposta, o principal jurista do processo de combate às máfias italianas na década de 90, o político italiano Antonio Di Pietro, enviou uma carta ao presidente da Itália, Giorgio Napolitano, acusando Berlusconi de "seguir os passos do Partido Nacional-Socialista Alemão dos anos 30", distanciando-se da "democracia fundada no direito". Caso parecido Del Roio lembra que outro italiano, Delfo Zorzi, também acusado de crimes políticos no mesmo período, se refugiou no Japão e teve o pedido de extradição negado, sem que isso gerasse uma crise com a Itália. Zorzi foi condenado por um atentado a bomba na Piazza Fontana, em Milão, há mais de 40 anos. Ele fazia parte do grupo de direita Ordem Nova. "Em circunstâncias normais, as relações entre os países seguem em frente", disse Del Roio. "O problema é que, para Berlusconi, esse caso se converteu num assunto mais político do que jurídico." Por dois anos, Del Roio foi parlamentar do Conselho Europeu, em Estrasburgo, voltado para as questões de direitos humanos, e do Parlamento da Europa Ocidental, que funciona em Paris e é responsável pelo debate da política de defesa europeia. Ele considera que a moção aprovada anteontem pelo Parlamento Europeu "foi uma típica votação secundária, feita entre amigos". Del Roio lembra que a moção foi a última a ser votada pelo plenário no dia e contou com a presença de apenas 6% dos 785 parlamentares que

O atual presidente do STF, Gilmar Mendes, acompanhou o voto de Marco Aurélio.

Na oportunidade, Mendes lembrou que movimentos extremistas já surgiram em democracias. Para o ministro, é "extremamente difícil" estabelecer as diferenças entre o que é luta política e atos terroristas, pois muitos são "envoltos na bandeira da atividade política".

Os ministros Nelson Jobim, Eros Grau e Carlos Ayres Britto também votaram favoravelmente a Mancini. Já a ministra Ellen Gracie considerou Mancini como terrorista.

Após a votação, o processo de extradição foi encerrado.

Texto Anterior: [Decisão italiana sobre Battisti divide especialistas brasileiros](#)

Próximo Texto: [Delações premiadas foram decisivas para condenação](#)

[Índice](#)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, eis a beleza da democracia! Nesse assunto referente a Cesare Battisti, vemos a equipotência do poder: o Executivo se manifestou; o Legislativo está se manifestando – V. Ex^a fala, e, outro dia, ouvi a opinião do jurista Demóstenes Torres, que não é qualquer um, que vai assumir a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa e que se contrapõe a V. Ex^a –; e o Poder Judiciário vai se manifestar. Eis a beleza da democracia!

Nós lhe agradecemos. Coincidentemente, hoje, dois Senadores estão aniversariando: o Senador Tião Viana, jovem, da nova geração, completa hoje 48 anos, e o Senador do Piauí João Vicente Claudino, um dos mais novos da Casa, completa 46 anos. O mais novo é Lobão Filho, com 45 anos, e o que tem maior idade é o nosso Eptácio Cafeteira, com 85 anos. Então, esta Casa faz como Shakespeare diz: soma a ousadia dos mais novos, representada pela juventude de Tião Viana, do Partido dos Trabalhadores (PT), e de João Vicente Claudino, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sem dúvida, esses dois jovens têm perspectivas invejáveis na política de seus Estados e do Brasil. A eles nossos cumprimentos e votos de felicidade!

Nossos agradecimentos à nossa Secretária-Executiva, Dr^a Cláudia Lyra; ao Dr. José Roberto; ao João Pedro, que, com suas competências, que são peculiares, nos orientaram na coordenação do trabalho desta sessão não deliberativa de segunda-feira, 9 de fevereiro, iniciada às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em recente entrevista, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, salientou a necessidade de o Brasil investir mais decididamente na educação profissionalizante, uma das prioridades de sua Pasta. Na ocasião, lembrou que o Brasil só acordou para a importância de investir na educação, de forma efetiva, nas últimas quatro décadas e, mais ainda, após a promulgação da Constituição de 1988.

Haddad destacou o fato de o ensino ter sido democratizado e universalizado nos últimos anos, e disse que agora é chegado o momento de conferir maior qualidade à educação para que ela possa de fato servir como instrumento de promoção da cidadania e do desenvolvimento. Após salientar que o Governo brasileiro está investindo 4,6% do Produto Interno Bruto na educação, o Ministro lembrou a importância do Sistema

“S” na preparação intelectual e profissional dos jovens e em sua inserção no mercado de trabalho.

Faço essas ponderações, Sr. Presidente, porque acabo de ler o Relatório Geral 2007 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o Senac, uma das entidades que integram o citado Sistema S. As atividades desenvolvidas pelo Senac já são bastante conhecidas do povo brasileiro – afinal, desde sua criação, em 1946, essa instituição vem promovendo cursos profissionalizantes direcionados para o comércio, além de importantes ações de inclusão social.

Entretanto, a cada relatório publicado pelo Senac percebe-se que suas atividades se expandem, tanto no número de pessoas atendidas quanto na diversificação dos cursos e das ações de promoção social. Esse fato fica patente logo na apresentação do relatório, que informa ter o Senac iniciado no ano passado uma nova campanha institucional de reforço das ações que desenvolve já há 62 anos. O lema adotado para essa campanha é emblemático: “o caminho mais curto para o mundo do trabalho”.

E efetivamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o setor de comércio de bens, serviços e turismo tem se beneficiado muito das atividades do Senac, o mesmo se pode dizer dos mais de dois milhões de brasileiros atendidos pela instituição. “Por meio de um conhecimento atualizado e de qualidade, os caminhos de fato se abrem para aqueles que passam pelo Senac”, enfatiza o documento.

Em 2007, o Senac realizou nada menos que 2 milhões 142 mil atendimentos diversos, sendo 716 mil deles totalmente gratuitos; ministrou cursos para 1 milhão 121 mil alunos em 67.940 turmas espalhadas por 2.838 municípios brasileiros; manteve 470 unidades em operação e celebrou 12.716 convênios e parcerias. O carro-chefe dessas atividades, como tradicionalmente ocorre, foi o aprendizado comercial. Centenas de milhares de jovens tiveram seu acesso ao mercado de trabalho facilitado após concluírem cursos variados, como, por exemplo, atendente de farmácia, recepcionista hospitalar, operador de microinformática, auxiliar de serviços de escritório ou auxiliar em serviços de hotelaria.

É interessante observar que as atividades desenvolvidas pelo Senac, destinadas a promover a inclusão social, contemplam também segmentos específicos, como o *Programa Deficiência e Competência*, destinado à inclusão profissional de portadores de deficiência; o *Programa Educando para a Cidadania*, criado especialmente para o atendimento de jovens em situação de risco social, ou o *Programa Senac Móvel*, que promove a democratização do conhecimento e da educação profissional ao percorrer o interior do País com suas 67 carretas-escola e uma balsa-escola.

Por associarem a educação profissional ao ensino fundamental, Sr. Presidente, muitas pessoas ignoram que o Senac, desde o final dos anos 80, mantém também cursos de graduação em nível superior. Atualmente são oito os departamentos regionais da instituição que mantêm faculdades, em São Paulo, no Distrito Federal, em Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Além disso, 18 regionais promoveram, em 2007, cursos de pós-graduação *lato sensu* à distância. A atuação do Senac, porém, não pára aí, pois, ao final dos cursos oferecidos, procura encaminhar os ex-alunos ao mercado de trabalho. Para isso, mantém o Banco de Empregos, que serve de “ponte” entre os empregadores e os profissionais que passaram pela instituição.

Uma das atividades que vêm registrando contínuo crescimento em todo o mundo, e para a qual temos um potencial invejável, é o turismo. Não surpreende, portanto, que o Senac, já há alguns anos, venha dando especial atenção para esse ramo, como o demonstram os numerosos cursos realizados em seus restaurantes e hotéis-escola. Uma das realizações nessa área é a participação no *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*, mantido pelo Ministério do Turismo desde 2004. Outra parceria importante é o Turismo Brasil, do qual participam também o Sesc, a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar de Turismo e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa Legislativa.

Com 28 mil 865 funcionários e prestadores de serviços, entre eles 17.888 docentes, o Senac não poderia deixar de valorizar a chamada “prata da casa”. Em 2007, todos os departamentos regionais da instituição desenvolveram uma programação para fortalecer sua equipe de trabalho, com eventos como seminários, congressos, bolsas de estudo que contemplaram seus servidores desde o ensino básico à pós-graduação. Com a consciência de que na vida “aprendemos a todo instante e em todas as situações”, a entidade investe nos recursos humanos como forma de crescimento pessoal e institucional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a leitura do seu Relatório Geral de atividades explica por que o Senac se consolidou como uma marca de respeito na opinião pública brasileira. A pesquisa da “marca Senac” demonstrou que 99% dos brasileiros conhecem a instituição e que 64% dos entrevistados a destacam como referência em educação profissional.

Ao registrar desta tribuna a excelência dos serviços prestados aos jovens brasileiros e a toda a Nação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, quero felicitar seus dirigentes, seu corpo do-

cente e sua administração, com a certeza de que seus esforços representam uma significativa contribuição para a promoção da cidadania e para o aprimoramento do nosso setor produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da sessão ordinária deliberativa de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória
nº 445, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22-12-08)

Prazo final: 15-2-09

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de

2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º

pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

14**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de
Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha),

que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

29**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado)*.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 30, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 306, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

32**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226,

de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de

2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

39**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 35, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

40**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

41**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

42**REQUERIMENTO Nº 1048, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marce-

lo Crivella, solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43**REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44**REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança & Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45**REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o

pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46**REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47**REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48**REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados

Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49**REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50**REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51**REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes ilegais por até 18 meses.

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52**REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

53**REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54**REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo tanscurso do seu 90º aniversário.

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao PROFESSOR Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça. solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

SENADO FEDERAL**ATA DA 251ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 22 DE DEZEMBRO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 212**, de 23 de dezembro de 2008)

RETIFICAÇÕES

No Sumário, na página 54104, 1ª coluna,

Onde se lê:**1.2.8 – Comunicação da Presidência**

Abertura de prazo, a partir do dia 2 de fevereiro de 2009, de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 11 a 16, de 2008-CN, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.

1.2.10**– Comunicações da Presidência**

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 234, 235, 254, 306, 349, 350, 351, 352, 356, 357, 361, 364, 366, 377, 379, 380, 381, 382, 391, 394, 395, 397, 415, 418, 439, 440, 441, 457, 458, 488, 489, 490, 491, 508, 515, 529, 536, 554, 631, 648 e 716, de 2007, e 132, 133, 232, 245 e 246, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

Leia-se:**1.2.8 – Comunicação da Presidência**

Abertura de prazo, a partir do dia 2 de fevereiro de 2009, de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, perante a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 11 a 16, de 2008-CN, resultantes de pareceres lidos anteriormente, e os Avisos nºs 20, 22 e 30, de 2008-CN, sejam apreciadas pelo Plenário do Congresso Nacional.

1.2.10**– Comunicações da Presidência**

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 234, 235, 254, 306, 349, 350, 351, 352, 356, 357, 361, 364, 366, 377, 379, 380, 381, 382, 391, 395, 397, 415, 418, 439, 440, 441, 457, 458, 488, 489, 490, 508, 515, 529, 536, 554, 631, 648 e 716, de 2007, e 132, 133, 232, 245 e 246, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

Na página 54908, 1ª coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 2 de fevereiro de 2009, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, para que sejam apreciados, pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 11 a 16, de 2008-CN.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 2 de fevereiro de 2009, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, para que sejam apreciados, pelo Plenário do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 11 a 16, de 2008-CN, e os Avisos nºs 20, 22 e 30, de 2008-CN.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 237 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 001.185/09-8,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor LOROISIO FERREIRA DE PAULO, Técnico Legislativo, Área - Polícia Legislativa, Especialidade - Policial Legislativo Federal, Nível II, Padrão M-30, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2009.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 238 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 001305/09-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a IVONEIDE SANTOS, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinquenta por cento) e pensão temporária a LUÍSA DE FÁTIMA SANTOS GALRÃO, na condição de filha menor, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor GERALDO JOSÉ COELHO GALRÃO, matrícula 6765-ERGON, a partir da data do óbito, 20/12/2008.

Senado Federal, 09 de fevereiro de 2009.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 451**, adotada em 15 de dezembro de 2008 e publicada no dia 16 do mesmo mês e ano, que "*Altera a legislação tributária federal, e dá outras providências*", não se reuniu para instalação.

Para constar, foi lavrado a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 09 de fevereiro de 2009.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Deputado Gerson Camata

Deputado César Borges

Deputado Papaléo Paes

Deputado Antonio Carlos Valadares

Deputado Marco Maciel

Deputado Inácio Arruda

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. VAGO ^(14,16)
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO ^(6,18)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
18. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ^(6,19)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgíno de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ^(10,14)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB, PP)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,3)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
VAGO (13,24)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20,21,23,25)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. Nº 362/2007-GLPMDB).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) ^(8,10,11)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMD).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO ^(7,15)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
15. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO ^(4,10)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

10. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 02/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PRJoão Ribeiro (TO) ⁽³⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSBRenato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 27/11/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme Of. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.

4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
(VAGO) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 06.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vago em virtude da renúncia à suplência do mandato do Deputado Cezar Schirmer, conforme OfGDCS-0270/2008, de 05.01.09.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



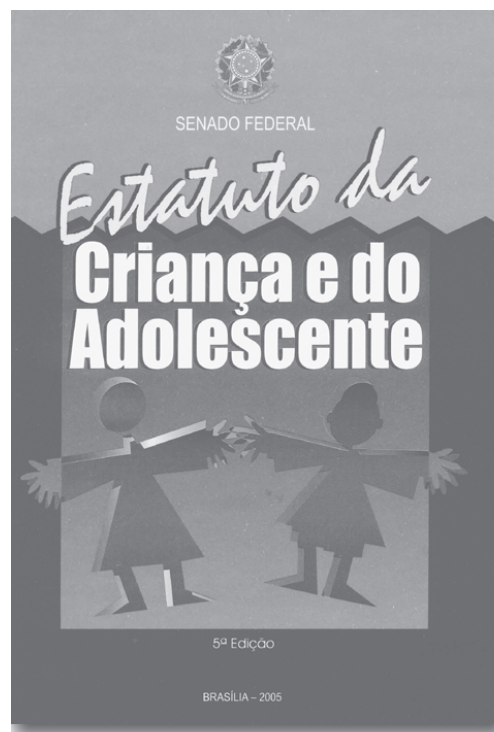
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS